

***FAE***

CENTRO UNIVERSITÁRIO

**MESTRADO EM ORGANIZAÇÕES E DESENVOLVIMENTO**

**RICHER DE ANDRADE MATOS**

**ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL) COMO GERADOR DE CAPITAL SOCIAL:  
O CASO DO APL DE IMBITUVA-PR**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**CURITIBA  
2009**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**RICHER DE ANDRADE MATOS**

**ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL) COMO GERADOR DE CAPITAL SOCIAL:  
O CASO DO APL DE IMBITUVA-PR**

**Dissertação apresentada como requisito parcial à  
obtenção do grau de Mestre, do Programa de  
Mestrado Acadêmico em Organizações e  
Desenvolvimento, FAE Centro Universitário.**

**Orientador: Prof. Dr. Antoninho Caron**

**CURITIBA  
JULHO 2009**

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

## **Agradecimentos**

A DEUS, fonte de misericórdia, paz e amor, que me cumula de bênçãos diárias;

Aos meus pais e irmãos, meus mestres, José Ribeiro de Matos, Cleuza Benedita de Andrade e Jáder de Andrade Matos, que eu tanto amo e que estão presentes diariamente em minha vida e me ensinam a ser Gente;

À Flávia, que além de um anjo em minha vida, é também minha professora, meu amor e também minha esposa;

À família Matos Santussi, meus tios e primos amados sem os quais eu não teria conseguido;

Aos professores do programa de mestrado da UNIFAE, pelo aprendizado acadêmico e pessoal;

Ao professor Antoninho Caron pela contribuição, disponibilidade e amizade;

Ao professor Christian L. da Silva, com o qual tive a oportunidade de publicar meu primeiro artigo em um congresso;

Ao professor Sérgio Muniz, pela importante contribuição na realização deste trabalho;

À Mariana e Mônica, pela paciência e pró-atividade de sempre.

À Josil e Solange, do IPARDES, pelo auxílio e atenção incondicional;

Aos empresários do APL de Imbituva, pela hospitalidade e disposição em contribuir com o trabalho. Em especial à Rosiane, Sr. Ariel e Sr. Gilson;

Aos colegas de turma, com os quais dividi ansiedades e alegrias;

Aos amigos do trabalho: Marcelo Nor, Angelina, Luiz André, Eliane, Paulinho, Juliano, Samantha e Gisiani.

## RESUMO

MATOS, Richer Andrade de. **Arranjo produtivo local (APL) como gerador de capital social: o caso do APL de Imbituva-PR**. 2009. 111p. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento) - FAE Centro Universitário. Curitiba, 2009.

A busca pelo desenvolvimento local é incessante. Sabe-se que para tal alcance a região é dependente de fatores externos, sob os quais ela não possui domínio, e também de elementos endógenos, sob os quais se tem algum controle. Tem-se na literatura atual que o modelo de Arranjo Produtivo Local (APL) é uma das estratégias para se alcançar o desenvolvimento de uma região. O modelo é tido pelo atual governo do Estado do Paraná como uma das principais alternativas de desenvolvimento e recuperação de regiões deprimidas no interior do Estado, tanto que o incorporou ao seu Programa Plurianual (PPA), entre 2004 e 2007. Entre as principais características que distinguem um APL de uma simples aglomeração de empresas está a cooperação, que ocorre simultaneamente à competição. Para que isso ocorra, faz-se necessário a existência de um elevado nível de capital social. Este tipo de capital, além de ser de vital importância para o APL, tem sido apontado em diversos estudos quanto à sua importância também para o desenvolvimento local. Este trabalho parte do pressuposto de que para o alcance, de fato, do desenvolvimento, os frutos do APL devem ser criados e distribuídos por entre todos os atores locais. Outra premissa é de que o capital social age sobre e também sofre a ação do ambiente, por isso ele pode ser ampliado através de ações e sua ampliação reflete em melhorias para o próprio local e para a população em seu entorno, acarretando um maior empoderamento da comunidade. Dessa forma, objetivou-se analisar se o APL de malhas de Imbituva-PR têm sido, além de uma estratégia de sobrevivência e competitividade das empresas, também uma fonte efetiva de fomento à elevação do nível de capital social dentro do APL e em seu entorno, ocasionando assim rebatimentos à comunidade, além da geração de emprego e renda, apenas. Após a realização da revisão bibliográfica, dos levantamentos de dados secundários e primários, os resultados permitem concluir que mesmo havendo fortes indícios da evolução do fluxo e estoque de capital social dentre os atores participantes do APL, inclusive com rebatimentos positivos para parte de seu entorno, algumas ações pontuais devem ser realizadas, a fim de se fortalecer e expandir tal estoque, uma vez que nem todos rebatimentos que podem ser constatados para um local com elevado nível de capital social foram observados dentro do APL de malhas de Imbituva-PR.

**Palavras-chave:** desenvolvimento local; desenvolvimento socioeconômico; Imbituva-PR; arranjo produtivo local; capital social.

## ABSTRACT

MATOS, Richer Andrade de. **Local Productive Arrangement (APL) as social capital generator: the Imbituva-PR APL case.** 2009. 111p. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento) - FAE Centro Universitário. Curitiba, 2009.

The search for the local development is incessant. Sabe that for such reach the region is dependent of external factors, under which it it does not possess domain, and also of endogenous elements, under which if it has some control. It is had in the current literature that the model of Local Productive Arrangement (APL) is one of the strategies to reach the development of a region. The model is had by the current government of the State of the Paraná as one of the main alternatives of development and recovery of regions depressed in the interior of the State, as much that incorporated it its Programa Plurianual (PPA), between 2004 and 2007. Between the main characteristics that they distinguish a APL of a simple agglomeration of companies is the cooperation, that occurs simultaneously to the competition. So that this occurs, the existence of one becomes necessary raised level of social capital. This type of capital, beyond being of vital importance for the APL, has been pointed in diverse studies how much to its importance also with respect to the local development. This work has left of the estimated one of that for the reach, in fact, of the development, the fruits of the APL must be created and distributed among all the local actors. Another premise is of that the social capital acts on and also suffers the action from the environment, therefore it can be extended through action and its magnifying reflects in improvements for the proper place and the population in its entorno, causing a bigger empowerment of the community. Of this form, it was objectified to analyze if the APL of meshes of Imbituva-PR has been, beyond a strategy of survival and competitiveness of the companies, also a source accomplishes of promotion to the rise of the level of social capital inside of the APL and in its entorno, thus causing strikings to the community, beyond the generation of job and income, only. After the accomplishment of the bibliographical revision, of the secondary and primary data-collectings, the results allow to conclude that exactly having strong indications of the evolution of the flow and supply of social capital amongst the participant actors of the APL, also with positive strikings for part of its entorno, some prompt actions must be carried through, in order to fortify itself and to expand such supply, a time that nor all strikings that can be evidenced for a place with raised level of social capital had been observed inside of the APL of meshes of Imbituva-PR.

**Keywords:** local development; economic and social development; Imbituva-PR; Arranjo Produtivo Local; social capital.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, EMPREGOS DIRETOS E EMPREGOS POR ESTABELECIMENTO NO RAMO DE MALHARIAS, EM IMBITUVA, NO PERÍODO DE 1994 A 2009 .....	80
TABELA 02 – NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS POR EMPRESA, NO APL DE IMBITUVA-PR.....	82



## LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – FORMAS DE CAPITAIS INTANGÍVEIS DETERMINANTES DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL .....	37
QUADRO 02 – DEFINIÇÕES SELECIONADAS DE CAPITAL SOCIAL E CLASSIFICADAS DE ACORDO COM SUAS FONTES, A AÇÃO COLETIVA POSSÍVEL E SEUS RESULTADOS. ....	56
QUADRO 03 – AÇÕES QUE GERAM CAPITAL SOCIAL, A PARTIR DE AUTORES SELECIONADOS.....	72
QUADRO 04 – REBATIMENTOS DO CAPITAL SOCIAL, A PARTIR DE AUTORES SELECIONADOS .....	72
QUADRO 05 – CONSTATAÇÕES OBJETIVADAS A PARTIR DAS QUESTÕES PRESENTES NO QUESTIONÁRIO.....	73
QUADRO 06 – CONSTATAÇÕES VERIFICADAS A PARTIR DOS ATORES (EMPRESÁRIOS) PARTICIPANTES DO APL DE IMBITUVA, NO QUE TANGE À GERAÇÃO E AOS REBATIMENTOS CONSTATADOS A PARTIR DO CAPITAL SOCIAL. ....	111

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – RELAÇÃO ENTRE AS DIMENSÕES DO CAPITAL SOCIAL.....	57
FIGURA 02 – MESORREGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ .....	76
FIGURA 03 – MESORREGIÃO SUDESTE DO ESTADO DO PARANÁ.....	77
FIGURA 04 – GOVERNANÇA DO APL DE MALHAS DE IMBITUVA-PR.....	81

## LISTA DE SIGLAS

APL	– Arranjo Produtivo Local
SEFA	– Secretaria de Estado da Fazenda
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	– Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IDH	– Índice de Desenvolvimento Humano
PNUD	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PIB	– Produto Interno Bruto
ONU	– Organização das Nações Unidas
CMMAD	– Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
SEBRAE	– Serviço Brasileiro de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	– Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESC	– Serviço Social do Comércio
SENAR	– Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
ONG	– Organização Não Governamental
SPL	– Sistema Produtivo Local
BNDES	– Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
SEPL	– Secretaria do Planejamento
MSG	– Mesorregião Geográfica
MRG	– Microrregião Geográfica
RAIS	– Relação Anual de Informações Sociais
MTE	– Ministério do Trabalho e Emprego
CNAE	– Classificação Nacional de Atividades Econômicas
FEMAI	– Feira de Malhas de Imbituva
SINDITÊXTIL	– Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Paraná
FIEP	– Federação das Indústrias do Estado do Paraná
SENAI	– Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
2	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	17
2.1	CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	17
2.2	DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	23
2.2.1	<b>Desenvolvimento Sustentável: um Conceito em Evolução</b> .....	24
2.3	DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	27
2.4	ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLS) .....	39
2.5	CARACTERIZAÇÃO DE APLS .....	43
2.6	CAPITAL SOCIAL: CONCEITUAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO.....	52
2.7	APLS, CAPITAL SOCIAL, ASSOCIATIVISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	62
3	<b>METODOLOGIA</b> .....	68
4	<b>O APL DE IMBITUVA E A GERAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL</b> .....	75
4.1	CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA-PR.....	75
4.2	O APL DE MALHAS DE IMBITUVA .....	78
4.3	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	83
4.3.1	<b>Quanto à Percepção Individual sobre a Importância da Cooperação e sua Evolução dentro do APL</b> .....	83
4.3.2	<b>Quanto a Ocorrência e o Tratamento Dado às Ações Oportunistas dentro do APL</b> .....	88
4.3.3	<b>Quanto ao Sentimento de Pertença e o Nível de Democracia no Acesso aos Parceiros do APL</b> .....	90
4.3.4	<b>Quanto a Mobilização/Solidariedade entre Atores do APL</b> .....	90
4.3.5	<b>Quanto às Ações de Voluntariado, Ações em Prol da Comunidade (Entorno) ..</b>	91
4.3.6	<b>Quanto à Participação Cívica</b> .....	94
4.3.7	<b>Quanto à Participação em Outras Associações no Município</b> .....	95
5	<b>CONCLUSÕES</b> .....	97
6	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	100
	<b>ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA DE CAMPO</b> .....	107
	<b>ANEXO 2 – QUADRO 6</b> .....	110

## 1 INTRODUÇÃO

O debate sobre o desenvolvimento de regiões no atual cenário econômico tem sido intenso. A região não deve e nem pode ser analisada como um local independente ou isolado. Mesmo países, no cenário de globalização econômica, necessitam enquadrar suas políticas de forma que estejam voltadas à participação deste no circuito mundial, ou seja, necessitam estar cientes de sua participação como uma região do planeta. Ao se tratar de regiões no interior de um país, estas precisam ser observadas e estudadas como um membro, de fato, da federação, por isso mesmo possuem a condição de região.

A expansão de uma atividade ou de atividades econômicas que possam impulsionar uma região ao desenvolvimento deve ser planejada com a consciência de que estas, atividade e região, estão atreladas a um âmbito superior, ou seja, seu Estado e ou País e toda sua superestrutura.

Boisier (1989) destaca três variáveis determinantes do desenvolvimento regional, as quais remetem a duas variáveis que estão fora do poder de decisão da região (política macroeconômica e a importância que a região tem para o país) e uma endógena à região, a única sobre a qual ela tem algum poder de influência, ou seja, a capacidade de organização social de seus atores.

Becker (2003) expõe que a reação positiva a estímulos externos, por parte de uma região, ao desenvolvimento, resultará da capacidade organizacional dos agentes regionais (econômicos, sociais e políticos) de superar as contradições e resolver os conflitos através da integração dos interesses locais com os interesses sócios ambientais regionalizados e destes com os interesses econômico-corporativos transnacionalizados.

A capacidade organizacional a que ambos os autores se referem (BOISIER, 1989; BECKER, 2003) estão alicerçadas no capital social. Trata-se de um tipo de capital, identificado e validado no século XX. Mais especificamente, o capital social reflete a capacidade de cooperação entre atores para o alcance de objetivos coletivos.

Tem-se também que, atualmente, o fomento às atividades econômicas é um dos principais meios para se almejar com maior rapidez o desenvolvimento de regiões. Dessa forma, pode-se inferir que estratégias específicas a cada segmento e a cada região devam ser estimuladas para o sucesso das instituições locais e conseqüentemente de todo o seu entorno.

Nesse sentido, o Arranjo Produtivo Local (APL) representa uma estratégia organizacional local, que também está atrelada a outras condicionantes externas à região, ou seja, política macroeconômica, executada pelo governo, e a importância da região para o país.

Na segunda metade do século XX tornou-se ganhou espaço na literatura da economia regional e da geografia econômica, o sucesso das experiências americanas e européias associadas às aglomerações produtivas especializadas.

Considerados os diferentes estágios de desenvolvimento, os APLs estão presentes em regiões situadas ao longo do território brasileiro, nos grandes, médios e até mesmo em pequenos municípios.

Entre as principais características de um APL estão a difusão do conhecimento e o associativismo entre os atores participantes.

Nestas condições, a capacidade de cooperar e, conseqüentemente, as relações de confiança entre os atores locais para a ocorrência da mobilização necessária, tornam-se condições primordiais para a constituição e sucesso do APL.

Nota-se então que tanto um plano para o desenvolvimento regional quanto a estratégia de APLs (que é também uma estratégia para o desenvolvimento de regiões), para a potencialização de seus sucessos, estão subordinados à existência de bons níveis de capital social.

Assim tomamos por pressuposto que um elevado nível de capital social facilita o desenvolvimento de APLs e, conseqüentemente, de regiões.

Mas sabe-se que o APL visa, em última instância, a sobrevivência dos atores participantes, afinal trata-se de instituições participantes do mercado e que, por vezes, esta é quase exclusivamente a única “preocupação” dos envolvidos e que algumas e importantes condicionantes do sucesso de tal estratégia, dentre eles o

capital social, são relegados ao segundo plano. Tendo pouco ou nenhuma importância na pauta de prioridades dos atores envolvidos. E, ao não atender tal premissa, a aglomeração tende ao risco de constituir-se em um modelo reducionista, de baixo impacto social, sem efetividade ou durabilidade, mesmo econômica.

Por isso nosso problema de pesquisa é: as relações ocasionadas no interior de um APL podem, por si só, gerar capital social?

Dessa forma, o trabalho tem por objetivo geral verificar se o APL de malhas tricô de Imbituva, no Estado do Paraná, tem realmente contribuído para a geração e elevação do capital social entre os atores diretamente envolvidos no arranjo.

Como objetivos específicos procurar-se-á: Discutir o desenvolvimento local; Analisar a possível relação entre APL, capital social e o desenvolvimento local; Evidenciar as ações iniciadas dentro do APL de malhas de Imbituva que podem contribuir para a expansão do nível de capital social local.

Optou-se por realizar o estudo no APL de malhas tricô de Imbituva, no Paraná. Tal opção se deu em função da importância do segmento naquele município, tanto quanto gerador de postos de trabalho e renda no município, conforme será analisado com maior detalhamento no capítulo 4, como também por ser tido, dentre os APLs validados no Estado pelo IPARDES, um dos que mais evoluíram rumo à consolidação do modelo, nos últimos anos.

A justificativa para a realização do trabalho está baseada em dois quesitos:

- Na importância que o modelo de APL tem como uma estratégia alternativa para o desenvolvimento local e no fato de não se ter encontrado trabalhos semelhantes, ou seja, que se dispusesse a investigar a possibilidade de geração e expansão de capital social a partir de um APL. Grande parte da literatura encontrada atualmente sobre APLs trata quase que exclusivamente das organizações constituintes do mesmo sob a ótica da estrutura e efetividade da aglomeração quanto APL, ou seja, das empresas participantes da aglomeração e dos ganhos obtidos pelas mesmas, deixando para segundo plano (ou às vezes nem isso) a análise de outros rebatimentos ocasionados no interior e no entorno da estrutura, tão

importantes quanto a geração de renda, como, por exemplo, a capacidade de mobilização social que tem por premissa a existência de um elevado nível de capital social;

- Na continuidade dada à realização de pesquisas voltadas a investigação do capital social como fator determinante no desenvolvimento regional, no Programa de Mestrado em Organizações e Desenvolvimento da UNIFAE. Entre os trabalhos realizados na área, estão as pesquisas de Pedro Salanek Filho<sup>1</sup>, que se propôs à investigar a geração de capital social a partir de uma cooperativa agropecuária e de Maria Auxiliadora Villar Castanheira<sup>2</sup> que analisou a interação entre capital social, sustentabilidade e o esporte.

A pesquisa tem cunho exploratório, cujo método optado foi o estudo de caso. O levantamento de dados se deu de forma quantitativa e qualitativa. No âmbito quantitativo foram analisados dados secundários obtidos junto a fontes específicas como SEFA, IBGE, IPARDES, órgãos públicos, entre outros. Dados estes referentes aos aspectos sócio-econômicos da região. Complementarmente, fora realizado um levantamento junto à atores selecionados (empresários) envolvidos diretamente com o APL de Imbituva, através da aplicação de questionário semi-estruturado.

A realização do trabalho deparou-se com alguns limitadores, que conseqüentemente tornam limitadas também as conclusões geradas. Entre tais limitações estão:

- a) Embora um elevado número de publicações sobre APLs e também sobre capital social, escassos são os trabalhos que destinam a investigar um APL sob a ótica da geração de capital social e sua possível expansão dentro do arranjo, uma vez que a maior parcela dos trabalhos, a que se teve acesso, partia do pressuposto de que o APL apenas se “apropria” do capital social já instalado e não se preocupavam em verificar se ele pode também ser um gerador de tal tipo de capital.

---

<sup>1</sup> Ver SALANEK FILHO, 2007.

<sup>2</sup> Ver CASTANHEIRA, 2008.



b) A inexistência de um modelo consolidado para mensuração do nível de capital social e do grau de fortalecimento para o mesmo;

O trabalho está dividido em quatro capítulos. Além desta introdução, têm-se o capítulo 2, no qual é realizada uma revisão bibliográfica sobre os principais temas envolvidos no trabalho, a saber: o crescimento, o desenvolvimento, desenvolvimento local, capital social e APLs.

O capítulo 3 apresenta a metodologia aplicada para a execução do trabalho.

No capítulo 4 têm-se a discussão dos resultados obtidos ao longo da pesquisa de campo.

E por fim serão apresentadas as conclusões.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O conceito de crescimento econômico desponta em 1776 com a publicação de “A Riqueza das Nações<sup>3</sup>”, de Adam Smith, obra em que o autor estuda a formação da riqueza de uma nação, raciocinando sobre o funcionamento dos mercados e a relação da expansão dos mesmos para ganhos de escala de produção, onde os custos médios seriam reduzidos e permitiriam gerar lucros.

Para Smith, um dos principais representantes da *Escola Clássica* na economia, estes lucros ampliariam as possibilidades de emprego da mão-de-obra economicamente ativa, o que incrementaria a renda da população e, no longo prazo, levaria a uma redistribuição de renda entre o capital e o trabalho.

De acordo com Hunt (2005, p.54):

No contexto da teoria da história, de Smith, o capitalismo representava o estágio mais alto da civilização e atingiria seu ponto culminante quando tivesse evoluído para um estado em que o governo tivesse adotado uma política de *laissez-faire*, permitindo que as forças da concorrência e o livre jogo da oferta e da demanda regulassem a economia, que ficaria quase que completamente livre das restrições do governo ou de suas intervenções [...] A acumulação do capital terá sido, então, a principal fonte de progresso econômico e os lucros terão sido a fonte do novo capital.

O crescimento econômico é tido então, para Smith, como uma das principais condições para o alcance do desenvolvimento, ou melhor, como o próprio desenvolvimento.

As discussões de um conceito distinto de desenvolvimento começam por Schumpeter, no início do século XX, que atribui ao crescimento uma característica apenas expansiva, enquanto que o desenvolvimento, segundo o autor, somente ocorreria “na presença de inovações tecnológicas, por obra de empresários inovadores, financiados pelo crédito bancário. O processo produtivo deixa de ser rotineiro e passa a existir lucro extraordinário” (SOUZA, 1999, p.16).

---

<sup>3</sup> Ver SMITH, 1937.

Embora a conceituação de Schumpeter seja distinta daquela observada por Smith, quanto ao desenvolvimento, nota-se que o autor ainda analisa o desenvolvimento de forma estritamente econômica.

Entretanto, durante o amadurecimento do capitalismo no final do século XIX e início do século XX, em que ficou patente o desnível de renda entre países ricos e pobres e dentro das próprias sociedades industrializadas, a discussão do econômico enquanto distribuição começou a ser exposta e questionada, em especial a partir dos anos 1930 com a utilização da Contabilidade Nacional, inspirada pelas teorias keynesianas<sup>4</sup> em que as nações passaram a ser classificadas conforme sua renda per capita.

O surgimento do conceito de desenvolvimento, base para aquele debatido atualmente, distinto do conceito puro de crescimento econômico, deu-se no período pós-guerra (BOISIER 2001; SACHS 2004), no contexto de preparação de projetos de reconstrução da Europa.

Sachs (2004, p.30) afirma que o cenário verificado em grande parte da Europa, naquele momento, era o de uma:

[...] estrutura fundiária anacrônica, agricultura camponesa atrasada, condições adversas de comércio para as commodities primárias, industrialização incipiente, desemprego e subemprego crônicos, e necessidade de um Estado desenvolvimentista ativo para enfrentar o desafio de estabelecer regimes democráticos capazes simultaneamente de conduzir a reconstrução do pós-guerra e de superar o atraso social e econômico.

Neste contexto, conclui Sachs (2004, p.31-31):

Em grande medida, o trabalho da primeira geração de economistas do desenvolvimento foi inspirado na cultura econômica dominante da época, que pregava a prioridade do pleno emprego, a importância do Estado de bem-estar, a necessidade de planejamento e a intervenção do Estado nos assuntos econômicos para corrigir a miopia e a insensibilidade social dos mercados.

Nota-se que, embora ainda restrito à dimensão econômica, o conceito de desenvolvimento já tendia a uma evolução.

---

<sup>4</sup> Ver KEYNES, 1936.

Para Boisier (2001), a publicação que pode ser tomada como marco da distinção de desenvolvimento e crescimento econômico vem do economista britânico Dudley Seers. Ao analisar o artigo publicado por Seers<sup>5</sup>, Boisier (2001, p.3) constata que:

Seers, fuertemente inspirado en el pensamiento de Gandhi, sostiene que debemos preguntarnos a nosotros mismos acerca de las condiciones necesarias para la realización del potencial de la personalidad humana, algo comúnmente aceptado como objetivo. A partir de esta pregunta Seers apunta a la alimentación, como una necesidad absoluta (inmediatamente traducida a pobreza y a nivel de ingreso). Una segunda condición básica para el desarrollo personal es el empleo y la tercera, es la igualdad entendida como equidad, aquí por tanto ya se introduce un elemento subjetivo e intangible puesto que el concepto de equidad tiene tales dimensiones.

Nota-se que o autor toma como base do conceito de desenvolvimento a condição humana, pessoal, e não apenas a condição econômica de um país ou região.

Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (1986) *apud* Boisier (2001, p.5) propuseram um novo conceito para o desenvolvimento, também a partir do indivíduo, denominado “Desarrollo a Escala Humana”, na qual:

Desarrollo [el desarrollo a escala humana] se concentra y sustenta en la satisfacción de las necesidades humanas fundamentales, en la generación de niveles crecientes de autodependencia y en la articulación orgánica de los seres humanos con la naturaleza y la tecnología, de los procesos globales con los comportamientos locales, de lo personal con lo social, de la planificación con la autonomía y de la Sociedad Civil con el Estado.

Dando continuidade à expansão do conceito de desenvolvimento e seguindo uma trajetória semelhante à de Seers, Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn, o economista paquistanês Mahbub ul Haq (1934-1998) e o economista indiano Amartya Sen, na tentativa de tornar o desenvolvimento algo mensurável, desenvolveram, no início da década de 1990, o IDH<sup>6</sup>, que, de acordo com o

---

<sup>5</sup> Ver SEERS, 1970.

<sup>6</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano é obtido através do PIB per capita, depois de corrigido pelo poder de compra da moeda de cada país e por outros dois componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Essas três dimensões têm a mesma

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tem por objetivo ser um contraponto ao *PIB per capita*, que até então era o índice mais utilizado para se caracterizar uma região, mas que retrata apenas a dimensão econômica de tal situação.

Porém, ainda que evidencie de forma mais completa a realidade das pessoas em determinada região, do que aquela exposta apenas pelo PIB per capita, o próprio PNUD reconhece a limitação do IDH.

Em 1995, Boutros Boutros-Ghali, então secretário geral da ONU, publicou o documento *An agenda for development*<sup>7</sup>, no qual são expostas cinco dimensões para o desenvolvimento: a paz, o crescimento econômico, o ambiente, justiça social e democracia. As quais foram sintetizadas por Boisier (2001, p.4) da seguinte forma:

1) Paz como pilar: A aproximação tradicional ao desenvolvimento pressupõe que este ocorre sob circunstâncias da paz. O desenvolvimento não pode prosseguir facilmente em sociedades onde os interesses militares estão no centro da vida; 2) A economia como o motor do progresso: O crescimento econômico é o motor do desenvolvimento. Acelerar a taxa do crescimento econômico é uma condição para expandir a base de recursos econômicos, tecnológicos e de transformação social... não é suficiente, entretanto, perseguir o crescimento econômico por si só; 3) O ambiente como uma base para a sustentabilidade. O desenvolvimento e o ambiente não são conceitos separados, nem pode haver sucesso em um, sem que o mesmo ocorra com o outro; 4) Justiça como um pilar da sociedade: O desenvolvimento não ocorre em um vácuo, nem é construído em cima de uma fundação abstrata. O desenvolvimento ocorre dentro de um contexto social específico e em resposta às circunstâncias sociais específicas... O povo é o principal recurso de um país e seu bem estar define o desenvolvimento; 5) Democracia na governança: A ligação entre o desenvolvimento e a democracia é intuitiva, por isso seu reflexo é difícil de elucidar... No contexto do desenvolvimento, a boa governança tem diversos reflexos. Entre seus projetos deve estar a perseguição de uma estratégia nacional voltada para o desenvolvimento. Projetos que assegurem a capacidade, a confiabilidade e a integridade das instituições do núcleo do estado moderno (tradução nossa).

Tal expansão do conceito permite agora a investigação também por parte de sociólogos, antropólogos, psicólogos, historiadores, entre outros. Dessa forma, a investigação sobre o desenvolvimento torna-se mais complexa, multidisciplinar e integral do que inicialmente, quando a discussão cabia apenas à dimensão econômica, ao crescimento econômico propriamente dito.

---

importância no índice, que varia de zero (inexistência de desenvolvimento) a um (totalmente desenvolvido) (PNUD, 2009).

<sup>7</sup> Ver Boutros-Gali, 1995.

Esta evolução observada sobre o desenvolvimento, deixando de ser associado apenas à dimensão econômica e avançando também para as dimensões política, social e ambiental, tem o tornado cada vez mais completo, mas também mais complexo e intangível.

Sachs (2004, p.26), ao analisar o recente debate sobre o conceito de desenvolvimento, aponta a existência de duas concorrentes extremas, sobre as quais discorre:

Os autodenominados pós-modernos propõem renunciar ao conceito, alegando que o desenvolvimento tem funcionado como uma armadilha ideológica construída para perpetuar as relações assimétricas entre as minorias dominadoras e as majorias dominadas, dentro de cada país e entre os países. Propõem avançar para um estágio de pós-desenvolvimento. Sem explicar claramente o seu conteúdo operacional concreto. Estão certos, por suposto, quando questionam a possibilidade de crescimento indefinido do produto material, dado o caráter finito do nosso planeta. Porém, esta verdade óbvia não diz muito sobre o quê deveríamos fazer nas próximas décadas para superar os dois principais problemas herdados no século XX, apesar do seu progresso científico e técnico sem precedentes: o desemprego em massa e as desigualdades crescentes [...] Quanto aos fundamentalistas de mercado, eles implicitamente consideram o desenvolvimento como um conceito redundante. O desenvolvimento viria com o resultado econômico graças ao "efeito cascata" - trickle down effect. Não há necessidade de uma teoria do desenvolvimento. Basta aplicar a economia moderna, uma disciplina a-histórica e universalmente válida [...] A teoria do efeito cascata seria totalmente inaceitável em termos éticos, mesmo se funcionasse, o que não é o caso. Num mundo de desigualdades abismais, é um absurdo pretender que os ricos devam ficar mais ricos ainda, para que os destituídos possam ser um pouco menos destituídos.

Furtado (1983, p.90) distingue os conceitos de crescimento e desenvolvimento da seguinte forma:

Assim, o conceito de desenvolvimento compreende a idéia de crescimento, superando-a. Com efeito: ele se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa. Essa complexidade estrutural não é uma questão de nível tecnológico. Na verdade, ela traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendrada pela divisão do trabalho social. Porque deve satisfazer às múltiplas necessidades de uma coletividade é que o conjunto econômico nacional apresenta sua grande complexidade de estrutura. Esta sofre a ação permanente de uma multiplicidade de fatores sociais e institucionais que escapam à análise econômica corrente [...] O conceito de crescimento deve ser reservado para exprimir a expansão da produção real no quadro de um subconjunto econômico. Esse crescimento não implica, necessariamente, modificações nas funções de produção, isto é, na forma em que se combinam os fatores no setor produtivo em questão.

Dessa forma, é possível inferir que o crescimento econômico não necessariamente seja capaz de garantir o desenvolvimento, ou seja, pode haver

crescimento na geração de riqueza sem que haja distribuição desta e conseqüente melhora na qualidade de vida da população em geral.

Para Sachs (2004, p.13):

[...] os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos.

A dificuldade em operacionalizar o conceito de desenvolvimento torna-se evidente quando Sachs (2004, p.25) ao citar Joan Robinson, expõe o desenvolvimento como “um elefante: difícil de definir, porém fácil de reconhecer.”

O fato é que, com a ampliação analítica do conceito de desenvolvimento surgiu, como conseqüência natural, o conceito de subdesenvolvimento.

A construção de uma explicação para o subdesenvolvimento opôs duas correntes críticas. De um lado os críticos ao sistema, muitos de inspiração marxista, e de outro lado os defensores da economia neoclássica, estes mais preocupados com a distribuição do que os clássicos. Os primeiros compreenderam o papel do subdesenvolvimento como fruto da vontade das potências centrais em subalternizar as demais economias, a fim de que se mantivesse uma distribuição internacional do trabalho em que estes países fossem fornecedores de matérias-primas e alimentos a preços baixos para as necessidades dos países centrais, reforçado por uma “aliança” entre o capital internacional e as elites internas, a fim de manter inalterado este *status quo*. Do outro lado, o dos neoclássicos, ligou-se o não-desenvolvimento das economias periféricas à falta de capital para investimento nestas economias.

Tem então uma evolução do conceito de desenvolvimento para além do simples crescimento econômico. A introdução de novas dimensões junto à econômica tornou o conceito mais abrangente, mais completo, mas também mais complexo e intangível.

Uma nova discussão posta, para além da do que é desenvolvimento e de como gerá-lo, é agora a de como mantê-lo, em todas as dimensões e não mais apenas na econômica.

## 2.2 DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Embora uma evolução sobre o conceito tenha ocorrido nas últimas décadas, a atual busca pelo desenvolvimento continua primando pelo crescimento econômico, em primeiro plano. Em alguns casos, de determinadas regiões e países, é possível identificar um real avanço para estágios de desenvolvimento econômico, com melhora de alguns indicadores sócio-econômicos, porém, estes casos são a minoria entre muitos.

De acordo com Silva (2006) ainda que se tenha observado a distinção conceitual entre crescimento e desenvolvimento, as políticas e ações econômicas se orientam pelo uso intensivo de recursos em privilégio ao objetivo de aumentar a produção, o consumo e a riqueza. Segundo o autor, a sustentação desse tripé econômico seria o grande desafio para o desenvolvimento da sociedade.

Sen (2000) questiona este atual modelo de desenvolvimento econômico, qualificando-o como uma política cruel de desenvolvimento. Tal modelo tende a esgotar a base de recursos naturais, além de ampliar as distorções sociais. Por isso, de acordo com o autor, a base de desenvolvimento de uma região não deve estar apenas na busca pela dimensão econômica, mas sim, na dimensão sociocultural, em cujo contexto os valores e as instituições são fundamentais.

Conclui Sen (2000) que o desenvolvimento econômico não é apenas uma consequência da inovação tecnológica e da existência de progresso técnico associadas a investimentos em P&D, mas também de um terceiro fator de produção: os recursos humanos e a acumulação de capital social.

Brasileiro (2006, p.88) aponta que:

[...] os resultados alcançados com a implantação do modelo de desenvolvimento vigente, baseado na otimização dos lucros, na industrialização como única via de desenvolvimento, no uso indiscriminado dos recursos naturais, no crescimento econômico como fator antecedente ao desenvolvimento, propiciaram a emergência de novas formas de pensar o desenvolvimento, procurando atender ou mesmo explicar, a questões até então negligenciadas, tais como: a distribuição desigual das riquezas; o agravamento da pobreza e exclusão social; a precarização das relações de trabalho; e o esgotamento dos recursos naturais.



É nesse contexto que surge e intensifica-se o conceito de Desenvolvimento Sustentável, a partir da década de 1980.

### **2.2.1 Desenvolvimento Sustentável: um Conceito em Evolução**

A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento<sup>8</sup> (CMMAD) da ONU, através do Relatório Brundtland (1991)<sup>9</sup>, conceituou desenvolvimento sustentável como o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas próprias necessidades.”

Entretanto, o conceito assim posto acaba por reduzir, por minimizar, uma série de questões que devem ser analisadas quanto a um verdadeiro estágio de desenvolvimento, a curto e longo prazo, como, por exemplo, o atendimento presente de uma série de necessidades e disparidades observadas por todo o globo.

Para Fernandes (2003), o conceito de desenvolvimento sustentável, como hoje é apresentado à sociedade, acaba por obscurecer aquele que deveria ser o verdadeiro foco do debate atual em todos os aspectos e não apenas no ambiental, a saber, as diferenças, entre grupos sociais e entre nações, causadas pela atual forma de organização social de produção, ou seja, o atual sistema econômico de mercado.

Lima (2003) contribui com tal visão ao apontar que não há sustentabilidade possível sem a incorporação das desigualdades sociais e políticas e de valores éticos de respeito à vida e às diferenças culturais.

Fernandes (2003) analisa o presente debate sobre a busca pelo desenvolvimento sustentável como uma forma de legitimação e manutenção do poder pelos países dominantes, uma vez que o discurso prevê a necessidade de

---

<sup>8</sup> A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) foi instituída em 1983, composta por representantes de 21 países e presidida por Gro Harlem Brundtland, na época, primeira-ministra da Noruega. A comissão foi formada por representantes de: Noruega, Sudão, Itália, Arábia Saudita, Zimbábue, Costa do Marfim, República Federal da Alemanha, Hungria, República Popular da China, Colômbia, Índia, Brasil (Paulo Nogueira Neto), Japão, Guiana, Estados Unidos, Argélia, Indonésia, Nigéria, União Soviética, Iugoslávia e Canadá. Esses representariam os grupos de países liberais e socialistas, industrializados e em desenvolvimento (3º mundo).

<sup>9</sup> O relatório foi o resultado extraído da convenção da ONU ocorrida em 1987, publicado sob o título Nosso Futuro Comum. Ver CMMAD, 1991.

controle e manutenção do meio ambiente sem apontar que no presente a grande massa de países do globo apresenta preponderância de baixas rendas, níveis inaceitáveis de acesso à saúde, baixos níveis de escolaridade e baixas quantidades diárias de consumo per capita de proteínas.

Dessa forma faz-se necessário refletir sobre a possibilidade futura de atendimento das necessidades da sociedade se hoje ela não acontece de forma igualitária.

Retomando Fernandes (2003), a autora analisa que a preocupação central da política ambiental, sob a égide do conceito de desenvolvimento sustentável, tem sido a de assegurar a gestão internacional dos principais ecossistemas, com o objetivo de garantir a durabilidade e disponibilidade de importantes estoques de recursos naturais funcionais ao desenvolvimento econômico, para assegurar àqueles povos que são privilegiados em seu desenvolvimento social, a manutenção de seus níveis de desenvolvimento e consumo. Assim, sob a ótica da autora, a busca pelo desenvolvimento sustentável, como hoje é trabalhada, trata então de uma forma de monitorar, gerir e controlar os estoques de recursos naturais, elaboradas e implementadas a partir de países do Norte.

Já Brasileiro (2006, p.88) observa que:

A concretização das idéias e princípios formulados a partir do conceito de desenvolvimento sustentável tem assumido nuances variadas, a partir da realidade que cada sociedade apresenta. Nos países considerados de primeiro mundo, é a relação entre o crescimento econômico e a preservação ambiental, assim como as intrincadas relações políticas, que dão a tônica às discussões a respeito da proposta e sua viabilidade. Para os países emergentes, soma-se a isto as graves questões sociais, onde o meio ambiente enquanto produto das relações do homem com o meio físico natural reflete as conseqüências das desigualdades sociais, da má distribuição de renda, poder e informação.

Em relação ao desenvolvimento sustentável, ainda que haja distintas críticas ao conceito, não se pode negar sua visão multidimensional, que vem de encontro às necessidades reais do mundo atual em seus anseios pelo desenvolvimento equilibrado, conforme constata Brasileiro (2006, p.88).

Para Sachs (2004), o desenvolvimento sustentável está estruturado a partir de cinco pilares:

- a) o Social, fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de disrupção social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do nosso planeta;
- b) o Ambiental, com as suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para a disposição de resíduos);
- c) o Territorial, relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades;
- d) o Econômico, sendo a viabilidade econômica a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam;
- e) a Política, pois a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem, a liberdade faz toda a diferença. (SACHS 2004, p.15-16)

Silva (2006, p.17) expõe o desenvolvimento sustentável como o:

[...] resultado da interação social em um determinado espaço, com bases culturais cultivadas no decorrer do tempo, com finalidades econômicas e obedecendo às instituições reconhecidas naquela sociedade e considerando a manutenção do estoque ambiental existente.

Conclui Silva (2005, p.38) que:

O conceito de desenvolvimento sustentável deve ser visto como uma nova forma de enxergarem, teoricamente, os fatos. A sociedade evolui esteada em sua inter-relação nas dimensões sociais, ambientais, culturais, econômicas e espaciais e, por isso, não se pode analisar, parcialmente, o processo de desenvolvimento. Visto esse processo como um sistema adaptativo complexo, nota-se que as mudanças são irreversíveis e contínuas, ampliando a responsabilidade de toda sociedade com o seu presente e com o das futuras gerações. Essa responsabilidade demanda ações construtivas de uma base de discussão teórica e aplicada que se sustenta na busca contínua da evolução da sociedade e das alternativas decisórias, com as quais conta para otimizar os recursos existentes, considerando as dimensões inter-relacionadas, com a intenção de avançar de forma harmoniosa para o objetivo da sustentabilidade.

Para ser alcançado, o desenvolvimento sustentável depende de planejamento em longo prazo e do reconhecimento de que os recursos naturais do planeta são finitos e de todos. Não se trata de interromper o crescimento, mas de eleger um caminho que garanta o desenvolvimento integrado e participativo e que considere a valorização e o uso racional dos recursos naturais.

Conforme exposto, o conceito de desenvolvimento sustentável está cercado por críticos e defensores, que, embora possam divergir em questões pontuais, em

sua maioria, quase sempre convergem no que diz respeito à necessidade de um desenvolvimento global, que acarrete melhoria da qualidade de vida para toda a população através do equilíbrio entre as dimensões econômica, social, institucional, territorial e ambiental.

Dessa forma, a próxima seção tratará do desenvolvimento local, afinal, planos e projetos que visem o alcance de um desenvolvimento sustentável de forma macro, devem partir de iniciativas locais.

### 2.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL

A intensificação do processo de mundialização das relações, intitulado de globalização, trouxe, por mais paradoxal que pareça, uma nova importância às regiões. Afinal, ainda que a economia esteja globalizada, é na região que o processo se inicia e finda, pois produção e consumo, as chaves do capitalismo, acontecem mesmo é no local.

Barquero (2001, p.56) define o desenvolvimento econômico local como:

[...] um processo de crescimento e mudança estrutural que ocorre em razão da transferência de recursos das atividades tradicionais para as modernas, bem como pelo aproveitamento das economias externas e pela introdução de inovações, determinando a elevação do bem-estar da população de uma cidade ou região.

Franco (2002, p.79) observa que:

[...] a busca pelo desenvolvimento local é antiga, porém, os moldes atuais são inovadores, ou seja, o questionamento do primado econômico sobre as demais dimensões, tendendo então à concepção sistêmica, sobretudo dos sistemas adaptativos complexos (que trazem consigo a idéia de sustentabilidade como função de integração e como conservação da adaptação). Assim, as novas concepções de desenvolvimento local apontam para a complexidade; [...] para a efetividade de fatores não econômicos, esses então deixam de ser vistos como externalidades; [...] cooperação; [...] redes; [...] democratização da democracia, ou seja, política de fato; [...] novo padrão de relação entre Estado e sociedade.”

Para Haddad (2004, p.10):

A localização e a implantação de novas atividades econômicas numa região (Estado ou Município) podem elevar os seus níveis de produção, de renda, de emprego e da base tributável a um ritmo mais intenso do que o crescimento de sua população, sem que, entretanto, ocorra um processo de

desenvolvimento econômico e social. Os valores per capita do produto e da renda regional se expandem, denotando, basicamente, que a área de influência das novas atividades estará vivendo uma etapa favorável na sua trajetória de crescimento econômico e que, em média, estará havendo um aumento na quantidade de bens e serviços à disposição dos seus habitantes. Se as taxas de crescimento do PIB e da renda per capita da região se mantiverem positivas e elevadas por um longo período, pode-se afirmar que foi encontrada uma alternativa de expansão sustentada da sua economia. Este processo de crescimento econômico irá depender, principalmente, da capacidade da região para atrair recursos (financeiros, tecnológicos, institucionais, etc.) nacionais e internacionais, públicos e privados, através de diferentes modalidades (negociação de projetos; transferências intergovernamentais de natureza não-constitucional; etc.). Dependerá, também, dos impactos que as políticas macroeconômicas (monetária, cambial, fiscal) e setoriais (transporte, energia, etc.) terão sobre a economia regional; estas políticas, comandadas principalmente pelo Governo Federal, geram condições externas às decisões regionais que podem ou estimular ou frear o crescimento econômico da região, de acordo com os rebatimentos específicos destas políticas sobre sua estrutura produtiva. Quase sempre estas políticas são, por si só, predominantes e capazes de explicar o crescimento econômico e a evolução da renda de uma determinada região. Por outro lado, o processo de desenvolvimento de uma região, que pressupõe o seu crescimento econômico, dependerá, fundamentalmente, da sua capacidade de organização social e política, que se associa ao aumento da autonomia regional para a tomada de decisões, ao aumento da capacidade para reter e reinvestir o excedente econômico gerado pelo seu processo de crescimento regional, a um crescente processo de inclusão social, a um processo permanente de conservação e preservação do ecossistema regional.

Boisier (1989) destaca três variáveis determinantes do desenvolvimento regional:

- A política macroeconômica;
- A importância que a região tem para o país;
- A capacidade de organização social da região.

Em relação à política macroeconômica, sabe-se que seus principais objetivos são a busca pela elevação do nível de emprego, estabilidade de preços, distribuição de renda e crescimento econômico do país (VASCONCELLOS; GARCIA, 2004).

Uma vez que os objetivos são traçados no ambiente macro, nem sempre as medidas tomadas para tal são compatíveis com a realidade de algumas regiões internas ao país. Por isso, o rumo que o governo nacional opta por seguir acaba por vezes influenciando, positiva ou negativamente, a economia e também o desenvolvimento de determinadas regiões.

No que tange à importância que a região tem para o país, no atual quadro de globalização econômica, as empresas, principais atores econômicos do sistema

capitalista de produção, buscam instalar suas plantas em regiões que oferecem não apenas um mercado local fortalecido, mas, principalmente, uma estrutura local propícia ao desenvolvimento de suas atividades.

O governo, outro importante ator do atual sistema, detém uma receita geralmente incompatível com as necessidades totais do território nacional, por isso, sua capacidade de investimento é restrita e atende parcialmente a Federação. Assim, a importância que a região tem para o país, no que tange principalmente à recepção de investimentos públicos, acaba por ser um viés no momento de tomada de decisão do governo. Neste caso regiões tidas como pólos tendem a serem as receptoras da escassa verba pública<sup>10</sup>.

Por fim, de acordo com Boisier (1989), a capacidade organizacional social seria a única variável endógena à região, ou seja, a única sobre a qual a região pode obter certo controle. Segundo o autor, os elementos locais responsáveis por tal capacidade organizacional são:

- a) A qualidade e identificação da classe política regional;
- b) As características da classe empresarial;
- c) A qualidade de sua tecnocracia;
- d) A capacidade de organização dos demais segmentos da população.

Cabe à classe política local o papel de articuladora dos interesses da região frente às esferas políticas superiores e junto aos demais setores, como por exemplo, o setor privado. Para tanto, a classe política local deve ser comprometida com os anseios e necessidades locais. O atual regime democrático se faz através da representatividade, assim, quanto maior o comprometimento do representante outorgado pela sociedade, maior será a possibilidade de sucesso da região, obviamente, se observado os demais quesitos também.

A classe empreendedora, ou empresarial, tem vital importância no desempenho da região, uma vez que é ela a detentora do capital e a grande

---

<sup>10</sup> Tomando-se por base o desembolso médio do BNDES no período de 1997 à 2007, tem-se que a região Norte do país recebeu 3,8% do montante total concedido pela instituição; A região Nordeste ficou com 9,5%; O Centro-Oeste obteve 8,3%; A região Sul ficou com 19,4%, enquanto que a Região Sudeste obteve 59,0% do total disponibilizado pelo BNDES (cálculo realizado através dos valores nominais de desembolso informados pelo BNDES, disponível em <http://www.bndes.gov.br/estatisticas/download/Int3%201D%20m%20regiao.xls>).

empregadora de mão-de-obra, e, conseqüentemente, a principal remuneradora dos fatores de produção. Dessa forma, uma classe empreendedora criativa, inovadora, responsável socialmente e com baixa aversão a riscos, tem suma importância para o desenvolvimento de uma região.

A classe técnica é responsável por investigar, analisar e diagnosticar as potencialidades e ameaças da região. É ela a responsável por apontar os fatores críticos e os nichos de oportunidades para os setores público e privado. Trata-se aqui de pesquisadores, cientistas, estatísticos, instituições de ensino e pesquisa. O papel de difusão do conhecimento também cabe em partes à tecnocracia local.

Por fim, os demais segmentos da sociedade local devem participar ativamente da proposta local destinada. Por isso, projetos elaborados de baixo para cima, ou seja, que tenham iniciativa local, terão maior possibilidade de co-participação da população local e, conseqüentemente, de sucesso.

Brasileiro (2006) afirma que nos últimos tempos tem se observado como tendência mundial, e especificamente no Brasil, a emergência de uma ênfase especial em relação à participação social como condição para instauração de uma nova ordem que possa explicar e intervir no complexo contexto que as sociedades hoje enfrentam: o grande avanço tecnológico em diversas áreas tem impulsionado as potencialidades produtivas, mas não tem apresentado reflexos para a melhoria das condições de vida da maioria da população mundial.

Veiga (2005), ao analisar os municípios brasileiros que possuem IDH superior à 0,80, afirma a importância da participação cívica de sua população, pois, suas rendas per capita geralmente são baixas e o que faz a qualidade de vida, exposta pelo IDH, ser de excelência, são os resultados obtidos com a escolaridade e expectativa de vida, variáveis estas que dependem diretamente das finanças municipais e da qualidade institucional do poder local e isso, conseqüentemente, só ocorre através de capacidade gerencial e da própria participação cívica.

Veiga (2005), acerca do atual cenário vivenciado pela maioria dos municípios brasileiros, evidencia que dado o baixo nível de arrecadação própria, parte dos prefeitos se destina à “garimpagem” de recursos junto aos Estados e à União, enquanto que, para se vislumbrar o desenvolvimento, os governantes locais

deveriam ser os catalisadores de bons projetos elaborados conjuntamente por associações comerciais, sindicatos, igrejas, escolas, etc., com ao apoio dos *think tanks* regionais dispersos em núcleos de pesquisa do ensino superior e entidades como SEBRAE, SENAC, SESC, SENAR, diversos tipos de ONGs, empresas de consultoria, etc.

Haddad (2004, p.17) corrobora ao afirmar que:

[...] não se pode esperar que a promoção do desenvolvimento econômico e social das regiões e dos municípios do país venha a ser realizada tão somente pelas instituições e agências do Governo Federal ou do Governo Estadual, as quais, na verdade, devem ser consideradas como parceiras potenciais na elaboração e na implementação de políticas, de programas e de projetos de mudanças concebidos e executados a partir da atuação das sociedades locais.

Boisier (1996) evidencia ainda que de nada valerá a região ser dotada dos elementos necessários ao desenvolvimento (atores, instituições, cultura, procedimentos, recursos e entorno) se estes não estiverem organizados em prol desse projeto de desenvolvimento. Na falta de tal organização, pode e certamente ocorrerá uma interação difusa e aleatória entre esses agentes, que provavelmente pouco ou nada auxiliaria no desenvolvimento local. Para que haja possibilidade de sucesso local há necessidade de interação e sinergia entre esses elementos, de forma densa e inteligentemente articulada. Assim poderá ser posto em prática um verdadeiro “projeto político”.

Esses elementos formam aquilo que Boisier (1996) intitula de “Hexágono do Desenvolvimento Regional”. Os atores são classificados como individuais (civis), corporativos (sindicatos, agrupamentos estudantis e outras associações) e coletivos (formado por movimentos). No âmbito cultura, deve haver um equilíbrio entre as duas formas mais comum, ou seja, um intermédio entre uma cultura individualista e competitiva e uma cultura cooperativa e/ou solidária que provavelmente gerará igualdade, mas com pouca ênfase no crescimento (ao contrário da primeira). Já os recursos encontram-se divididos em 4 categorias: Materiais; Humanos; Psicossociais e Recursos do Conhecimento.

As instituições (órgãos governamentais, empresas públicas, universidades e ONGs) devem também agir em prol do conjunto, interagindo ordenadamente e



alavancando a evolução do projeto político junto aos outros elementos. Quanto aos procedimentos, obviamente adotados pelo governo local, é que devem fazer acontecer a interação acima citada e necessária. Para isso são necessárias ações que representem autoridade e capacidade de liderança.

E por final o elemento entorno, ou seja, o exterior, sobre o qual a região não tem pleno domínio, mas que pode de certa forma influenciá-lo (mercado, Estado e relações internacionais), aponta Boisier (1996).

Em suma, de acordo com Boisier (1996), é através da articulação organizada desses elementos que um projeto político que vise o desenvolvimento de uma região deve ser posto em prática.

Em uma linha teórica semelhante, estudiosos do desenvolvimento endógeno, também expõem a articulação entre os atores públicos e privados, organizações não-governamentais, civis e tecnocratas na região, como necessária à efetivação do desenvolvimento local.

Para Amaral Filho (1996, p.37) o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como:

[...] um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido.

Farah Jr. (2002, p.35) atesta que:

Este crescimento considerado "endógeno", isto é, derivado da junção das diversas forças locais, cria as condições, regras e formas de funcionamento de processos cooperativos que os levem ao desenvolvimento local em bases auto sustentadas. A variedade de ações terá mais chances de ser implementada com sucesso quando o Estado não for um ator unitário, como se coubesse somente a ele ser o indutor do desenvolvimento. Mas é primordial que as ações ocorram nos vários agentes e níveis institucionais que interagem, cooperam e buscam resolver os conflitos de interesse em um processo desta magnitude.

Em resumo, considera-se que a grande contribuição que a teoria do desenvolvimento endógeno oferece é o reconhecimento da importância da sociedade e das relações sociais no processo de desenvolvimento, fundamentando

idéias, ações e políticas de fortalecimento e qualificação de estruturas internas que em última instância conduzam a respostas específicas aos problemas e potencialidades de cada região.

Com diretrizes semelhantes, um projeto para o desenvolvimento local sustentável também contempla a importância da participação cívica em tal elaboração e execução.

Para Nazzari *et al.* (2004, p.5), o desenvolvimento local sustentável pode ser entendido como:

[...] um processo sustentável e duradouro, de mudanças nos aspectos humano, social e ambiental, que resulte na melhoria das condições de vida das pessoas, permitindo a ampliação das opções e oportunidades. Porém este processo, para ter pleno êxito, necessita atender a algumas exigências estruturais, onde um dos fatores preponderantes é o total envolvimento da comunidade, sendo esta o principal ator de desenvolvimento, já que serão necessárias mudanças no ambiente e nos indivíduos, alterando seus modos de vida.

No caso brasileiro, de acordo com Brasileiro (2006), e não apenas neste, o desenvolvimento está estreitamente relacionado com a transformação do contexto de pobreza e desigualdade entre regiões e classes sociais, tendo por premissa a elaboração de políticas e estratégias diferenciadas, descentralizadas e multidimensionais, que equilibrem ações de proteção e promoção social visando em última análise uma mobilidade social de caráter definitivo.

Para Franco (2002) a questão central do desenvolvimento hoje deve estar na morfologia e na dinâmica da sociedade e não no funcionamento da economia, apenas. O autor evidencia que a economia é uma das regulações emanadas da sociedade, que os humanos estabelecem entre si em função dos recursos, porém, não se deve tomá-la mais como criadora, pois ela é uma criatura. Existem outras relações tão importantes quanto, entre elas, as sociais, políticas e democráticas.

Por isso o desenvolvimento local não pode ser caracterizado, resumido ou buscado apenas como desenvolvimento econômico local, mas deve sim, ser desenvolvimento social local, ambiental local, político-institucional local, científico-tecnológico local, cultural local e físico-territorial local, afirma Franco (2002, p.90).

Brasileiro (2006) ao analisar o setor do turismo, no Brasil, aponta que a organização sócio-produtiva da população em torno de unidades produtivas e atividades culturalmente estabelecidas pode ser uma estratégia para organização popular na medida em que permite, em curto prazo, promover a melhoria das condições econômicas, atendendo às necessidades básicas de sobrevivência, e a médio e longo prazo ser uma unidade operacional para preparação de indivíduos e grupos no sentido da participação social e do fortalecimento cultural.

A esse respeito, Franco (2002) afirma que a população precisa ter capacidade de apropriação e multiplicação renda. O autor evidencia que o capital humano e social<sup>11</sup> são bases para o desenvolvimento, do contrário, mesmo que haja distribuição direta de renda (doação) ou aumento real dos salários, a possibilidade de desenvolvimento será reduzida se o capital humano e social não estiver capacitado para se apropriar dessa renda e multiplicá-la.

De acordo com o autor, pobreza não é apenas falta de dinheiro, mas sim, falta de capacidade de desenvolver potencialidades. Pobreza não é insuficiência de rendas, mas sim de desenvolvimento, e desenvolvimento é diferente de crescimento (FRANCO, 2002).

Brasileiro (2006) expõe muito bem a complementaridade que deve ocorrer, iniciando-se com a busca pelo desenvolvimento econômico (emprego) e desencadeando em um ganho muito maior do que simplesmente a renda, ou seja, um ganho na elevação do capital social, na participação comunitária no desenvolvimento local, para que haja emancipação e empoderamento da população local.

Franco (2002) defende que desenvolvimento deve ser entendido como mudança social (das pessoas, das relações, do meio), sempre em sinergia ou não será sustentável, ou seja, não se trata então de qualquer mudança, deve ser uma mudança que tenda ao equilíbrio com o meio, em adaptação sempre. Assim, essas

---

<sup>11</sup> O autor utiliza o conceito de Capital Social como sendo a capacidade de cooperação entre sociedade, de formação de redes, capacidade de regular seus conflitos democraticamente, ou seja, de ser mesmo comunidade e o Capital Humano como aquela que cria e estimula o empreendedorismo, como capacidade de transformação e inovação.

mudanças sociais devem garantir a estabilidade dos sistemas sociais. Por isso, todo desenvolvimento é desenvolvimento social (em benefício da sociedade, do todo).

Becker (2003) afirma que atualmente se observa uma renovada importância do local que se associa a culturas regionais. Segundo ele, alguns autores afirmam que é em função dos valores culturais acumulados regionalmente ou do capital social existente, que algumas regiões conseguem responder positiva e ativamente aos desafios regionais da globalização contemporânea, ao construir seus próprios modelos de desenvolvimento. Para o autor o desenvolvimento é fruto da democracia e esta, por sua vez, é resultado da organização social, ou seja, do envolvimento social das comunidades. Portanto, sociedades mais democráticas, com intensa participação política da população, são sociedades mais desenvolvidas.

Ainda em conformidade com Becker (2003), regiões que conseguem reagir positivamente ao desenvolvimento, são aquelas que conseguem integrar os interesses locais (sociais e ambientais) regionalmente, em torno de um modelo próprio e específico, e inseri-lo na dinâmica global de desenvolvimento. O autor aponta que as regiões ganhadoras são aquelas que conseguem transformar a ação cooperativa intra-regional e inter-regional no principal elemento integrador do seu processo de desenvolvimento.

Ainda em conformidade com o autor, o desenvolvimento regional resulta do envolvimento direto dos agentes regionais, econômicos, sociais e políticos na concepção e execução de um projeto próprio de desenvolvimento.

A economia clássica classifica os recursos produtivos, intitulando-os geralmente como fatores de produção, em: recursos naturais; capital; mão-de-obra; e capacidade empresarial. A tecnologia fora introduzida como um recurso produtivo ao longo do século XX.

Mendes (2004, p.5) quanto à classificação dos fatores de produção, define que:

a) Recursos naturais: consistem em todos os bens econômicos utilizados na produção e que são obtidos diretamente da natureza, como os solos (urbanos e agrícolas), os minerais, as águas (dos rios, dos mares, dos oceanos e do subsolo), a fauna, a flora, o sol e o vento (como fonte de energia), entre outros. Esses recursos são um presente da natureza. Para se referir a todos os tipos de recursos naturais, alguns economistas utilizam

o termo Terra; b) Recursos humanos: incluem toda atividade humana (esforço físico e/ou mental) utilizada na produção de bens e serviços, como: os serviços técnicos do advogado, do médico, do economista, do engenheiro, ou a mão-de-obra do electricista, do encanador. Há economistas que consideram o capital humano um quarto tipo de fator de produção. Por capital humano, considera-se o conhecimento e as habilidades que as pessoas obtêm por meio da educação e da experiência em atividades produtivas; c) Capital: abrange todos os bens materiais produzidos pelo homem e que são utilizados na produção. O fator capital inclui o conjunto de riquezas acumuladas por um sociedade, e é com essas riquezas que um país desenvolve suas atividades de produção. Cabe ressaltar que, para haver capital, é fundamental a participação do ser humano, ou seja, não existe o fator capital sem o fator trabalho. Entre os principais grupos de riquezas acumuladas por uma sociedade estão a infra-estrutura econômica [...] a infra-estrutural social [...] construções e edificações [...] equipamentos de transporte [...] máquinas equipamentos [...] matérias-primas ou insumos; d) Empreendedorismo, que é o esforço utilizado para coordenar a produção, distribuição e vendas de bens e serviços, ou seja, para organizar os recursos naturais, humanos e o capital. Um empreendedor toma decisões de negócios, assume os riscos oriundos dessas decisões, compromete tempo e dinheiro com um negócio sem nenhuma garantia de lucro.

Tem-se então por capital todo o instrumental material, construções, maquinários, equipamentos e afins, utilizados como recursos produtivos e que este, juntamente, com os recursos naturais, a mão-de-obra e a capacidade empreendedora, são os responsáveis pela geração de riquezas e, conseqüentemente, desenvolvimento. Conforme expõe Mendes, apenas parte dos economistas aceita o capital humano como um fator produtivo.

Entretanto, observações e estudos realizados a partir segunda metade do século XX, evidenciaram outras variáveis que agem ativamente sobre a produção e que causam rebatimentos não apenas sobre esta (a produção), mas também sobre a cultura, sobre a política, até mesmo sobre a capacidade de uma comunidade reagir após uma catástrofe natural, enfim, variáveis transformadoras que podem atuar sobre o desenvolvimento, no sentido amplo do termo, de uma região. São fatores menos tangíveis<sup>12</sup> que os elencados pela economia clássica, mas que estão presentes em praticamente todo o meio.

O quadro 01 aponta, sinteticamente, as principais variáveis intangíveis que podem determinar o processo de desenvolvimento de uma região, de acordo com Boisier (2000 *apud* HADDAD, 2004).

---

<sup>12</sup> Ainda que exaustivos esforços estejam sendo realizados com o objetivo de aproximar modelos pra mensuração destes.

QUADRO 01 – FORMAS DE CAPITAIS INTANGÍVEIS DETERMINANTES DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Capitais Intangíveis	Especificação
Capital Institucional	As instituições ou organizações públicas e privadas existentes na região: o seu número, o clima de relações interinstitucionais (cooperação, conflito, neutralidade), o seu grau de modernidade
Capital Humano	O estoque de conhecimentos e habilidades que possuem os indivíduos que residem na região e sua capacidade para exercitá-los.
Capital Cívico	A tradução de práticas de políticas democráticas, de confiança nas instituições, de preocupação pessoal com os assuntos públicos, de associatividade entre as esferas públicas e privadas, etc.
Capital Social	O que permite aos membros de uma comunidade confiar um no outro e cooperar na formação de novos grupos ou em realizar ações em comum.
Capital Sinérgico	Consiste na capacidade real ou latente de toda a comunidade para articular de forma democrática as diversas formas de capitais intangíveis disponíveis nessa comunidade.

FONTE: Boisier (2000 *apud* HADDAD, 2004)

Observa-se que as novas condicionantes são todas intituladas também com capital, uma vez que são variáveis que podem contribuir (ou dificultar) para a geração de riquezas e até mesmo na busca pelo desenvolvimento. Diferentemente dos fatores de produção observados e relatados pela economia – recursos naturais, mão-de-obra, capital e empreendedorismo – cuja existência é uma pré-condição, as novas formas de capital identificadas são fatores que podem acelerar o alcance do crescimento econômico e, mais do que isso, o desenvolvimento.

Spellenberg (2001) distingue as formas de capital de acordo com seu consumo na utilização. Assim, o capital financeiro (fundos que possam ser investidos em bens produtivos), o capital físico (terras, ferramentas, máquinas e outros equipamentos) e o capital ambiental (recursos naturais) são aqueles que se desgastam em sua utilização, ou seja, o estoque é consumido no processo. Por outro lado, há ainda o capital humano (educação, competências e conhecimentos que residem dentro dos indivíduos), capital cultural (conjunto de valores, história, tradições e comportamentos que ligam um grupo específico de pessoas juntas) e o capital social (redes sociais que ajudam a sociedade a um funcionamento eficaz) que tendem a ter seus estoques elevados quanto mais são utilizados. Porém, a não utilização pode também reduzir os estoques destes últimos em uma sociedade.

Barquero (2000), ainda sobre o desenvolvimento local, ressalta que se trata de um processo de melhoria das condições de vida, bem-estar da população. Diferentemente do conceito puro de crescimento, o desenvolvimento deve acarretar

distribuição da riqueza entre os habitantes de determinada região. Para isso, o autor trabalha com a possibilidade de desenvolvimento endógeno, ou seja, do aproveitamento das potencialidades locais, visando uma substituição, ao menos parcial, da dependência de recursos externos (não de mercados) à região, como, por exemplo, a instalação de uma subsidiária de uma empresa multinacional (desenvolvimento exógeno). Os Sistemas Produtivos Locais e Arranjos Produtivos Locais são sugeridos pelo autor como estratégias para o desenvolvimento local endógeno.

Veiga (2005) vê nos SPLs e APLs uma das principais estratégias para a descentralização do setor produtivo nacional.

Comparativamente ao método fordista de produção, o autor analisa:

[...] o fordismo jamais exterminou seu avesso: a indústria difusa. Em vez de enormes e rígidos sistemas de reprodução em série, ela se fundamenta em médias, pequenas e micro plantas, com flexíveis arranjos fabris, capazes de responder com mais rapidez às alterações das exigências dos clientes, atender nichos e até aceitar pedidos sob medida. Em vez de pesados investimentos em capital fixo, só gerenciáveis por quadros formados em escolas de engenharia e administração de empresas, flexíveis manufaturas resultam antes do conhecimento tácito e artesanal dos discípulos daqueles empreendedores que sempre foram decisivos para o dinamismo de economia rurais: carpinteiros, marceneiros, ferreiros, serralheiros, mecânicos, sapateiros, tapeceiros, joalheiros, farmacêuticos, alfaiates, ourives, etc. Boa tradição em alguma dessas atividades tende a gerar indústrias leves e soltas. Por vezes até sofisticadas, como são as da moda, do design, da perfumaria ou de instrumentos de precisão (VEIGA, 2005, p.72).

O autor relata ainda, observando o cenário nacional, que:

[...] com base nas estatísticas do Cempre/IBGE (Cadastro Geral de Empresas), entre os 500 municípios mais representativos da seção indústrias de transformação, 350 emitem claros sinais de estarem engendrando algum tipo de industrialização difusa. Apesar de a metade dos empregos se concentrar nos 150 de primazia fordista, pode ter predominado a industrialização difusa na expansão do número de ocupados de 1996 a 2001. Praticamente 70% do aumento de postos de trabalho nas indústrias de transformação – que nesses seis anos teriam passado de 4 para 6 milhões – foi difuso. Trabalho de formiga e pulverizado, mas também muito intenso em núcleos como Novo Hamburgo, Indaiatuba, Criciúma, Feira de Santana, Cascavel, Apucarana, Jataí, Pinhais, Nova Serrana ou Colatina. Em 2001 a seção contava com quase 500 mil unidades fabris, das quais mais de um quinto teria surgido ou se formalizado nos seis anos precedentes. Os municípios com ao menos 10 dessas unidades teriam passado de 2.756 para 3.240 (VEIGA, 2005, p.73).

Schmitz *apud* Caron (2003, p.87) corrobora ao afirmar que parte significativa dos empregos industriais nos países em desenvolvimento é gerada pelas pequenas e médias empresas.

Para Haddad (2004) o governo deve agir coordenando ações que promovam equidade social, a fim de se reduzir as disparidades de bem-estar da população. Então, o autor propõe a cultura local e o associativismo, através dos APLs como uma das formas para se alavancar sustentavelmente o desenvolvimento local e, automaticamente, nacional.

O autor defende ainda que os APLs permitem explorar a capacidade de organização das redes locais, pré-existentes, e promover a inserção de outros agentes. Através dessas redes, muitas vezes, surgem oportunidades de articulação e aprendizagem interativa, aumentando o grau de sinergia, cooperação e de capacidade inovativa (HADDAD, 2004, p.9).

Uma vez posto a importância dada à estratégia de APLs como fonte potencial para a geração do desenvolvimento local, a próxima seção tratará do tema com maior detalhamento.

## 2.4 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLS)

As observações sobre a ocorrência simultânea de cooperação e competição em aglomerados de empresas foram realizadas inicialmente por Alfred Marshall, no final do século XIX, em seu estudo sobre o que intitulou de *Distritos Industriais*.

Marshall averiguou que em várias localidades da Grã-Bretanha havia se consolidado um tipo de estrutura produtiva formada por empresas de pequeno e médio porte que, mesmo sendo concorrentes, também se ajudavam ao atrair fornecedores, formar um mercado de trabalho especializado, respeitar e divulgar um mesmo padrão de qualidade e até cooperar em certos esforços de inovação e formação, conforme expõe Veiga (2005, p.77).

Marshall (1982) *apud* Keller (2008, p.33) destacou as seguintes vantagens observadas nos distritos analisados:



(i) Um fundo comum de trabalhadores especializados: Marshall usa o termo “aptidão hereditária” para se referir ao acúmulo de conhecimentos que surge na comunidade de pessoas presentes na aglomeração, quando “os segredos da profissão deixam de ser segredos e, por assim dizer, ficam soltos no ar, de modo que as crianças absorvem inconscientemente grande número deles”, gerando uma mão-de-obra mais qualificada dentro do próprio tecido social. A importância desta mão-de-obra local especializada para o pequeno produtor é comparada com outra situação industrial, quando o autor ressalta que “uma indústria localizada obtém grande vantagem pelo fato de oferecer um mercado constante para mão-de-obra especializada”, diferente de um proprietário de uma fábrica isolada que “geralmente tem grande dificuldade em obter operários de uma determinada especialização”; (ii) Fácil acesso aos fornecedores de matérias-primas e de insumos diversos: Marshall enfatiza o surgimento de indústrias subsidiárias nas proximidades locais “que fornecem à indústria principal instrumentos e matérias-primas, organizam seu comércio e, por muitos meios, lhe proporcionam economia de material”; (iii) Serviços especializados: Marshall se refere a esta vantagem, que nasce diretamente da divisão do trabalho entre os produtores locais, argumentando que a utilização de maquinário altamente especializado “pode muitas vezes ser realizada numa região em que exista uma grande produção conjunta da mesma espécie”, na medida em que as subsidiárias, dedicadas cada uma a um pequeno ramo do processo de produção, trabalhando para muitas das grandes fábricas vizinhas, “podem empregar continuamente máquinas muito especializadas, conseguindo utilizá-las rendosamente, embora o seu custo original seja elevado e sua depreciação muito rápida”; (iv) Disseminação de novos conhecimentos: A formação de uma rede dentro do aglomerado industrial, enquanto uma comunidade de pessoas e de firmas, promove a circulação de novos conhecimentos, novas idéias e também de mercadorias, gerando um acúmulo de habilidades produtivas.

Então, já no século XX, as observações e estudos sobre essas aglomerações mais “evoluídas” tornam a ganhar espaço na literatura econômica.

Faz-se aqui necessário a distinção entre conceitos que, via de regra, são utilizados como sinônimos e na verdade não o são, sendo: Base econômica, Complexo Industrial, Centros Industriais, Pólo de Desenvolvimento, *Clusters*, SPL e APL.

North (1955) em sua *Teoria da Base Econômica* classifica as atividades econômicas de determinado local sob duas formas: atividades básicas e atividades não-básicas. As atividades não-básicas são aquelas cuja produção é destinada ao consumo interno, ou seja, é voltada à manutenção, subsistência, da comunidade local. Já atividades básicas são aquelas cujos produtos e serviços serão destinados à exportação para outras regiões. Assim, se os níveis de renda e de emprego das atividades básicas se expandirem, em função do crescimento de suas vendas para outras áreas, provavelmente os níveis de renda e emprego das atividades não-

básicas também irão crescer. Em suma, segundo o autor, as atividades básicas são aquelas que trazem renda para dentro da região, através da comercialização com outras regiões.

*Complexo Industrial* é, de acordo com Haddad (2004), um conjunto de atividades que ocorrem numa dada localização e pertencem a um grupo ou subsistema de atividades que estão sujeitas a importantes inter relações de produção, comercialização e tecnologia. Trata-se então de um aglomerado cujas instituições participantes são diversificadas, com a produção de bens e serviços distintos.

Corroborando, o BNDES define os complexos industriais como concentrações de empresas geralmente associadas a uma cadeia produtiva. São empresas ligadas em cadeia que produzem etapas diferentes do processo produtivo. Os principais casos são as indústrias petroquímica, eletroeletrônica, automobilística e siderúrgica.

De forma aproximada, porém, ainda com características distintas, o BNDES (2007) conceitua *Centros Industriais* como grandes e diversificadas aglomerações industriais onde as grandes empresas costumam ter papel muito importante, mas não necessariamente havendo grandes sinergias e relações entre elas.

Estas aglomerações tendem a formar um *Pólo de Desenvolvimento*, onde, de acordo com François Perroux, indústrias propulsivas ou motrizes são atores econômicos dominantes no crescimento econômico de regiões e localidades. Assim, os efeitos exercidos por um pólo de desenvolvimento se distinguem pela capacidade de induzir transformações na sua área de influência. Então, um pólo de desenvolvimento está geralmente associado a um grande projeto de investimento geograficamente localizado, o qual deve manter também fortes vínculos com suas áreas de influência política, social, econômica, institucional e social (HADDAD, 2004).

Porém, nem toda aglomeração pode ser caracterizada como um Complexo, Centro Industrial ou um pólo de Desenvolvimento, afinal, conforme posto, estes casos configuram aglomerações complexas, que geralmente agrupam atividades e segmentos distintos em seu interior.

Já, os *clusters*, de acordo com Visconti (2001), são definidos como concentrações geográficas de empresas e instituições que estão interconectadas num determinado campo de atividade econômica. Além de indústrias correlatas, com as quais as interações fluem em função de similitudes na base técnica, um *cluster* contém uma série de outros elementos importantes para sua competitividade. Nesse sentido, a atuação mútua com institutos de pesquisa, universidades e outras instituições da mesma natureza, sejam elas governamentais ou não, é um elemento importante na criação de fatores competitivos para o *cluster*, cuja eficiência dependerá, ainda, da presença de ligações com fornecedores, da existência de uma infra-estrutura especializada e da formação de canais de distribuição de mercadorias que atinjam uma gama significativa de clientes.

Farah Jr. (2002, p.84) ao analisar a definição de *cluster* dada por Stamer (1999), aponta que:

[...] não há uma definição clara sobre o que é um cluster, pois o termo é usado de forma indiscriminada para tentar explicar a dinâmica econômica de certas concentrações geográficas e setoriais de atividades. Para este autor, independentemente desta relativa ambigüidade conceitual, ele afirma que o que é importante em um arranjo tipo clusters ou sistema produtivo local é que o mesmo traga a eficiência coletiva derivada das ações conjuntas. Stamer cita ainda que um cluster é uma aglomeração de tamanho considerável de firmas numa área espacialmente delimitada, com claro perfil de especialização, e na qual o comércio e a especialização inter firmas é substancial.

Outro conceito próximo, porém ainda com particularidades distintas, é o de SPL. Veiga (2005, p.76) o caracteriza como:

[...] um conjunto de unidades produtivas tecnicamente interdependentes, economicamente organizadas e territorialmente aglomeradas. Ou como uma rede de empresas de uma mesma atividade/especialidade que cooperam em determinado território. Ou ainda, como agrupamentos geográficos de empresas ligadas pelas mesmas atividades.

Para o autor, a principal vantagem dos SPLs para o desenvolvimento é que esse tipo de relações de proximidade e de interdependência entre as empresas costuma ter um efeito extremamente favorável para a competitividade dos territórios, isto é, de aglomerações e microrregiões (VEIGA, 2005, p.76).

Quanto ao APL, Haddad (2004) o conceitua como uma concentração micro-espacial de empresas de qualquer porte com grau diferenciado de coesão e

características comuns, que pode ser: a) horizontal, no mesmo setor ou em setores conexos (couros e sapatos; madeira e móveis, etc.); b) vertical, setores estruturados em uma cadeia produtiva; c) misto, com estruturação setorial horizontal e vertical (proteína animal industrializada no Oeste Catarinense, por exemplo)

Em conformidade com Santos (2008), APLs são aglomerações, ainda que com relações incipientes, de empresas em um determinado espaço. Enquanto que SPLs são aglomerações que apresentam vínculos expressivos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem.

## 2.5 CARACTERIZAÇÃO DE APLS

Para o BNDES (2007) os APLs são aglomerações de empresas de um determinado setor ou cadeia.

Caporali e Volker (2004) corroboram ao conceituar APL como um tipo particular de *cluster*, formado por pequenas e médias empresas, agrupadas em torno de uma profissão ou de um negócio, onde se enfatizam o papel desempenhado pelos relacionamentos – formais e informais – entre empresas e demais instituições envolvidas. As firmas compartilham uma cultura comum e interagem, como um grupo, com o ambiente sociocultural local.

Segundo Albagli e Brito (2003, p.3) a Redesist<sup>13</sup> define APLs como:

[...] aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos, mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedores de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento.

---

<sup>13</sup> A Redesist é uma rede de pesquisa interdisciplinar, formalizada desde 1997, sediada no Instituto de Econômica da Universidade Federal do Rio de Janeiro e que conta com a participação de várias universidades e institutos de pesquisa no Brasil, além de manter parcerias com outras instituições da América Latina, Europa e Ásia, cujo foco de estudos são os Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Disponível em <<http://www.redesist.ie.ufrj.br/>>. Acesso em: 23 fev. 2009.

Alguns autores optam por uma definição mais orientada ao tamanho das empresas. Mytelka e Farinelli (2000), caracterizam APLs como sendo em geral, constituídos por micro e pequenas empresas, com baixo nível tecnológico, e cujos proprietários/administradores possuem pouca ou nenhuma capacidade e formação gerencial/administrativa. Também, a mão-de-obra é pouco qualificada, sendo seu treinamento uma prática pouco usual. Face às pequenas ou inexistentes barreiras à entrada, o número de empresas tende a ser muito grande, o que, de um lado, proporciona uma dinâmica acentuada na geração de emprego, por outro dificulta o processo de cooperação interfirmas. Para os autores, esta é a razão pela qual a capacidade de mudança de patamar, no que tange a capacidade de inserção dinâmica, à geração de novos processos e produtos, etc., é pequena. Esses arranjos são típicos aglomerados de monoprodutores de pequenas e médias empresas (PMEs), onde o esforço de inovação se limita à cópia sem adaptação.

Neste quesito, o BNDES (2007, p.32) aponta que os APLs são constituídos, geralmente, por micro, pequenas e médias empresas:

[...] uma vez que as grandes quase nunca precisam de instituições de cooperação multilateral para se beneficiarem de ganhos de escala e escopo. Grandes empresas, nos setores que dominam, geralmente internalizam sozinhas os ganhos de escala e escopo, ou então fazem parcerias estratégicas com outras empresas, mas geralmente trata-se de cooperação bilateral e definida por negociação independente de instituições multilaterais, senso de comunidade ou outras questões desse tipo [...] diferentemente das pequenas, as grandes empresas não precisam de políticas públicas para obter a cooperação bilateral ou multilateral que por ventura necessitem. Os setores dominados por grandes empresas também não dependem tanto que suas plantas industriais estejam próximas a centros de pesquisa e ensino ou em locais que possuem uma sofisticada demanda tecnológica, ainda que muitas empresas se beneficiem fortemente ao ter alguns de seus escritórios ou unidades de P&D em tais locais.

Ao analisar os distritos industriais italianos observados por Marshall, modelo este que é a própria essência da estratégia de APL, o BNDES (2007) expõe que a principal característica deste tipo de aglomeração é a cooperação multilateral que ocorre entre as empresas participantes. Porém, afirma o BNDES, esse tipo de cooperação, para funcionar adequadamente, pode depender muito da proximidade local, de um alto nível de confiança e de um elevado senso de comunidade.

Assim, por ter sua essência nos distritos industriais italianos, o APL tem na cooperação o seu catalisador e, na presença de pequenas e médias empresas

concentradas espacialmente em alguns elos de uma cadeia produtiva, sua característica fundamental.

Observando a explanação dos conceitos, é possível constatar que todo APL é um tipo de *cluster* e uma base econômica, mas não simplesmente uma atividade exportadora em determinada localidade ou região, mas sim uma atividade exportadora com características estruturais específicas de um aglomerado produtivo. Um APL não necessariamente constitui um complexo industrial, uma vez que o arranjo geralmente é especializado numa determinada atividade principal. Também o APL não pode ser caracterizado como um pólo de desenvolvimento, uma vez que um pólo abrange uma série de atividades econômicas, não sendo dependente de apenas um ou outro segmento ou cadeia. Embora, é verdade, haja possibilidade de um APL iniciar um processo de criação e fortalecimento de uma região como pólo de desenvolvimento.

No Brasil, o surgimento dos primeiros APLs está relacionado ao impacto da abertura comercial no Brasil nos anos 90, mais especificamente ao findar da proteção de amplos segmentos empresariais brasileiros. Estes passaram a ter de concorrer com os produtos importados e a encontrar novas alternativas na busca de maior competitividade (FARAH JR., 2002)

Neste contexto, afirma Farah Jr. (2002, p.57):

Ao não se estruturar para crescer em novas bases de competitividade, com padrões internacionais, o resultado foi um enorme contingente de desempregados e perda de importantes fatias de mercado interno para os produtos importados, bem como retração em sua participação em mercados externos importantes, como o de calçados. Em face desse quadro econômico e institucional desfavorável a uma reorganização empresarial que possibilitasse alcançar melhores padrões de competitividade, abriram-se espaços para novas opções de crescimento econômico. Dentre as opções, destaca-se um conjunto de iniciativas e projetos de caráter local e regional, em que as sociedades locais buscam inserir-se de forma competitiva no tecido econômico organizado.

Trata-se de um fenômeno identificado com um sistema social<sup>14</sup> de produção, com menor ou maior complexidade, que se reproduz sobre determinado território.

---

<sup>14</sup> Entende-se aqui sistema social como um universo de agentes que mantêm interações entre si, estabelecendo padrões de comportamento, geralmente com algum grau de cooperação interna.

O APL geralmente concentra seus participantes em espaço físico limitado, embora não seja essa uma condição imprescindível. A aglomeração ocorre geralmente com a participação de empresas de uma mesma cadeia, com produtos e serviços que podem ser distintos (matéria-prima) ou semelhantes (produto final), não havendo exclusividade para a empresa participante.

Entre as principais características do APL está a cooperação, que deve existir entre as empresas participantes. Como tais empresas estão geralmente num mesmo segmento, dentro da uma mesma cadeia, deve ocorrer simultaneamente competição e cooperação. Por isso a importância e necessidade de um grande nível de confiança e senso de comunidade entre os participantes.

Lynch (1994) *apud* Caron (2003, p.65) expõe que embora a competição tenha sido vista tradicionalmente como a antítese da cooperação, recentemente estrategistas e estudiosos reconhecem que a cooperação pode ser uma arma poderosa no jogo da competição mundial.

A cooperação verificada no interior de um APL deve ser multilateral, dada a necessidade de as empresas participantes se relacionarem com as demais e também com as instituições que dão suporte ao arranjo. Quanto às formas de cooperação, o BNDES (2009)<sup>15</sup> expõe que:

Cooperação é um conceito que possui vários significados. Assim, é necessário diferenciar claramente os diferentes tipos de cooperação para que se possa entender o papel que esses tipos podem ter nos APLs. Nesse sentido, é necessário fazer pelo menos uma divisão entre a cooperação coordenada por uma instituição representativa da associação coletiva com autonomia decisória e uma cooperação caracterizada pela colaboração feita para se solucionar objetivos específicos, limitados e sem autonomia decisória independente da negociação e do objetivo predefinido das partes. Chama-se aqui o primeiro tipo de cooperação multilateral. Esse tipo pode ser exemplificado por um sindicato, uma associação de produtores, uma cooperativa de crédito, um consórcio de exportação, um centro de tecnologia ou centro de treinamento de mão-de-obra de gestão coletiva ou de associações. O segundo tipo chama-se cooperação bilateral e pode ser exemplificado como relações formais ou informais de troca de conhecimento, compra de tecnologia, joint ventures, desenvolvimento conjunto, relações de longo prazo entre cliente-fornecedor.

---

<sup>15</sup> Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/seminario/apl.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2009.

O modelo ideal de APL deve contar com a presença de instituições de apoio como fornecedores especializados, universidades, associações de classe e instituições governamentais pró-ativas no local, centros tecnológicos, centros de treinamento de mão-de-obra, instituições que façam coleta e difusão de informações, apoio técnico, instituições de crédito, entre outras (BNDES, 2009, p.23).

Entre as principais vantagens competitivas obtidas pelas empresas participantes estão a redução de custos com logística em função da proximidade física de fornecedores (economia passiva), presença de mão-de-obra especializada e a disseminação do conhecimento por entre as empresas (economia ativa).

Cassiolato, Lastres e Szafiro (2000), indicam algumas das principais peculiaridades que devem ser observadas no estudo dessas aglomerações. São elas:

- a) a dimensão territorial;
- b) a diversidade, das atividades e dos atores;
- c) o conhecimento tácito;
- d) as inovações e aprendizados interativos;
- e) a governança.

A dimensão territorial diz respeito ao espaço onde processos produtivos, inovativos e cooperativos têm lugar, tais como: município ou áreas de um município; conjunto de municípios; micro-região; conjunto de micro-regiões, entre outros. A proximidade ou concentração geográfica, levando ao compartilhamento de visões e valores econômicos, bem como de diversidade e de vantagens competitivas em relação a outras regiões.

Nesse aspecto, o BNDES (2007, p.11) afirma que:

Os APLs são sistemas de produção que são enraizados ao local graças a vantagens competitivas que aquela própria localização proporciona. As vantagens competitivas locais estão, em geral, associadas à ação cooperada e à maior facilidade de aperfeiçoamento do conhecimento técnico e comercial. E, graças a elas, pequenas e médias empresas enraizadas em seu local de origem se tornariam mais capacitadas a competir com grandes empresas globais.



A variável diversidade envolve a participação e a interação não apenas de empresas de bens e serviços finais e intermediários, isto é, concorrentes e fornecedores, mas também, de diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para a formação e capacitação de recursos humanos, pesquisa e desenvolvimento de engenharia, programas de promoção e financiamento. Aí se incluem, portanto, universidades, instituições de pesquisa, empresas de consultoria e de assistência técnica, organizações públicas e privadas.

Conhecimento tácito ou conhecimento informal (não escrito nem institucionalizado) é compartilhado e socializado por empresas, instituições e indivíduos. Essa forma de conhecimento apresenta forte especificidade local, decorrendo da proximidade territorial ou de identidades cultural, social e empresarial. Isto facilita sua circulação em organizações ou contextos geográficos específicos, mas dificulta, ou mesmo impede, seu acesso por parte de agentes externos a tais contextos, tornando-se, portanto, elemento de vantagem competitiva para quem o detém.

Inovações e aprendizados são as fontes fundamentais para a transmissão de conhecimentos e ampliação da capacitação produtiva e inovativa das firmas e instituições. A capacitação inovativa possibilita a introdução de novos produtos, processos e formatos organizacionais, sendo essencial para garantir a competitividade dos diferentes atores locais, tanto individual como coletivamente. Para o alcance efetivo da competitividade, especialmente para as empresas de pequeno porte, é importante ressaltar a importância dos processos inovativos dentro dos aglomerados, visto que, tais processos possuem a capacidade de introduzir mudanças técnicas, gerar dinamicidade e promover vantagens competitivas para as empresas.

A governança refere-se aos diferentes modos de coordenação entre os agentes e atividades, que envolvem um longo caminho que vai da produção à distribuição de bens e serviços, assim como o processo de geração, disseminação, usos de conhecimentos e de inovações. Existem diferentes formas de governança e hierarquias nos sistemas e arranjos produtivos, representando formas diferenciadas de poder na tomada de decisão (centralizada e descentralizada; mais ou menos

formalizada). A gestão do arranjo pode ser feita por uma equipe técnica externa ou por um grupo de empresários participantes do APL, eleito pelos próprios participantes.

Amaral Filho (2002) insere ainda as variáveis: capital social, estratégia coletiva de organização da produção, estratégia coletiva de mercado e a articulação político-institucional, como de suma importância ao desenvolvimento de um APL.

Capital social, em conformidade com o autor, é o acúmulo de compromissos sociais construídos pelas interações sociais em uma determinada localidade. Esse tipo de capital se manifesta através da confiança, normas e cadeias de relações sociais e, ao contrário do capital físico convencional, que é privado, ele é um bem público. O principal aspecto do capital social é a confiança, construída socialmente através de interações contínuas entre os indivíduos. O capital social acumulado em um determinado arranjo produtivo é a condição principal para a cooperação, a formação das redes, associações e consórcios de pequenos produtores e empresas e a difusão do conhecimento. É também a principal fonte da coordenação e da governança do APL.

Maciel (2001) corrobora ao afirmar que relações estáveis de confiança, reciprocidade e cooperação são vistas como instrumentos para estreitar relações entre agentes econômicos e melhorar a eficiência de arranjos organizacionais entre e no interior das firmas.

A estratégia coletiva de organização da produção diz respeito às decisões coordenadas, entre os produtores, sobre o que produzir, para quem produzir e como produzir. E é neste ponto que o agrupamento das empresas define sua força em relação às grandes empresas isoladas, porque nele é que se define a equivalência da vantagem em relação à escala da compra dos insumos, do uso de máquinas e equipamentos, da produção em geral, etc. Neste ponto também se manifesta e se processa a aprendizagem coletiva, fonte das inovações e da competitividade. Para o sucesso dessa estratégia o aporte do capital social é fundamental.

Estratégia coletiva de mercado também reflete ações coordenadas e convergentes entre os produtores. De pouco vale a estratégia coletiva em relação à produção se não há uma estratégia igualmente coletiva coordenada, para se atingir

os mercados. Os mercados compradores são normalmente controlados por grandes players, mas também condicionados por grande escala. Sem uma estratégia comum, entre os produtores, fica difícil para as pequenas empresas superar esses obstáculos. Em outras palavras, pode-se dizer que sem uma estratégia coletiva de mercado as pequenas empresas poderiam suprimir as economias de escala conseguidas em nível da compra dos insumos e da realização da produção.

Articulação político-institucional, que também derivada do capital social, é o mecanismo pelo qual o arranjo produtivo se relaciona com as organizações públicas e privadas responsáveis pelas políticas públicas e privadas de apoio às micro, pequenas e médias empresas ou ao desenvolvimento local. As experiências têm mostrado que quanto mais acumulado o capital social numa determinada aglomeração de empresas, maior e mais eficaz a articulação com as organizações e instituições.

Barboza (1998) e Britto (1996) *apud* Visconti (2001, p.329) sintetizam as principais características de um arranjo:

Externalidades positivas geradas pela existência de um grande pool de trabalhadores qualificados; interações consistentes entre as firmas participantes; troca de informações entre as firmas, instituições e indivíduos inseridos no cluster; existência de uma diversificada infra-estrutura institucional de apoio às atividades desenvolvidas; presença de uma identidade sociocultural, ou seja, valores, regras e práticas comuns, além da formação de laços de confiança mútua; alcance de vantagens competitivas coletivas que não poderiam ser obtidas individualmente; desenvolvimento de uma especialização flexível, que consiste na capacidade de as firmas atenderem às necessidades de demanda, diferenciando e substituindo tipos e modelos de produtos, oferecendo serviços pós-venda e realizando outras atividades que atraiam os consumidores; estabelecimento de um campo de implementação de ações estratégicas entre os agentes interdependentes, considerando o impacto das ações individuais sobre a conformação do arranjo institucional; organização simultânea de relações de concorrência e cooperação entre os agentes envolvidos no arranjo.

Visconti (2001) observa ainda que *clusters* são organizações nas quais a competição é exercida vigorosamente. Mesmo com a elevada cooperação existente entre empresas correlatas e instituições locais, a rivalidade entre as empresas torna-se um elemento necessário para o desenvolvimento e a sobrevivência da aglomeração. Sem competição as empresas estão fadadas a fracassar, principalmente no que tange ao processo dinâmico das inovações.

Haddad (2004) defende que para que o APL seja bem sucedido, a região deve contar com uma organização social, pois para a chegada ao desenvolvimento devem ser atendidos, entre outros, os seguintes critérios: um crescente processo de autonomia decisória; uma crescente capacidade regional de captação e re-inversão do excedente econômico; um crescente processo de inclusão social (inclusive digital); uma crescente consciência e ação ambientalista; uma crescente sincronia intersetorial e territorial do crescimento; uma crescente percepção coletiva de pertencer à região.

Nota-se então que a variável “capital social” ganha grande importância na estratégia de APLs, sendo um dos pilares para tal modelo. O capital social acumulado na região também tende a fortalecer a capacidade de organização social dos atores locais, contribuindo assim espontaneamente para a majoração do aproveitamento de oportunidades futuras para o crescimento e desenvolvimento local.

Sabe-se que o modelo de APL apresenta-se na década corrente como uma das alternativas na busca do crescimento e desenvolvimento de regiões. Estas unidades poderão atender às necessidades de sobrevivência do seu público, mas ao mesmo tempo, fundamentar, ou não, uma prática mais ampla, configurando-se em uma iniciativa de qualificação das estruturas internas, necessária ao fortalecimento do capital social e humano dessas sociedades.

A constituição de um APL tem motivos distintos. Alguns se formam devido à vocação natural da região, como, por exemplo, a concentração de matéria-prima e mão-de-obra qualificada para as atividades propostas, enquanto que outros são constituídos por motivos como isenções fiscais, fornecimento de infra-estrutura e custos, no caso, a possibilidade de pagamento de baixos salários, e outros como uma alternativa para o desenvolvimento local.

Santos (2008) ao analisar o caso do APL de informática constituído em Ilhéus-BA, observa que o fator gerador daquele APL são as isenções fiscais e o baixo salário local. Assim, o autor já conclui que ao findar do prazo inicial destas concessões fiscais, poderá haver uma migração das empresas para outras regiões.

Porém, o APL também pode e deve ser visto como uma possibilidade para que haja um ganho local de autonomia e apropriação da renda por parte da população e não apenas como uma estratégia para o crescimento econômico local.

É certo que um dos objetivos principais do APL como um todo é o de ser um instrumental de participação e competitividade no mercado para as empresas que o compõe, entretanto, pode e deve também ser uma estratégia para a geração e distribuição de renda, ampliação da inclusão social, aumento do capital social local, enfim, de desenvolvimento local nas diversas dimensões já analisadas.

Dessa forma, sendo o capital social um dos pilares para a constituição e sucesso de um APL e também uma das condições necessárias para a busca pelo desenvolvimento regional e sustentável, conforme exposto até aqui, é que a próxima seção tratará o tema com mais afinco.

## 2.6 CAPITAL SOCIAL: CONCEITUAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

Capital social, de maneira ampla, pode ser definido como redes sociais, as reciprocidades que emergem dessas redes e o seu valor na obtenção de objetivos mútuos (BARON; FIELD; SCHULLER, 2000).

Green (2000) conceitua capital social como redes de relações sociais caracterizadas por normas de confiança e reciprocidade.

Fukuyama (1996) define capital social como uma capacidade que decorre da prevalência de confiança numa sociedade ou em certas partes dessa sociedade. O autor salienta ainda que a diferença do capital social para as outras formas de capital humano é que este é gerado e transmitido por mecanismos culturais, como religião, tradição e hábitos históricos.

Franco (2001, p.53) enfatiza que:

[...] os diferentes aspectos da capacidade a que se refere o conceito capital social podem ser resumidos à capacidade de viver em comunidade, lato sensu, ou seja, de interagir socialmente de sorte a criar e manter contextos onde se manifeste um ethos de comunidade, onde estejam presentes valores e virtudes que promovam o reconhecimento mútuo, a confiança, a reciprocidade e a ajuda mútua, a solidariedade e a cooperação.

Dotto (2003) analisa o conceito de capital social de Franco (2001) afirmando que ele se refere à capacidade das pessoas de uma determinada sociedade de subordinar interesses individuais aos de grupos maiores; de trabalhar juntas, visando a objetivos comuns ou ao benefício mútuo; de se associar umas às outras e formar novas associações; de compartilhar valores e normas para formar grupos e organizações estáveis e para constituir, compartilhar a gestão, em suma, viver em comunidade.

Dotto (2003) observa que o trabalho de Putnam (2000) expõe que nas comunidades cívicas, caracterizadas pela presença de cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias e por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração, há uma forte relação estabelecida entre o desempenho institucional e a comunidade.

Para Barquero (2001) o capital social é o processo e o instrumento de empoderamento<sup>16</sup> do cidadão e que pode mudar as relações sociais e intercâmbios sociais que gerem mais redes de cooperação e solidariedade. Assim, a elevação dos índices de capital social pode e provavelmente terá efeitos positivos pelo seu impacto na democracia e no desenvolvimento socioeconômico.

Putnam (1996) identificou em seu trabalho que algumas regiões (italianas) são favorecidas por sistemas e padrões dinâmicos de engajamento cívico e que são capazes de favorecer a presença de um governo eficaz e responsável. Outras regiões, no entanto, padecem de uma política verticalmente estruturada, de uma vida social caracterizada pela fragmentação, pelo isolamento e por uma cultura dominada pela desconfiança.

Putnam (1996) concluiu em seu estudo que quanto melhor o desempenho do governo regional numa dada região, maior a qualidade de seus governos locais. Sendo assim, é possível inferir que o desempenho governamental é determinado pelas tradições cívicas e pelo capital social (DOTTO 2003, p.235).

---

<sup>16</sup> Para Staples *apud* Durston (2003, p.11) “*el empowerment*” há sido definido como el proceso por el cual la autoridad y la habilidad se ganan, se desarrollan, se toman o se facilitan; Já Spellenberg (2001) afirma que indivíduos têm “autoridade” ou são “capacitados” (are “empowered”) na medida em que detêm um certo controle sobre instituições e processos que afetam diretamente seu bem-estar

Dotto (2003) afirma, a respeito de Putnam, que o autor inovou no sentido de atribuir ao capital social uma significância fundamental no que se refere à capacidade de o mesmo potencializar a produção do ser humano e, conseqüentemente, ser capaz de promover o desenvolvimento como um todo.

Spellenberg (2001) resgata que o homem é um ser social que possui relações com os demais e com meio em que vive desde seu surgimento. Assim, a autora expõe o capital social como o resultado desses relacionamentos. Define então capital social como “as relações entre os agentes (indivíduos, grupos e organizações) que cria capacidade de agir em benefício mútuo e coletivo de comum finalidade”. Em síntese, de acordo com a autora, o capital social é um recurso social que emana e se incorpora nas relações entre as pessoas.

Corroborando, Grootaert *et al.* (2003, p.05) evidencia que esses recursos, relações, são sociais na medida em que são acessíveis somente dentro e por meio das próprias relações sociais, contrariamente ao capital físico e humano, por exemplo, que são, essencialmente, propriedades dos indivíduos.

Para Coleman (1990) o capital social é uma conseqüência do engajamento de indivíduos em atividades que exigem sociabilidade. O autor analisou o conceito para demonstrar como os laços sociais e as normas compartilhadas podem fomentar a eficiência econômica e também contribuir para que as pessoas sejam mais educadas, encontrem empregos e possam acumular capital.

O capital social não é uma entidade única, pois acontece e é fortalecido em âmbitos, dimensões e relações diversas. Por isso é tido como multidimensional.

Woolcock (2000) *apud* Bandeira (2007, p.101) afirma que

[...] atualmente, ganha força o consenso na definição de capital social na qual o mesmo é tido como sendo constituído pelas normas e redes que facilitam a ação coletiva. Além disso, destaca o autor, é necessário também distinguir entre as fontes e as conseqüências do capital social. As fontes são, principalmente, as redes sociais, formais ou informais. Confiança, tolerância e normas de reciprocidade, bem como outras atitudes e disposições comportamentais que contribuem para aumentar a propensão à cooperação, devem ser consideradas como resultado dos processos de interação que ocorrem dentro das redes que constituem as fontes do capital social.

Seguindo o exposto por Woolcock, quanto aos fatores a serem analisados para se identificar a existência (fonte) e intensidade (conseqüências) do capital social numa da região, Bandeira (2007) evidencia como primordiais: “A participação em associações voluntárias” e “as redes informais de sociabilidade”, ambas como variáveis para se identificar a existência das fontes de capital social; E a “participação política” e também a variável “confiança” como fatores primordiais para a averiguação da intensidade (conseqüências) do capital social na região a ser estudada.

Segundo o autor, o primeiro fator refere-se à:

A participação em associações voluntárias é um dos indicadores mais utilizados na análise do capital social, e a existência de uma densa rede de organizações da sociedade civil, em um determinado território, tem sido considerada pela literatura como um dos principais indicadores da sua abundância. As cadeias de relações que se estabelecem dentro dessas organizações constituem um dos principais tipos de redes sociais existentes nas regiões, o que faz com que os processos de interação que ocorrem em seu interior devam ser considerados como importantes fontes de capital social (BANDEIRA, 2007, p.101).

Nesta variável, é importante ressaltar um dos levantamentos realizados pelo autor, em sua pesquisa. Após identificar o nível de participações em reuniões de associações voluntárias, nas macrorregiões do Estado do Rio Grande do Sul, estratificaram-se, por renda e nível educacional, os entrevistados e ainda assim os resultados mantiveram-se muito próximos dos anteriores, para cada macrorregião (BANDEIRA, 2007, p.103). Neste caso, evidencia-se que a condição socioeconômica e o nível de escolaridade pouco afetam a formação do capital social.

Spellenberg (2001, p.10) corrobora com Bandeira ao afirmar que é através da participação em associações comunitárias e voluntárias que as pessoas geralmente ganham acesso ao capital social.

Em relação às redes informais de sociabilidade, afirma Bandeira (2007, p.112) que

são constituídas através de relações que compõem o que poderia ser denominado de *sociabilidade informal*, incluindo atividades como visitar parentes e amigos, reunir amigos em casa ou participar em diversos tipos de atividades de lazer junto com outras pessoas, por exemplo.



No que tange às conseqüências do capital social, em se tratando da variável “participação política”, Bandeira (2007) destaca que ações como afiliações a partidos políticos; participação em manifestações, comícios ou protestos; participação em reuniões sobre temas políticos; doações para partidos políticos; trabalho prestado à algum candidato; visita à algum partido político para tentativa de sanar algum problema da comunidade; percentual de pessoas que votariam ainda que o voto não fosse obrigatório, entre outras, são algumas das fontes que aumentam a intensidade do capital social local.

Por último, o aspecto “confiança”, segundo Bandeira (2007, p.117), é considerado pela literatura como uma das principais conseqüências do capital social. O mais utilizado refere-se à "confiança generalizada", ou seja, a confiança em outras pessoas, instituições e organizações.

Flores e Rello (2001) sintetizam os conceitos de capital social, suas fontes e reflexos, segundo estudos de importantes autores e instituições que se propuseram e propõem a estudá-lo.

QUADRO 02 – DEFINIÇÕES SELECIONADAS DE CAPITAL SOCIAL E CLASSIFICADAS DE ACORDO COM SUAS FONTES, A AÇÃO COLETIVA POSSÍVEL E SEUS RESULTADOS

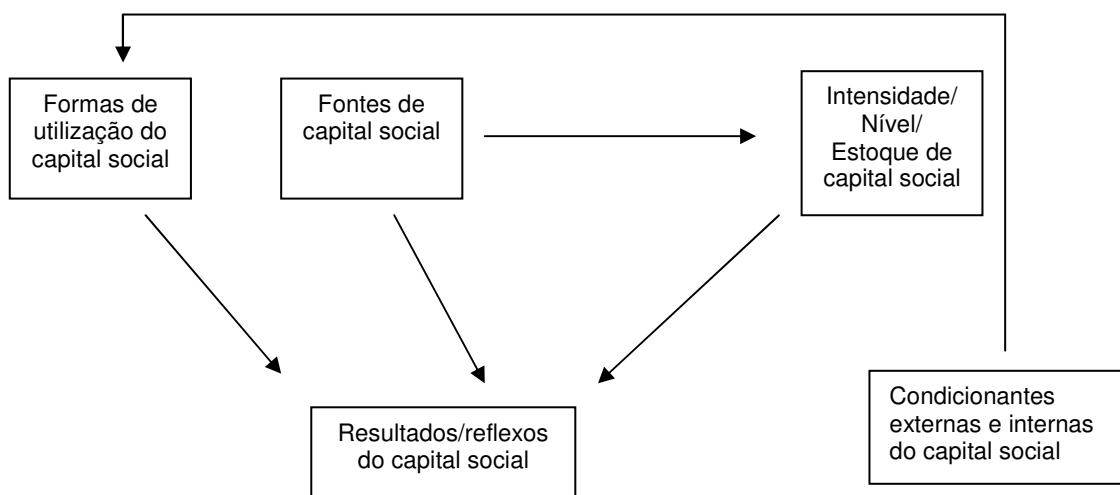
<b>Autor</b>	<b>Fuentes e infraestructura</b>	<b>Acción colectiva</b>	<b>Resultados</b>
Coleman, 1990	Aspectos de La estructura social	Que facilitan ciertas acciones comunes de los actores dentro de la estructura	
Bourdieu, 1985	Redes permanentes y membresía a um grupo		Que aseguran a sus miembros un conjunto de recursos actuales o potenciales
Putnam, 1993	Aspectos de las organizaciones sociales, tales como las redes, las normas y la confianza	que permiten la acción y La cooperación	para beneficio mutuo ( desarrollo y democracia)
Woolcock, 1998	Normas y redes	que facilitan La acción colectiva	y el beneficio común
Fukuyama, 1995	Recursos morales, confianza y mecanismos culturales,	que refuerzan los grupos sociales	
Neo-weberianos	Lazos y normas	que ligan a los individuos dentro de organizaciones	
Banco Mundial 1998	Instituciones, relaciones, actitudes y valores	que gobiernan la interacción de personas	y facilitan el desarrollo económico y la democracia

FONTE: Flores e Rello (2001, p.02)

Contata-se então que o capital social se retroalimenta entre ações geradoras e ações conseqüentes (rebatimentos) desse tipo de capital, nas regiões. Ou seja, as próprias ações que ocorrem graças à presença do capital social, são, na maioria das vezes, ações que tendem a gerar novos aumentos no nível local de capital social. Bem como ações que geram o capital social, tendem a gerar também reflexos positivos. Porém, isso não impede que ações que reduzam o capital social também possam ocorrer simultaneamente.

A figura 01 demonstra as relações no âmbito do capital social, conforme Flores e Rello (2001), onde é possível visualizar o processo de retroalimentação.

FIGURA 01 – RELAÇÃO ENTRE AS DIMENSÕES DO CAPITAL SOCIAL



FONTE: Adaptado de Flores e Rello (2001, p.20)

Grootaert *et al.* (2003, p.07) relata a existência de duas classificações para o capital social, onde o capital social de “ligação” diz respeito ao laços entre pessoas similares, no sentido de que compartilham características demográficas, tais como familiares, vizinhos, amigos e colegas de trabalho e capital social de “ponte” como laços que ligam as pessoas que não compartilham muitas dessas características. A delimitação entre um e outro está no contexto local.

Ainda em conformidade com Grootaert *et al.* (2003, p.07) o autor evidencia que:

Recentemente, alguns estudiosos sugeriram uma terceira classificação conceitual, chamada capital social de “conexão”, essa dimensão refere-se aos laços mantidos com as pessoas que detêm posições de autoridade, tais como representantes de instituições públicas (polícia, partidos políticos) e privadas (bancos). Esse desenvolvimento conceitual nasceu de uma preocupação que perdurava havia algum tempo, de que pode haver (e geralmente há), uma enorme heterogeneidade – tanto demograficamente como em termos de sua importância para o bem-estar imediato ou futuro de um indivíduo – entre aqueles que podem ser identificados possivelmente como parte do capital social de ponte de uma pessoa. Enquanto o capital social de ponte, como a metáfora sugere, é essencialmente horizontal, (isto é, conecta as pessoas de posição social mais ou menos igual), o capital social de conexão é mais vertical, uma vez que conecta as pessoas a recursos políticos (e outros) chave e instituições econômicas – isto é, entre diferenciais de poder. É importante enfatizar que não é a mera presença destas instituições (escolas, bancos, agências de seguro), que constituem o capital social de conexão, mas antes a natureza e a extensão dos laços sociais entre clientes e provedores, muitos dos quais são um meio inerente à prestação destes serviços (tais como ensino, expansão agrícola, medicina geral etc.). Assim definido, o acesso ao capital social de conexão é fundamental para o bem estar, especialmente em países e comunidades pobres, onde muito freqüentemente os bancos cobram taxas de juros abusivas, a polícia é corrupta e os professores faltam ao trabalho. Líderes locais e intermediários contribuem para facilitar as conexões entre as comunidades pobres e a assistência externa ao desenvolvimento (incluindo programas governamentais), constituindo assim, uma importante fonte de capital social de conexão.

Tal classificação é paralela à conceituação dos tipos de capital social. O estudo do capital social o dividiu em Estrutural e Cognitivo.

De acordo com Grootaert e Van Bastelaer (2002) *apud* Silva e Salanek Filho (2006, p.148-149)

Capital Social Estrutural refere-se às relações sociais por meio das quais informações são difundidas; e ações coletivas realizadas. Esse tipo de capital social facilita a difusão de informações, ações coletivas e a tomada de decisões pelos agentes, regras, procedimentos e precedentes. Enquanto que o Capital Social Cognitivo refere-se às normas, valores, confiança, atitudes, e crenças as quais predisõem indivíduos à ações coletivas que levam ao benefício mútuo. O capital social cognitivo é interno do indivíduo, sendo assim, difícil de mensurar.

Spellenberg (2001) afirma que um elevado nível de capital social facilita o acesso a informação, mas mais do que isso, facilita a transformação de dados (informações) em conhecimento.

Ainda em conformidade com a autora, um elevado nível de capital social reflete em conseqüências sociais benéficas, sendo:

a) A oportunidade que as pessoas têm de diálogo com outras pessoas sobre questões de modo que possa transformar esse fluxo de informação em compreensão, conhecimento; b) O capital social dá a oportunidade de se avaliar riscos envolvidos na tomada de uma decisão, de forma coletiva; c) Maior capacidade e responsabilidade no monitoramento das ações dos candidatos eleitos e realização de feedbacks da atuação dos mesmos. O político eleito tem então de ter consciência de quem e quais interesses ele representa. Para tal as pessoas precisam de conhecimentos para entender completamente o contexto político, social e econômico e os caminhos disponíveis para tal (SPELLENBERG, 2001, p.10).

Entretanto, Arretche (1999) ao analisar a correlação entre o grau de descentralização e participação cívica em alguns Estados brasileiros (Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Bahia, Pernambuco e Ceará), constatou que não há evidências de que a cultura cívica, medida pelas taxas de pertencimento a associações civis, tenha uma relação direta com a variação nos graus de descentralização alcançados pelos Estados, ou seja, os dados não confirmaram que variações nas taxas de filiação e associações civis sejam fatores determinantes para que os governos locais se sintam decisivamente pressionados a assumir a gestão de programas sociais.

Arretche (1999) ressalta também que, isoladamente, o capital social não é capaz de influenciar as decisões políticas, cujos reflexos seguramente se estenderiam ao bem viver da sociedade.

Maciel (2001) atenta para o fato de que cooperação não significa confiança. A autora realiza tal constatação ao se referir às relações sociais em APLs.

Barquero (2003) *apud* Baquero e Baquero (2007, p.136)

têm questionado a capacidade de o capital social, uma vez instalado, ter efeitos duradouros. Dessa forma, embora o capital social seja essencial, não seria condição suficiente para o desenvolvimento numa perspectiva social, passando então o empoderamento a ser o elemento fundamental nessa equação.

Bandeira (2000) ao analisar mesorregiões distintas no Estado do Rio Grande do Sul, concluiu não haver uma relação linear entre capital social e desenvolvimento regional. Afirma o autor que, embora um bom estoque de capital social favoreça o desenvolvimento regional, não é condição suficiente para que ele aconteça<sup>17</sup>. Isso

---

<sup>17</sup> Boisier (1989), conforme já citado, aponta três variáveis fundamentais para o alcance do desenvolvimento de uma região: a política macroeconômica; a importância que a região tem para o

significa que uma região rica em capital social pode ter um dinamismo econômico reduzido em decorrência de fatores como a estrutura econômica preexistente, as economias de aglomeração, a capacidade de inovação, os recursos naturais ou a localização em relação aos seus mercados.

Lima (2005) ao analisar o capital social e os processos decisórios no cooperativismo agrícola brasileiro, concluiu que a cooperativa não é garantia de engajamento, as relações que aí se estabelecem podem ser meramente de reprodução das relações de dominação e de alienação da sociedade capitalista.

Nota-se então a necessidade de expansão do empoderamento dos atores locais, da comunidade propriamente dita, para além da simples busca pelo crescimento econômico.

Christovam (2003) *apud* Silva e Salanek Filho (2006) conclui em seu trabalho intitulado *Capital Social e Desenvolvimento*, que as evidências demonstradas ao longo da pesquisa sinalizam que a implementação de ações, com vistas ao fortalecimento do capital social, é condicionante para a obtenção do desenvolvimento, com a preservação e o respeito ao meio ambiente, às liberdades humanas e aos princípios de justiça social e política.

Grootaert e Van Bastelaer (2002) *apud* Silva e Salanek Filho (2006) afirmam que o aumento do capital social presente nas relações da firma ou da sociedade local facilita na busca por mão-de-obra especializada, reduz o custo de busca por oportunidades de mercado, melhora a difusão de informações sobre inovações e sobre participantes desleais, além de diminuir riscos transnacionais.

Em nível nacional, conforme demonstra François (2002), o capital social tem efeitos profundos em várias áreas do desenvolvimento socioeconômico. O capital social afeta a provisão de serviços, tem impacto sobre o desenvolvimento agrícola, afeta a expansão de empresas privadas, melhora a gestão de recursos mútuos, ajuda na melhora da educação, na redução dos conflitos sociais e pode até compensar as deficiências do Estado.

---

país e a capacidade de organização social da região, sendo que esta última é de fato aquela sobre a qual região pode interferir.

Grootaert e Van Bastelaer (2002) *apud* Silva e Salanek Filho (2006) evidenciam ainda que os laços sociais em uma rede podem ser verticais (hierarquia) e horizontais (concorrentes, pares). No caso dos laços horizontais, geralmente existe baixo nível de confiança e redundância de informações (redundantes e menos importantes). A possibilidade de competição faz com que as informações mais sensíveis não sejam compartilhadas. Neste caso, um elevado nível de capital social faz com que haja maior partilha e cooperação entre os pares horizontais, ainda que sejam competidores.

Os laços sociais, o capital social nas relações horizontais, fomentam os sentimentos de identidade e pertença do cidadão ao meio, pois essas relações horizontais não são hierárquicas como as verticais. Tais sentimentos têm extrema importância na participação cívica local.

Para Coleman (1990), o capital social permeia não apenas relações entre instituições horizontais, mas também entre as verticais.

Sette, Sette e Souza (2005) ao exporem os resultados de sua pesquisa junto a uma cooperativa mineira – Cogran – observam que 70% dos cooperados ressaltaram a importância de a cooperativa atuar na educação de seu cooperado de forma a desenvolver o cooperativismo para criar um homem mais solidário e participativo.

Silva e Salanek Filho (2006) concluem em seu trabalho sobre uma cooperativa paranaense, a importância de obter um equilíbrio entre a necessidade de resultados de curto prazo (operacional, comercialização) e os de fortalecimento do capital social (longo prazo).

Entretanto, de acordo com Maciel (2001, p.284), o próprio mercado, incluindo as relações de trabalho, pode ser erosivo à essas relações sociais relevantes ao seu próprio desempenho. Por isso, ações que estimulam o aumento do fluxo e conseqüentemente do estoque de capital social, são imprescindíveis.

Em comum, os estudos sobre o tema demonstram a integração das esferas política, econômica e social, pelo menos. Sendo que alguns incluem o meio ambiente como outra dimensão integrada permeada pelo capital social. Tais estudos

permitem sintetizar também que essas relações sociais, o próprio capital social, influenciam e são influenciadas pelo ambiente (NAZZARI *et al.*, 2004).

## 2.7 APLS, CAPITAL SOCIAL, ASSOCIATIVISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

O BNDES (2007), ao analisar a importância da cooperação dentro dos *Distritos Industriais Italianos*, aponta que além da importância desta dentro das relações inter empresas, a cooperação permite também a existência de um maior nível de democracia e de envolvimento dos entes públicos com as necessidades econômicas e sociais daquela região.

Baquero e Baquero (2007, p.137) ao analisar Fukuyama (1995) sustentam que:

[...] a habilidade de cooperar socialmente depende de hábitos, tradições e normas anteriores as que servem para estruturar o mercado. Segundo essa linha de pensamento, é mais provável que uma economia de mercado tenha sucesso em virtude dos estoques de capital social, ao invés de a economia ser a causa de democracias estáveis. Se esse capital é abundante, então tanto o mercado como a democracia prosperará e o mercado pode, de fato, incidir no desenvolvimento de uma sociabilidade que reforça as instituições democráticas.

Ainda em conformidade com Barquero e Barquero (2007), as ciências sociais têm aceitado, sem maiores polêmicas, a compreensão de que o desenvolvimento humano, além de depender das instituições econômicas na provisão de bem-estar material para os membros da sociedade, é impactado, também, por outras instituições cujo papel seria proporcionar “felicidade” aos cidadãos. Dentre essas instituições destaca-se a democracia, instituição política desejada de nosso tempo. Nessa perspectiva, a democracia, muitas vezes, tem sido considerada como a instituição mais importante no e para o bem-estar das pessoas.

Franco (2001) aponta a importância do capital social, afirmando que em uma região de elevado nível de capital social, as sociedades, ou parte delas, exploram melhor as oportunidades ao seu alcance; as organizações tornam-se mais eficientes; os chamados custos de transação são reduzidos; as instituições funcionam melhor; reduz-se a necessidade do uso da violência na regulação de

conflitos; mais bens públicos e privados são produzidos; mais atores sociais são constituídos e a sociedade civil torna-se mais forte.

Segundo Putnam (1997) *apud* Baquero e Baquero (2007, p.137),

pesquisas empíricas levadas a cabo num contexto amplo têm confirmado que as normas e redes de engajamento cívico (capital social) podem melhorar a educação, diminuir a pobreza, controlar o crime, propiciar o desenvolvimento econômico, promover melhores governos e até reduzir os índices de mortalidade.

Teóricos do capital social têm posto a descoberto a posição privilegiada da teoria econômica no discurso sobre o desenvolvimento sustentável e propõe que o econômico seja pensado como parte de um processo que prevê a equidade e o projeto social como formas de ampliar o desenvolvimento humano, este último visto como o verdadeiro fim do desenvolvimento (KLISKBERG, 2000).

Retomando Spellenberg (2001), a autora aponta a importância do capital social para além da simples e possível facilidade no tráfego de informações intra e inter redes, ao afirmar que este (o capital social) tem importância fundamental no processo de transformação dessas informações em conhecimento, ou seja, na assimilação e compreensão de tais informações.

A autora aponta três questões chave que são provenientes do acesso ao estoque de capital social:

Processing information: people need more than access to information (eg connections to the internet, TV news, public libraries, newsletters, etc.) What is needed is the opportunity for people to have dialogue with others about issues so that can turn this flow of information in to understanding; Assessing risks and opportunities: social capital networks give the opportunity to assess the reputation of a person or an a agency – their credentials, their past achievements and whether they can be trusted and depended on. Social capital gives the opportunity to assess the risk involved in tanking a particular course of action; Checking out situations, individuals and agencies: this process of communication provides an opportunity to check out people's mandate (ie who and which interests they represent). People need knowledge understand the political, social and economic choices available to them (SPELLENBERG, 2001, p.10).

Nota-se então a importância da existência de um bom nível de capital social para a realização da democracia, pois nosso sistema, ainda que democrático, é representativo. E, mesmo por isso, torna-se ainda mais necessário um elevado teor de engajamento cívico por parte do cidadão.



Inclusive, Grootaert *et al.* (2003, p.06) ao analisar Putnam, informam que é possível traçar um mapa da vida associativa da comunidade e, com isso, perceber seu estado de saúde cívica.

De acordo com os autores, um conjunto de problemas sociais – criminalidade, saúde, pobreza, desemprego – tem sido empiricamente associado à existência (ou falta de) capital social em uma comunidade, e com eles um sentido de preocupação por parte de cidadãos e formuladores de políticas públicas de que novas formas de capital social precisam ser imaginadas e construídas (GROOTAERT *et al.*, 2003, p.06).

Grootaert *et al.* (2003), a respeito do capital social, enfatizam a importância de se reconhecê-lo não como uma entidade única, mas antes, de natureza multidimensional.

Conforme Nazzari *et al.* (2004, p.03), as dimensões do conceito envolvem:

O plano individual, social e institucional. No plano individual desencadeia sentimento de confiança, reciprocidade, identidade cívica e previsibilidade; no plano social fortalece a cooperação sistêmica, coesão social, atitudes virtuosas e padrões valorativos e éticos no espaço público; e no plano institucional, leva ao engajamento em associações voluntárias e na vida cívica, participação política e horizontalidade nas relações sociais e institucionais.

Nazzari *et al.* (2004) concluiu em sua pesquisa que se pode apostar no capital social e no associativismo como fator de desenvolvimento econômico e como instrumento de combate à exclusão social, porém, não se pode dizer que a prática cooperativista, em si mesma, seja fator de integração social, isto é, fator gerador de mais capital social, de mais confiança mútua e de mais predisposição para mais cooperação.

Quanto à gênese do capital social, duas correntes são observadas: uma que diz ser o capital social fruto de padrões de longo prazo, na região, e outra, para a qual iniciativas privadas ou públicas podem promover a participação dos atores locais.

Para Farias e Faria (2008) Putnam faz parte do primeiro grupo, ou seja, afirma que o capital social é fruto da formação história da região, embora reconheça a possibilidade de criação do capital social. Já Durston é um dos pesquisadores que

apontam ser o capital social criado a partir de intervenções promovidas localmente, defensor então da segunda corrente.

Conseqüentemente, ações que fortaleçam o capital social devem ser adotadas e praticadas pelos atores envolvidos num processo de cooperação e associativismo, em prol do desenvolvimento.

Bandeira (2007, p.100) relata que estudos realizados nos Estados Unidos mostraram que as formas de sociabilidade e o capital social são negativamente afetados pelas condições de vida predominantes nas grandes aglomerações urbanas.

Marshall *apud* Keller (2008, p.34), sobre os Distritos industriais (essência do modelo de APL), relata que:

[...] a existência de uma “atmosfera industrial”, na qual haveria uma influência mútua dos sistemas econômico e social, apesar da idéia não ser totalmente elaborada. A idéia de uma “atmosfera industrial” seria um resultado da coexistência, dentro de uma mesma área geográfica, tanto de um sistema industrial quanto de uma sociedade (comunidade de empresários e trabalhadores), crescendo ao redor das firmas agrupadas e especializadas. Em resumo, o distrito industrial marshalliano pressupõe: (i) uma sobreposição entre o social e o produtivo; e (ii) uma ampla divisão do trabalho entre firmas envolvidas em atividades complementares com uma especialização setorial.

Retomando Boisier, (1996) o autor evidencia ainda que de nada valerá a região ser dotada dos elementos necessários ao desenvolvimento (atores, instituições, cultura, procedimentos, recursos e entorno) se estes não estiverem organizados em prol desse projeto de desenvolvimento. Para que haja possibilidade de sucesso local há necessidade de interação e sinergia entre esses elementos, de forma densa e inteligentemente articulada. Assim poderá ser posto em prática um verdadeiro “projeto político”. Neste caso é possível inferir que se faz necessário a presença do capital social local para que a interação entre os atores ocorra.

Também fora evidenciado na revisão bibliográfica efetuada a importância dada aos APLs como uma estratégia para geração de renda, de associativismo e de desenvolvimento local.

O BNDES (2007, p.43) afirma que as políticas que incentivam os APLs podem ser uma das mais eficazes políticas de desenvolvimento regional, ainda que essas

não tenham apenas essa função e não sejam capazes de serem replicadas em todas as regiões subdesenvolvidas.

Caron (2003, p.75) acerca das pequenas e médias empresas, as quais geralmente compõe os APLs, analisa que:

A capacidade de inserção competitiva nos mercados nacionais e internacionais e a capacidade de incorporação de tecnologias não é uma obra do acaso ou uma ação isolada de algumas empresas, mas é uma causa compartilhada entre governos centrais, regionais e locais, com universidades e centros de pesquisa com os setores produtivos localizados nos municípios (locais). Em geral, empresas de pequeno e médio porte são as que mais necessitam de apoio, mas também têm grande potencial de inovação e flexibilidade para ajustes rápidos e adequados aos novos desafios da inovação e competição. A pequena empresa ocupa um lugar de destaque na incorporação do progresso técnico, na difusão e espraio do processo de crescimento e desenvolvimento econômico e na geração de emprego e distribuição de renda.

No que tange à importância da cooperação entre firmas, Caron (2003, p.65) afirma que o mercado mundial tem criado a oportunidade para os empreendimentos cooperativos, e esta modalidade organizacional tem sido essencial na definição de estratégias bem-sucedidas diante da economia globalizada e dos ciclos de vida das tecnologias e dos produtos.

O BNDES (2007, p.46), ao apontar a importância dos APLs no contexto do desenvolvimento nacional, conclui que:

Os APLs quando bem sucedidos possuem ainda a vantagem de formar uma consciência coletiva sobre a capacidade própria de melhoria das condições vigentes e de reconhecimento de interesses e crenças comuns e, portanto, uma ideologia comum que valorize a auto-estima. Assim, o desenvolvimento de APLs é o desenvolvimento de um protagonismo nacional capaz de acreditar, formular, induzir e negociar mudanças que o país precisa para se desenvolver.

O capital social acumulado em um determinado arranjo produtivo é a condição principal para a cooperação, a formação das redes, associações e consórcios de pequenos produtores e empresas e a difusão do conhecimento. É também a principal fonte da coordenação e da governança do APL.

É possível então concluir, acerca do capital social, que há, em determinados aspectos, a existência de algumas divergências entre estudos e pesquisadores. Entretanto, tais divergências estão voltadas basicamente à dimensão dada à

importância do capital social como fonte de desenvolvimento local, e não quanto à sua existência e necessidade para o desenvolvimento local. Pois, conforme constatado, a sua necessidade como uma das condições primordiais na busca pelo desenvolvimento local é quase que inquestionável.

O capital social apresenta-se então como um grande conector, o qual é necessário para se por em prática um verdadeiro projeto de desenvolvimento local. A importância deste inicia-se a partir da dimensão micro, ou seja, local, como sua efetividade nos APLs, e vai até a real possibilidade de um desenvolvimento macro, a nível nacional, de melhoria do nível de bem-estar da sua população.

Para que se possa analisar a efetividade do APL como fonte de geração desse tipo de capital, o próximo capítulo expõe a metodologia aplicada ao trabalho.

### 3 METODOLOGIA

Green *et al.* (2000) *apud* Bandeira (2007, p.97) afirmam existir um “descompasso entre o desenvolvimento acelerado da teorização em torno do capital social e o relativo atraso na discussão sobre os aspectos metodológicos envolvidos na investigação empírica”.

Bandeira (2007) relata a dificuldade na obtenção de dados que o pesquisador que se propõe a analisar o capital social, geralmente encontra. O autor expõe a dificuldade em se obter dados secundários para as pesquisas da área e que, por isso, extrair o máximo possível de informações dos dados disponíveis e também a importância de complementar tais informações com a obtenção de novos dados, utilizando-se então meios que se possam disponibilizar.

Spellenberg (2001, p.16) informa ser de fato importante ter como certo qual o tipo de mensuração será pesquisada, ou seja, a mensuração do nível de capital social em determinado local ou a mensuração de fluxos desse capital, que deve ser feita através de levantamentos sobre ações que estejam ocorrendo e que possam contribuir para o aumento do capital social.

Grootaert *et al.* (2003) embora tenham proposto um método quantitativo para mensuração do estoque de capital social, afirmam que grande parte da tradição de pesquisas relacionadas ao tema provém de análises qualitativas.

Spellenberg (2001) que propôs uma metodologia para mensurar o capital social em seu estudo intitulado *Framework for the Measurement of Social Capital in New Zealand*, publicado pelo *Statistics New Zealand*, com o objetivo de desenvolver as bases para a mensuração do capital social naquele país, defende que para elaboração de um levantamento do capital social, tanto para o estoque quanto para o fluxo, as questões devem ser elaboradas levando em conta o cenário local, ou seja, algumas questões passíveis de serem utilizadas para o levantamento em determinada região, podem não ser úteis para a mesma pesquisa a ser aplicada num outro local.

A autora informa também que é importante caracterizar com a maior precisão possível o local a ser estudado, pois o foco de fomento do capital social pode estar em grupos ou instituições distintas.

De posse dessas constatações, optou-se neste trabalho pela investigação a partir de uma pesquisa qualitativa, através do estudo de caso, com caráter exploratório.

Quanto à utilização de um método qualitativo, Godoi (1995, p.63) afirma que:

Quando o estudo é de caráter descritivo e o que se busca é o entendimento do fenômeno como um todo, na sua complexidade, é possível que uma análise qualitativa seja a mais indicada. Ainda quando a nossa preocupação for a compreensão da teia de relações sociais e culturais que se estabelecem no interior das organizações, o trabalho qualitativo pode oferecer interessantes e relevantes dados.

Ainda sobre a opção pelo método qualitativo, Neves (1996, p.2) expõe que:

Nas ciências sociais, os pesquisadores, ao empregarem métodos qualitativos estão mais preocupados com o processo social do que com a estrutura social; buscam visualizar o contexto e, se possível, ter uma integração empática com o processo objeto de estudo que implique melhor compreensão do fenômeno.

Dentro do método qualitativo, optou-se pelo estudo de caso, para realização dessa pesquisa. Sobre este método, afirma Godoi (1995, p.25):

O propósito fundamental do estudo de caso (como tipo de pesquisa) é analisar intensivamente uma dada unidade social, que pode ser, por exemplo, um líder sindical, uma empresa que vem desenvolvendo um sistema inédito de controle de qualidade, o grupo de pessoas envolvido com a CIPA (Comissão Interna de Prevenção a Acidentes) de uma grande indústria que apresenta baixos índices de acidente no trabalho [...] O estudo de caso tem se tornado a estratégia preferida quando os pesquisadores procuram responder às questões “como” e “por quê” certos fenômenos ocorrem, quando há pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados e quando o foco de interesse é sobre fenômenos atuais, que só poderão ser analisados dentro de algum contexto de vida real.

Uma vez que o objetivo é constatar a capacidade de expansão do capital social a partir do APL, optou-se por realizar a amostragem para as entrevistas a partir dos empresários participantes do projeto APL, instituído pelo SEBRAE. Afinal, a existência de capital social não é garantida pela simples presença de organizações que aproximam as pessoas para um fim comum, como alega Spellenberg (2001, p.19).

Imbituva conta atualmente com 42 malharias, das quais apenas 29 participam do projeto APL coordenado pelo SEBRAE, até o momento.

A pesquisa de campo fora realizada no mês de janeiro de 2009, com 13 integrantes do APL (todos participantes do projeto APL do SEBRAE), individualmente.

Quanto ao número de entrevistados, Duarte (2002, p.143) afirma que:

Numa metodologia de base qualitativa o número de sujeitos que virão a compor o quadro das entrevistas dificilmente pode ser determinado a priori – tudo depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergência destas informações. Enquanto estiverem aparecendo “dados” originais ou pistas que possam indicar novas perspectivas à investigação em curso as entrevistas precisam continuar sendo feitas. À medida que se colhem os depoimentos, vão sendo levantadas e organizadas as informações relativas ao objeto da investigação e, dependendo do volume e da qualidade delas, o material de análise torna-se cada vez mais consistente e denso. Quando já é possível identificar padrões simbólicos, práticas, sistemas classificatórios, categorias de análise da realidade e visões de mundo do universo em questão, e as recorrências atingem o que se convencionou chamar de “ponto de saturação”, dá-se por finalizado o trabalho de campo, sabendo que se pode (e deve) voltar para esclarecimentos.

Além das entrevistas, também se presenciou uma reunião, a qual congregou boa parte dos participantes do projeto (19 empresários) e algumas das instituições parceiras do APL, entre elas, a Imbitumalhas, o Sinditêxtil, o SEBRAE, o Banco do Brasil e uma empresa fornecedora de logística, além do consultor que conduziu o encontro, que é um contratado do SEBRAE. O tema do encontro foi a elaboração do planejamento estratégico para o APL em 2009. A reunião aconteceu em 21/01/2009.

A presença na reunião permitiu ao pesquisador observar a interação entre os empresários e as relações que mantêm entre si, nas suas formas e intensidades. De acordo com Godói (1995, p.27), “a observação tem um papel essencial no estudo de caso. Quando observamos, estamos procurando apreender aparências, eventos e/ou comportamentos”.

A observação praticada na reunião foi um misto de observação participante e não-participante, afinal, embora a intenção inicial fosse apenas de se portar como um espectador, o pesquisador acabou sendo convidado a participar das atividades que estavam em andamento, ou seja, o planejamento estratégico para 2009.

Quanto às entrevistas, do total de entrevistados, 12 eram empresários. Também fora entrevistada a secretária da Imbitumalhas, que também é proprietária de malharia. Totalizando assim 13 integrantes. As entrevistas foram realizadas entre os 21 e 23 de janeiro de 2009.

As entrevistas foram realizadas nas próprias malharias. Neste aspecto, Godoi (1995) afirma que os dados devem ser coletados no local onde eventos e fenômenos, que estão sendo estudados, acontecem.

Sobre o método de realização das entrevistas, Godoi (1995, p.62) informa que:

[...] os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada. No trabalho intensivo de campo, os dados são coletados utilizando-se equipamentos como videoteipes e gravadores ou, simplesmente, fazendo-se anotações num bloco de papel.

No trabalho de campo, fora a utilizado, como principal meio para retenção das informações, a anotação. Apenas em algumas entrevistas utilizou-se também um gravador.

Para a realização das entrevistas, utilizou-se um questionário semi-estruturado, conforme anexo 1, o qual fora elaborado a partir das constatações realizadas através da revisão bibliográfica sobre capital social, com a finalidade de se identificar a ocorrência ou não de ações geradoras de capital social e também de seus reflexos.

O quadro 03 relata, de forma sintética, tais constatações, no que diz respeito à ações que possam gerar incremento de capital social. Enquanto que o quadro 04 sintetiza as constatações dos reflexos, ou seja, resultados que se pode obter quando da existência de capital social.



QUADRO 03 – AÇÕES QUE GERAM CAPITAL SOCIAL, A PARTIR DE AUTORES SELECIONADOS

<b>Autor</b>	<b>Fonte (Capital Social)</b>
Sette, Sette e Souza (2005)	Realização de cursos que visem desenvolver habilidade técnicas, mas também valores como solidariedade e participação/responsabilidade.
Farias e Faria (2008)	Ações que estimulem a intenção dos membros da sociedade; Organizações e formação de redes e de padrões de convivência; Ações de estímulo à cooperação e à confiança; Formação de redes de incentivo.
Woolcock <i>apud</i> Bandeira (2007)	Normas e redes que facilitam a ação coletiva; Redes sociais, formais ou informais entre os cidadãos e atores;
Bandeira (2007)	Participação em associações voluntárias; Número de organizações da sociedade civil; Enfim, o Capital Social desenvolve-se através das interações que ocorrem dentro destas atividades.
Spellenberg (2001)	Participação em associações voluntárias e comunitárias.
Bandeira (2007)	Sociabilidade informal: visitar parentes e amigos, participar de atividades de lazer com outras pessoas, entre outros.

FONTE: O Autor (2009)

QUADRO 04 – REBATIMENTOS DO CAPITAL SOCIAL, A PARTIR DE AUTORES SELECIONADOS

<b>Autor</b>	<b>Rebatimentos (do Capital Social)</b>
Putnam (2000) <i>apud</i> Dotto (2003)	Elevado nível de participação cívica, que por sua vez, tende a fortalecer a relação estabelecida entre o desempenho institucional e a comunidade.
Barquero (2001)	Efeitos positivos sobre a democracia e o desenvolvimento socioeconômico.
Spellenberg (2001)	Estímulo à capacidade de agir em benefício mútuo e coletivo de comum finalidade.
Grootaert e Van Bastelaer (2002) <i>apud</i> Silva e Salanek Filho (2006)	Facilita a difusão de informações.
Spellenberg (2001)	Além de facilitar o acesso à informações, facilita a transformação desses dados (informações) em conhecimento, através da interação que ocorre entre os atores locais, nos âmbitos político, social e econômico (entre outros).
Spellenberg (2001)	Amplia a capacidade e responsabilidade no monitoramento das ações dos candidatos eleitos e, por conseqüência, a realização de <i>feedbacks</i> da atuação destes.
Van Bastelaer (2002) <i>apud</i> Silva e Salanek Filho (2006)	Reduz a possibilidade de ações desleais, por parte dos atores e/ou oportunistas.
Compreensão do autor	Fomenta o sentimento de identidade e pertença do cidadão à região, que, por sua vez, têm extrema importância na participação cívica local.
Baquero e Baquero (2007)	Desenvolvimento de uma sociabilidade que reforça as instituições democráticas.
Franco (2001)	Melhor funcionamento das instituições; Maior facilidade na regulação de conflitos; Maior produção de bens privados e públicos; Fortalecimento da sociedade civil.
Putnam (1997) <i>apud</i> Baquero e Baquero (2007)	Melhoramento da educação; Redução da pobreza; Redução dos índices de mortalidade
Nazzari <i>et al.</i> (2004)	No plano individual desencadeia sentimento de confiança, reciprocidade, identidade cívica e previsibilidade; No plano social fortalece a cooperação sistêmica, coesão social, atitudes virtuosas e padrões valorativos e éticos no espaço público; E no plano institucional, leva ao engajamento em associações voluntárias e na vida cívica, participação política e horizontalidade nas relações sociais e institucionais.
Woolcock <i>apud</i> Bandeira (2007)	Confiança; Tolerância; Normas de reciprocidade; Aumento da propensão à cooperação.
Bandeira (2007)	Participação cívica: Afiliações a partidos políticos; Participação em manifestações, comícios ou protestos; Participação em reuniões sobre temas políticos; Doações para partidos políticos; Trabalho prestado à algum candidato; Visita à algum partido político para tentativa de sanar algum problema da comunidade; Percentual de pessoas que votariam ainda que o voto não fosse obrigatório.

FONTE: O Autor (2009)

Considerando tais constatações, o questionário fora elaborado com vistas à identificar ambas as dimensões, ou seja, ações geradoras de capital social e ações que caracterizam reflexos do nível de capital social local.

O quadro 05 aponta os objetivos buscados em cada questão presente no questionário elaborado e utilizado nas entrevistas.

QUADRO 05 – CONSTATAÇÕES OBJETIVADAS A PARTIR DAS QUESTÕES PRESENTES NO QUESTIONÁRIO

Questão	Objetivo (verificar geração (fonte) e/ou reflexo do capital social)
1	Rebatimento: constatar a percepção sobre a importância da cooperação para o entrevistado
2	Fonte/Rebatimento: identificar a ocorrência e o tratamento dado às ações oportunistas (o gesto oportunista é tido como uma fonte de redução do capital social) dentro do APL
3	Fonte/Rebatimento: verificar a existência do sentimento de pertença e o nível de democracia no acesso aos parceiros do APL
4	Fonte: averiguar a formação de associações a partir do APL e o exercício democrático dentro destas
5	Fonte: investigar a ações de voluntariado incentivadas a partir do APL
6	Fonte: averiguar a formação de associações a partir de funcionários do APL e o exercício democrático dentro destas e a possível participação dos empresários nestas (em suma, a interação entre funcionários de malharias distintas e entre empresários)
7	Fonte: constatar a realização de cursos para funcionários familiares e também participação do empresariados, a partir do APL
8	Fonte: identificar a participação do empresário entrevistado em outras associações do município.
9	Rebatimento: verificar a participação cívica no que tange à dimensão política
10	Rebatimento: averiguar a potencialidade do APL como indutor do nível engajamento dos empresários na dimensão política
11	Fonte/Rebatimento: identificar a evolução da cooperação e, também, da confiança entre os empresários, após o início do projeto APL
12	Fonte/Rebatimento: identificar a ocorrência de ações de solidariedade a partir dos atores dos APL
13	Rebatimento: identificar o nível de acolhida do participante do APL com relação à pessoas vindas de fora;
14	Fonte/Rebatimento: constatar a realização de ações realizadas a partir do APL com vistas à beneficiar seu entorno, a comunidade.

FONTE: O Autor (2009)

Após a realização do trabalho de campo, o procedimento que levou à interpretação dos resultados, foi a análise de conteúdo, que segundo Bardin (1979) *apud* Gomes (2008, p.83) constitui-se em

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de

conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A interpretação dos resultados obtidos (que ocorre após as etapas de categorização, inferência e descrição), quando se utiliza tal metodologia, faz-se através da fundamentação teórica, de acordo com Gomes (2008, p.88). Por isso também o quadro 03 servirá de apoio à análise dos resultados.

## 4 O APL DE IMBITUVA E A GERAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL

Este capítulo apresentará uma breve caracterização do município de Imbituva, no qual está constituído o APL de malhas tricô. Em seguida, serão apresentadas as constatações observadas no referido APL, sob a ótica da geração de capital social, a partir da pesquisa de campo realizada.

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA-PR

O Município de Imbituva<sup>18</sup> está localizado na Mesorregião Sudeste do Estado do Paraná, conforme figuras 02 e 03, mais precisamente na Microrregião Geográfica (MRG) de Prudentópolis, a qual é composta pelos municípios de Ivaí, Ipiranga, Guamiranga, Teixeira Soares, Fernandes Pinheiro, Imbituva e Prudentópolis. Situa-se a uma distância de 181 km da Capital do Estado e a 76 km de Ponta Grossa, ocupando uma área de 676 km<sup>2</sup>. Foi criado em 1910, mediante a Lei Estadual n.º 938, quando se desmembrou de Ponta Grossa (PARANACIDADE, 2008).

Em 2007, de acordo com IparDES (2009), a população total de Imbituva era de 27.044 habitantes, representando 21,5% do total da população da MRG de Prudentópolis. Em 2000, a população economicamente ativa (PEA) representava 44,4% do total de habitantes do município.

O Município de Imbituva apresentou IDH-M<sup>19</sup> de 0,727, inferior à média estadual, que era de 0,787, sendo uma das municipalidades que compunham os 72% dos municípios paranaenses com IDH-M inferior ao do Brasil (0,764), em 2006, de acordo com o IparDES (2006, p.06).

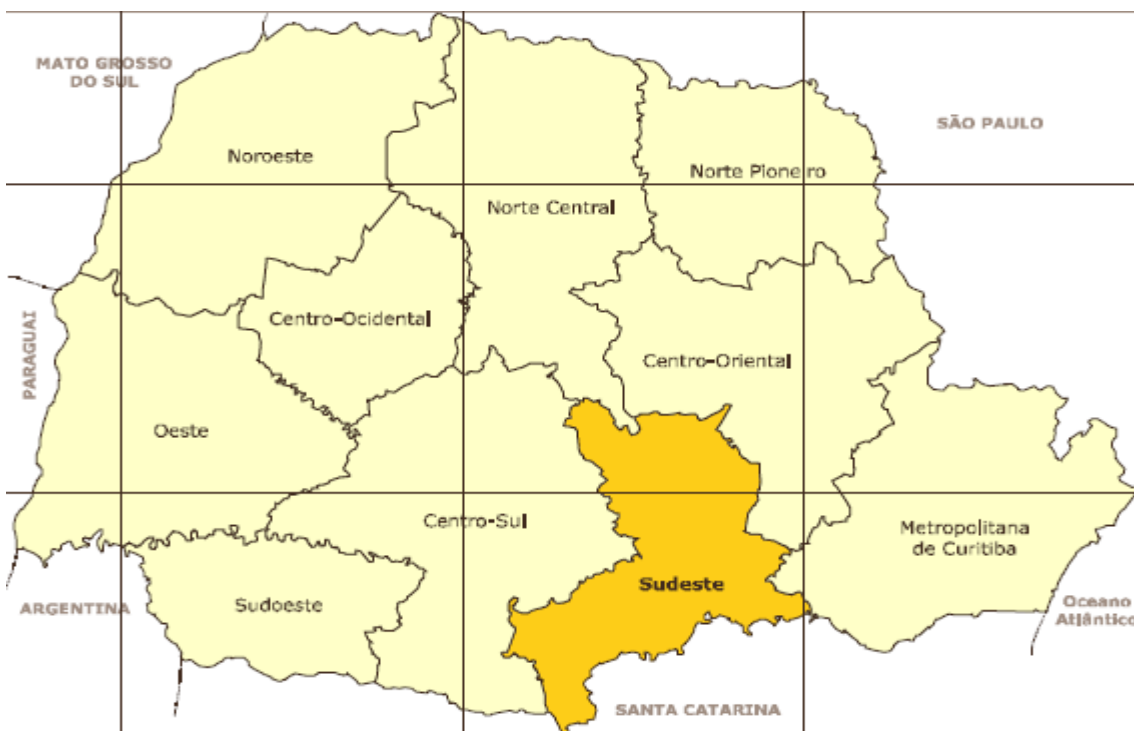
---

<sup>18</sup> Na época de sua fundação, em 1870, recebeu o nome de Arraial do Cupim, devido à conformação geológica de um dos pousos de tropeiros. É considerado como fundador de Imbituva um tropeiro, natural de Faxina, que, em 1871, abandonou o comércio das tropas e fixou-se em Cupim com alguns companheiros, dando início à construção da vila. Os primeiros povoadores eram procedentes da então Capitania de São Paulo. Mais tarde, chegaram os imigrantes, principalmente alemães, poloneses e russos. Em 1881 foi denominado Freguesia de Santo Antonio de Imbituva, e em 1951 passou a chamar-se Imbituva, termo que significa, em tupi-guarani, "local com abundância de imbê (cipó-imbê)" (IPARDES 2006, p.05).

<sup>19</sup> Trata-se do IDH municipal.

O PIB nominal, do município, em 2006, foi de R\$ 190,68 milhões. O qual fora composto por, de acordo com o valor adicionado, 23,2% do setor agropecuário, 24,0% da indústria e 52,7% do setor de serviços, de acordo com IBGE (2009).

FIGURA 02 – MESORREGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ



FONTE: IparDES (2004, p.06)

Nota-se que em 1991, de acordo com IBGE (2009), 65% da população encontrava-se na zona rural, enquanto que em 2000, 60% do total de habitantes do município já estava na zona urbana. Ou seja, houve uma inversão na quantidade de moradores durante a década de 1990.

De acordo com IPARDES (2006), na região onde está localizado o APL de Malhas de Imbituva, a infraestrutura de transporte é bem dotada, facilitando a distribuição de seus produtos, bem como o recebimento de matérias-primas e outros insumos para produção. Duas rodovias federais, BR 373 e BR 277, cortam o entorno do APL e constituem principal meio de acesso ao mesmo. Por qualquer uma delas, o percurso até Imbituva é complementado pela Rodovia PRT 153. As rodovias BR 376 e PR 151 ligam Ponta Grossa ao Norte do Estado, integrando diversos municípios. A PRT 153 promove a ligação entre Imbituva e outros municípios, entre eles Irati e União da Vitória – este último na fronteira com Santa Catarina. A BR 373 passa por

Guamiranga e Prudentópolis e segue em direção a Guarapuava e ao Oeste do Estado. Assim como no sistema rodoviário, Ponta Grossa abriga um denso entroncamento de vias férreas, que conformam um sistema que faz parte da malha sul da Rede Ferroviária Federal. Pela estação de Uvaranas conectam-se atualmente as linhas provenientes de Jaguariaíva, de Apucarana, de Irati e o ramal de Guarapuava. Partindo de Uvaranas, em direção ao sul, a linha segue para Rio Negro, Lajes e Vacaria, no Rio Grande do Sul, por onde passam os trens que se dirigem à Argentina. Um trecho da ferrovia liga Guarapuava ao Porto de Paranaguá, passando por Irati, onde há uma estação de passagem. Outro pequeno trecho da linha une Ponta Grossa a Apucarana.

FIGURA 03 – MESORREGIÃO SUDESTE DO ESTADO DO PARANÁ



FONTE: Ipardes (2004, p.07)

De acordo com Ipardes (2006, p.14) a atividade de malharia teve início, em Imbituva:

[...] por volta de 1975, quando uma senhora, do lar (Alcione Chioratto), objetivando aumentar a renda familiar, começou a revender malhas de uma malharia de Ponta Grossa, atuando como sacoleira. A empresa que lhe fornecia as mercadorias estava encerrando suas atividades, então lhe ofereceu o maquinário para que ela pudesse confeccionar suas próprias malhas. Nesse momento, a pioneira ofereceu sociedade à Irene Bobato, e assim fundaram a primeira malharia de Imbituva [...] depois dessa empresa, outras surgiram, consolidando a atividade na cidade. Após a instalação da primeira malharia, muitas mulheres e jovens pediram que Alcione os ensinasse o ofício de tecer, cortar, costurar e bordar, para que pudessem incrementar a renda familiar, o que configura um aspecto importante na trajetória de formação do aglomerado, qual seja: o envolvimento gradativo de habitantes do local atraídos pelas possibilidades de ampliação de renda. Há casos em que ex-funcionários de malharias fundaram suas próprias empresas, atuando, inicialmente, como facionistas daquelas para as quais trabalhavam anteriormente.

Neste contexto, a próxima seção realizará uma exposição mais detalhada sobre o APL de malhas de Imbituva.

#### 4.2 O APL DE MALHAS DE IMBITUVA

A MRG de Prudentópolis caracteriza-se pela predominância da atividade industrial no ramo madeireiro. Contudo, o trabalho realizado pelo Ipardes e Secretaria do Planejamento (SEPL) (IDENTIFICAÇÃO..., 2005a), constatou a existência de uma concentração de malharias nessa microrregião, destacada pelos dados referentes às CNAEs<sup>20</sup> 1771 e 1779, obtidos na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

O Ipardes (2005a), durante o processo de mapeamento dos APLs no Paraná, constatou a existência de 35 empresas na MRG de Prudentópolis, das quais, 32 localizadas no município de Imbituva, através da RAIS do Ministério do Trabalho (MTE), de 2004. As classes de atividade examinadas para esse fim foram a CNAE 1771 (fabricação de tecidos de malha) e a CNAE 1779 (fabricação de outros artigos do vestuário produzidos em malha).

Essas classes indicaram a existência de 32 estabelecimentos vinculados à atividade de malharia no município de Imbituva. Na seqüência, foram consultados o cadastro industrial da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), de

---

<sup>20</sup> A Classificação Nacional de Atividades Econômicas é um instrumento padrão de classificação para identificação das unidades produtivas no Brasil, sob o enfoque das atividades econômicas existentes. A tabela de CNAES foi desenvolvida pelo IBGE.

2005, bem como o cadastro de empresas da Secretaria do Estado da Fazenda (SEFAZ), com dados de 2002.

A relevância da atividade de malharia para o local destaca-se a partir da análise do Quociente Locacional<sup>21</sup> (QL), indicador que demonstra a importância dessa especialização no contexto regional e local. Os valores do QL para as CNAEs 1771 e 1779 são elevados (17,39 e 20,42, respectivamente), indicando que a MRG de Prudentópolis conta com forte especialização produtiva no segmento de malharia, relativamente às demais microrregiões paranaenses (Ipardes, 2005a)

Imbituva comporta o maior número de empresas produtoras de malhas retilíneas e tricô do Estado, de acordo com os dados da RAIS, caracterizando uma aglomeração com significativa importância para a economia local, em termos de geração de emprego e renda, segundo o Ipardes (2006).

Em nível regional, dos 35 estabelecimentos existentes na MRG de Prudentópolis, 32 encontravam-se instalados em Imbituva, e, em termos de emprego direto, dos 151 vinculados ao ramo de malharias, em 2004<sup>22</sup>, 139 estavam registrados em empresas do município, o que revela a concentração espacial da atividade nesse local.

A tabela 01 apresenta uma série histórica da evolução do número de estabelecimentos e de empregos diretos no APL de malhas de Imbituva. Observa-se um crescimento do número de estabelecimentos entre 1994 e 2009, de 16 para 42.

Quanto à dinâmica do mercado de trabalho, nota-se, entre 1994 e 2009, um incremento de 455% no emprego gerado no ramo de malharias da cidade. Percebe-se, também, aumento no número de malharias, na ordem de 163%, no mesmo período. Enquanto que o número médio de empregados por estabelecimento mais que dobrou.

---

<sup>21</sup> O QL indica a concentração relativa de uma determinada classe da indústria numa microrregião, comparativamente à participação dessa mesma indústria no Estado. Assim, a verificação de um QL elevado em determinada indústria numa região, indica a especialização da estrutura de produção local naquela indústria

<sup>22</sup> Ano em que fora realizado o levantamento do Ipardes, no qual se caracterizou o aglomerado como um APL, em Imbituva.



TABELA 01 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, EMPREGOS DIRETOS E EMPREGOS POR ESTABELECIMENTO NO RAMO DE MALHARIAS, EM IMBITUVA, NO PERÍODO DE 1994 A 2009

Ano	Estabelecimentos	Empregos Diretos	Média de Empregos por Estabelecimento
1994	16	31	1,94
1995	27	27	1,00
2000	34	145	4,26
2003	37	142	3,84
2004	32	139	4,34
2009*	42	172	4,10

FONTE: MTE-RAIS *apud* Ipardes (2006, p.13)

\* Dados coletados durante a pesquisa de campo, junto à IMBITUMALHAS

Outro quesito observado para a constatação do aglomerado como um APL foi a existência de uma associação das malharias, a Imbitumalhas. Fundada em 26 de fevereiro de 1987, a associação possui sede própria e uma secretária. O corpo administrativo, formado por empresários do setor, é composto pelo presidente, vice-presidente, 1 tesoureiro, 2º tesoureiro, 1º secretária, 2ª secretária e 1 conselheiro fiscal. A associação conta com a adesão de 100% dos empresários do setor de malhas de Imbituva e é a responsável pela organização da feira anual de malhas, a FEMAI.

A Imbitumalhas é composta atualmente por 42 malharias do município de Imbituva, porém, apenas 28 integram o projeto APL, apoiado pelo SEBRAE.

Entretanto, embora a Imbitumalhas conte com a adesão de todas as 42 malharias do município, apenas 29<sup>23</sup> participam atualmente do Projeto de Competitividade do SEBRAE.

A instituição é uma das principais parceiras do APL de Imbituva e o projeto é um dos aglutinadores dos atores envolvidos. É através desta parceria que o APL passou a se fortalecer, desde que fora oficialmente instituído pelo Ipardes em 2004. Dentre as principais ações do SEBRAE está a consultoria concedida ao APL, onde anualmente é traçado o planejamento estratégico do arranjo e também se avalia as ações indicadas no ano anterior.

O APL conta, além do SEBRAE, com outras instituições parceiras, como o Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Paraná (Sinditêxtil), Federação

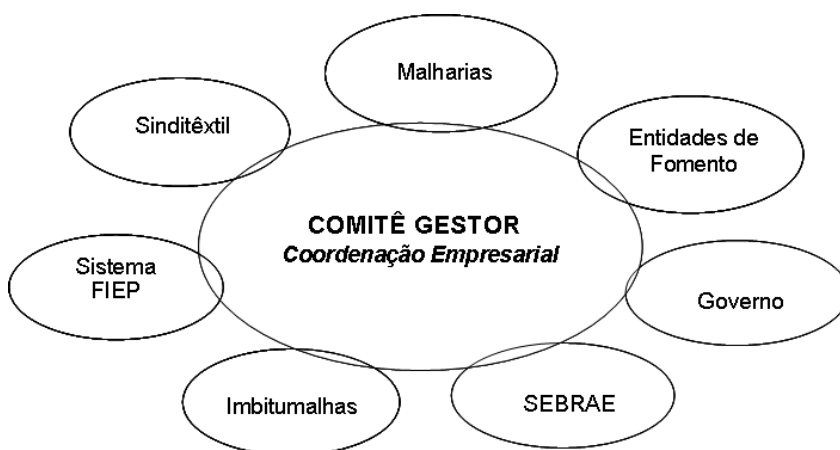
<sup>23</sup> Não há custo ou critério algum imposto para que as malharias participem do projeto APL dirigido pelo SEBRAE. O projeto é aberto a todas as empresas do setor.

das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), do Governo do Estado, de entidades de fomento como BNDES e bancos comerciais públicos e privados, além da própria Imbitumalhas, conforme exposto na figura 04.

O APL conta com uma governança própria, distinta do corpo administrativo da Imbitumalhas (que neste caso torna-se mais uma parceira do arranjo). Atualmente dois empresários constituem a governança do arranjo, os quais foram eleitos pelos empresários do setor.

O APL é constituído por micro e pequenas empresas, tomando-se por base a classificação realizada pela Secretaria da Fazenda e BNDES<sup>24</sup>, conforme relata o Ipardes (2005a), condição já exposta como de grande importância para a instituição de um arranjo.

FIGURA 04 – GOVERNANÇA DO APL DE MALHAS DE IMBITUVA-PR



FONTE: O Autor (2009)

O APL conta com uma governança própria, distinta do corpo administrativo da Imbitumalhas (que neste caso torna-se mais uma parceira do arranjo). Atualmente dois empresários constituem a governança do arranjo, os quais foram eleitos pelos empresários do setor.

<sup>24</sup> De acordo com a SEFA do Paraná, micro empresas são aquelas com faturamento anual abaixo de R\$ 216.000,00; as pequenas devem faturar entre R\$ 216.001,00 e R\$ 10,5 milhões; a média deve se situar na faixa de R\$ 10,501 milhões até R\$ 60 milhões; a grande empresa, a partir de R\$ 60,001 milhões.

O APL é constituído por micro e pequenas empresas, tomando-se por base a classificação realizada pela Secretaria da Fazenda e BNDES<sup>25</sup>, conforme relata o Ipardes (2005a), condição já exposta como de grande importância para a instituição de um arranjo.

Quanto ao número de postos de trabalho gerados, verifica-se que algumas malharias não possuem funcionários. Neste caso o proprietário é o responsável pelas principais execuções, terceirizando geralmente o arremate das peças. Na maior das malharias, atualmente 19 funcionários fazem parte do quadro. Mesmo nesse caso, também há terceirização de algumas etapas da produção. Somando-se ao número de funcionários diretos, o número de prestadores de serviços (terceiros), o total de empregos gerados pelo APL aproxima-se 700 postos de trabalho.

TABELA 02 – NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS POR EMPRESA,  
NO APL DE IMBITUVA-PR

<b>Qde de funcionários por empresa</b>	<b>Nº de empresas</b>
1	9 malharias
2	5 malharias
3	2 malharias
4	3 malharias
5	2 malharias
6	1 malharia
7	2 malharias
9	2 malharias
10	2 malharias
11	2 malharias
12	1 malharia
14	1 malharia
19	1 malharia
<b>Total de Funcionários</b>	<b>172</b>

FONTE: O Autor (2009)

Após a caracterização do APL, a próxima seção apresentará a discussão dos resultados observados durante o trabalho de campo.

<sup>25</sup> De acordo com a SEFA do Paraná, micro empresas são aquelas com faturamento anual abaixo de R\$ 216.000,00; as pequenas devem faturar entre R\$ 216.001,00 e R\$ 10,5 milhões; a média deve se situar na faixa de R\$ 10,501 milhões até R\$ 60 milhões; a grande empresa, a partir de R\$ 60,001 milhões.

### 4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como já exposto, as ações que geram capital social e aquelas que foram realizadas a partir da existência deste capital, se retroalimentam. Por isso a exposição das constatações e interpretações realizadas a partir da pesquisa de campo não estão dispostas conforme o tipo de ação (geradora ou de reflexo).

#### 4.3.1 **Quanto à Percepção Individual sobre a Importância da Cooperação e sua Evolução dentro do APL**

Uma das primeiras constatações realizada durante o trabalho de campo foi através da reunião que o pesquisador presenciou cuja finalidade do grupo era a elaboração do planejamento estratégico para 2009. Observou-se que nem todos os empresários, proprietários de malharias do município, participam do projeto APL institucionalmente constituído pelo SEBRAE. Do total de 44 malharias, apenas 29 participavam até o momento da realização da pesquisa de campo, do projeto do SEBRAE.

Nota-se que todos são associados à Imbitumalhas, porém, não se dispõem a fazer parte do projeto APL instituído. E provavelmente apenas fazem parte de associação para poderem participar da tradicional feira de malhas, cuja organizadora é a própria Imbitumalhas.

Entre as principais causas apontadas pelos integrantes ao explicarem a não participação de algumas malharias no projeto, está a baixa importância que estes dão à atividade. Alguns proprietários e proprietárias têm a atividade têxtil como secundária na composição da renda familiar. Em alguns casos, trata-se de proprietárias cujos esposos possuem outros negócios.

Assim, de acordo com alguns entrevistados, a adesão ao projeto não é total em função da escassez de tempo dessas pessoas, que já dedicam parte do dia ao lar, auxiliam nos negócios do marido e ainda tocam sua produção. Por isso não estariam dispostas em assumir compromissos dentro do grupo. Já, para outros entrevistados, o fato evidencia certo nível de comodismo.

De acordo com um dos integrantes da governança do APL: *“convites são sempre feitos aos que ainda não aderiram ao projeto, porém, nota-se em grande parte das vezes que as pessoas convidadas se sentem incomodadas com os insistentes chamados”* (Entrevistado 01).

Dessa forma, observa-se que nem todos estão dispostos a ceder parte de seu tempo e trabalhar pelo coletivo, ou seja, trabalhar em e pelo grupo. E apenas participam da Imbitumalhas em função de um objetivo individual, que é o de participar da feira de malhas.

A constatação evidencia que o APL ainda não conseguiu “atrair” a todos os empresários do setor de malhas do município, o que denota também que o sentimento individualista interfere negativamente nos laços de confiança que levam à cooperação.

Observou-se também que mesmo entre aqueles que estão inscritos no projeto institucional (do SEBRAE), nem todos compareceram à reunião realizada em janeiro (21/01/09), a qual havia grande importância, uma vez que o objetivo principal era traçar o planejamento estratégico para o ano de 2009.

A importância de planejar em grupo pode ser constatada retomando Amaral Filho (2002), quando o autor afirma ser necessário que o APL realize uma estratégia coletiva de produção e também de mercado, ou seja, os produtores devem convergir sobre o que, para quem e como produzir, bem como coordenar ações voltadas ao mercado, uma vez que seus principais concorrentes, geralmente grandes players, obtêm vantagens pela escala de aquisição de insumos e comercialização.

A iniciativa do projeto de APL, fomentado pelo SEBRAE, só foi possível com a disponibilidade dos empresários até então concorrentes, de cooperarem para a concretização de objetivos comuns e também pela sobrevivência.

Entre os atos que permitem identificar a existência de capital social está o contato amistoso entre os integrantes do projeto, observado também durante a reunião, que fora presenciada, em 21/01/2009.

Quanto à reunião, o facilitador<sup>26</sup> iniciou estabelecendo de forma participativa um contrato entre todos, que propunha aquilo que não deveria fazer parte da reunião – ex: conversas paralelas e preguiça – e aquilo que deveria estar presente durante o encontro – ex: otimismo e respeito.

Ao iniciar a reunião, o facilitador dividiu os participantes em grupos de 6 pessoas. O objetivo era que os grupos agora formados, elencassem as possíveis ações que deveriam ser objetivadas em 2009.

Foram levantadas diversas sugestões, que, em seguida, passaram a ser filtradas, afim de que apenas as julgadas mais importantes e necessárias restassem.

Notou-se então no momento do corte que, ao terem suas ações propostas extraídas da relação, os proponentes não se irritavam. Em alguns casos, pequenos debates foram iniciados, porém, sempre com desfecho favorável ao senso coletivo.

A aceitação, por parte dos proponentes, de que suas ações sugeridas ficassem fora do plano e o aceite de propostas sugeridas por outros, demonstra a disposição em pensar e agir em prol do coletivo.

De acordo com os entrevistados, a cooperação e a convivência entre os participantes aumentaram sensivelmente nos últimos anos. Segundo um dos empresários: *“antes um proprietário de malharia não gostava de receber a visita de outro, por que tinha medo que ele observasse os modelos das peças e copiasse ou mesmo porque ele poderia observar mais alguma coisa, como o tipo de maquinário que eu tinha”* (Entrevistado 02).

Para a maioria, a atual capacidade de cooperar têm sido estimulada a partir dos encontros realizados através do projeto APL.

Os encontros ocorrem em função de praticamente duas situações: as reuniões para decisões coletivas e os cursos disponibilizados.

As reuniões podem ser gerais, com participação de todos os envolvidos no projeto, como a reunião presenciada que tinha por finalidade o desenvolvimento do plano de ação para o APL no ano corrente, ou parciais, com a presença de um

---

<sup>26</sup> Trata-se de um consultor, terceiro, contrato pelo SEBRAE para acompanhar in loco o desenvolvimento e execução do Projeto de Competitividade do SEBRAE.

determinado grupo de empresários, que pode ocorrer, por exemplo, para a conclusão de uma ação proposta no planejamento anual.

Com relação à execução das ações propostas no planejamento estratégico, fora exposto durante a reunião presenciada e também por grande parte dos entrevistados que alguns integrantes não concluem as ações que lhe foram delegadas, o que por vez acaba retardando o desenvolvimento do APL e também o nível de confiança e cooperação entre os participantes.

Alguns participantes, inclusive, não se dispuseram a se responsabilizar por alguma das ações propostas para 2009, durante a reunião de planejamento. Foram 18 ações no total, que, dado o número de participantes, poderiam ser igualmente distribuídas entre os presentes. Mas, como a distribuição se deu de forma democrática alguns empresários se ausentaram de tal responsabilidade.

Neste momento, alguns participantes tentaram direcionar ações que ainda restavam àqueles que não haviam escolhido alguma, mas o ambiente democrático prevaleceu as ações restantes foram acatadas por outros.

Mas, ainda assim, a mudança de hábito é perceptível ao ponto que hoje, segundo 100% dos entrevistados, algumas ações demonstram a evolução da cooperação entre os participantes do APL.

Entre as ações, pode-se citar a troca e até mesmo o empréstimo de insumos, que se tornou comum entre os envolvidos no projeto APL, exposto por 100% dos entrevistados. Assim também acontece com a *expertise* em realizar determinadas tarefas, conforme evidenciando durante a pesquisa de campo: *“já falei pra todos que uma das saídas para a entressafra é a fabricação de peças em malha tecido, assim como eu faço”* (Entrevistado 01).

O exposto refere-se ao fato de que, por se tratar de uma região cujo forte da produção é a malha tricô, suas peças geralmente são destinadas às estações outono e inverno, o que acaba causando uma quase paralisação da comercialização e produção durante os meses de primavera e verão.

Neste caso, o empresário compartilhou com os demais uma estratégia que vem aplicando e que está dando certo. Nota-se aqui que, embora concorrentes, a

cooperação está presente no interior do APL, assim como a preocupação com o outro, com o grupo, com o coletivo.

O auxílio com o manuseio e até pequenos consertos do maquinário, de uns para com os outros, também foi citado como uma ação costumeira: *“...a máquina começava a trabalhar e o fio arrebentava, então liguei pra um colega de outra malharia que tem uma máquina parecida, ele me disse para passar parafina no fio antes de utilizar o material. Fiz isso e nunca mais a máquina arrebento os fios”* (Entrevistado 02).

A importância da difusão de informações e conhecimento, principalmente conhecimento tácito, pode ser analisada retomando Marshall (1982) *apud* Keller (2008, p.33):

Um fundo comum de trabalhadores especializados: Marshall usa o termo “aptidão hereditária” para se referir ao acúmulo de conhecimentos que surge na comunidade de pessoas presentes na aglomeração, quando “os segredos da profissão deixam de ser segredos e, por assim dizer, ficam soltos no ar, de modo que as crianças absorvem inconscientemente grande número deles”, gerando uma mão-de-obra mais qualificada dentro do próprio tecido social; [...] Disseminação de novos conhecimentos: A formação de uma rede dentro do aglomerado industrial, enquanto uma comunidade de pessoas e de firmas, promove a circulação de novos conhecimentos, novas idéias e também de mercadorias, gerando um acúmulo de habilidades produtivas.

Na mesma linha, está em andamento um projeto que estava no papel desde o início institucional do APL, que era a criação de uma Central de Clientes.

Como a maior parte das vendas é realizada para consumidores que vêm de fora e utiliza o cheque como meio de pagamento, o risco de inadimplência é alto, pois, nos casos de má conduta, os golpistas disseminam seus gastos e compram valores menores, mas em todas as malharias.

Dessa forma, o projeto da Central de Clientes consiste em cadastrar todos os clientes, de todas as malharias, num sistema único e conceder a cada um, de acordo com seu histórico de compras e pagamentos, um limite de crédito para compras em cheque, no APL. Assim, cada empresário possuirá um terminal conectado *on line* à associação e terá de alimentar o sistema sempre que um cliente realizar uma compra em sua malharia, dando baixa automaticamente em parte do limite concedido àquele consumidor.



Assim, os demais integrantes do APL ao receber aquele mesmo cliente em suas lojas, poderão consultar o cadastro e verificar qual o limite ele ainda dispõe para compras em cheque, reduzindo o risco de inadimplência a todos.

Além de uma eficaz ferramenta, a Central de Clientes tem em sua essência a cooperação e a confiança mútua por parte dos integrantes APL, afinal, os dados cadastrais dos clientes tradicionais de cada malharia serão integrados e conseqüentemente poderão ser acessados por todos.

O projeto já tem a ciência de todos e para entrar em vigor falta apenas a negociação com a empresa que desenvolverá a implantação técnica.

A ação, além de evidenciar a evolução do nível de capital social local, quando comparado ao início do APL, será de grande importância para a expansão desse patamar.

#### **4.3.2 Quanto a Ocorrência e o Tratamento Dado às Ações Oportunistas dentro do APL**

Quando questionados sobre a possível ocorrência de ações oportunistas, importante variável que pode reduzir o nível de confiança para a cooperação, conforme exposto por Spellenberg (2001), todos os entrevistados alegaram haver ações do tipo, no interior do APL. Entre as mais citadas destacaram-se o pagamento de comissões aos guias de excursões e a concessão de mercadorias em consignação. Apenas um entrevistado citou também que há malharias que oferecem café da manhã para grupos de clientes.

As malharias, além de fabricar, também comercializam sua produção no local. Algumas com estruturas maiores, com a loja destacada do espaço destinado à produção, grandes vitrines, manequins expositores e farto espaço para atender aos clientes. Outras dividem o pouco espaço físico entre a produção e a comercialização.

A oferta de café da manhã e o pagamento de comissões aos guias de excursões<sup>27</sup> têm por finalidade reter os clientes na mesma malharia, fazendo então com que estes realizem a maior parte de suas compras ali e assim não se dirijam às outras malharias.

*“Tem umas maiores aí sabe, que fornecem o café da manhã, eles dão mais descontos, que eu acho assim, que é fantasioso o desconto, porque eles elevam o preço e dão 30%, não sei o quê... e daí eles fornecem café da manhã, que nós, que eu não tenho condições de dar café aí pra as excursões... Daí eles tem, tem umas que até proíbem da guia ir em outras malharias, poucas né, mas tem... Vem aqui, olha! Eu te dou café, tanto de desconto... pro guias eles dão peças e peças de malha... mas não me levem em outra malharia”* (Entrevistado 03).

Quanto à oferta de produtos em consignação, é também uma forma de fidelizar o cliente, porém, neste formato de comercialização, as peças são entregues aos guias que retornam para suas cidades e repassam aos lojistas locais e também varejistas. O grande ponto negativo apontado pelos entrevistados é que os guias acabam não trazendo novas excursões, pois repassam eles mesmos as mercadorias aos clientes de seus municípios. O resultado de tal ação é a concentração de vendas nas malharias que realizam a consignação e conseqüente redução das excursões de compradores ao município, o que, por sua vez, reduz as vendas das demais empresas.

Aqui se faz necessário uma ponderação. O projeto APL iniciou-se há menos de quatro anos, ou seja, antes disso os empresários eram apenas competidores, concorrentes. Apenas deste período em diante se passa a fazer parte e a exercer um novo paradigma, ou seja, o da competição associada à cooperação.

De acordo com a maior parte dos entrevistados, essas ações ainda acontecem, porém, em menor número hoje do que há tempos atrás.

Mas ações de represaria a tais práticas são realizadas. Entre as mais comuns, está a exposição dos casos durante as reuniões do grupo. Fora inclusive

---

<sup>27</sup> A maior parte das vendas é realizada durante a feira que geralmente ocorre no mês de abril e por clientes que chegam ao município com excursões, geralmente pessoas e lojistas que compram para revenda. Os principais destinos das peças são as regiões oeste, norte e sul do Paraná; a Região Metropolitana de Curitiba; Interior do Estado de São Paulo e também de Santa Catarina.

verificado uma exposição dessas na reunião presenciada. A exposição fora feita de forma bastante cautelosa, sem citar nomes, mas também sem deixar de demonstrar os riscos desses atos.

Os atos que visam interromper ações de oportunismo têm surtido efeito. Tanto que um exemplo da evolução do pensamento em prol do coletivo com detrimento ao egoísta, com relação às ações oportunistas, foi dado por um dos entrevistados, por sinal um dos maiores empresários do APL, quando questionado a respeito: *“Não adianta nada apenas eu vender e os menores quebrarem. Isso é ruim pro município, pois os compradores, as excursões, virão para Imbituva se tiverem aqui 100 malharias e não duas ou três apenas”* (Entrevistado 05).

De acordo com outro empresário entrevistado, *“as pessoas estão amadurecendo a idéia de trabalhar em conjunto”* (Entrevistado 02).

#### **4.3.3 Quanto ao Sentimento de Pertença e o Nível de Democracia no Acesso aos Parceiros do APL**

Outra constatação levantada ao longo das entrevistas e que evidencia a mudança do pensamento individual rumo ao bem-estar do grupo é o fato de que hoje a maior parte das grandes malharias indicarem aos clientes que visitam suas lojas a existência de outras fábricas, principalmente as menores e aquelas com localização menos privilegiada.

O ato demonstra um elevado teor de solidariedade de sentimento coletivo de pertença ao APL.

#### **4.3.4 Quanto a Mobilização/Solidariedade entre Atores do APL**

Em 2008, o marido de uma das empresárias adoeceu e ela teve de se dedicar quase que exclusivamente ao esposo. Então, de pronto, recebeu a disposição dos colegas em auxiliá-la.

Outro caso semelhante é o de uma empresária que teve problemas de saúde com seu filho. Ela teve de se afastar da gestão de sua malharia por alguns meses. Neste momento, todos os colegas se prontificaram a ajudar, alguns inclusive se

mostraram solidários a ponto de se oferecer para gerenciar a sua malharia para que ela não parasse a produção, enquanto tratava o filho, que teve de ser internado em outra cidade. Outros se ofereceram para realizar tarefas operacionais do dia-a-dia como ir ao banco, por exemplo. Um dos integrantes do grupo foi, juntamente com um pastor de sua igreja, visitar o filho da empresária que estava internado em Guarapuava.

Segundo a empresária, *“estas ações deram a ela e a família força para enfrentar a tribulação pela qual passavam”* (Entrevistado 06).

#### **4.3.5 Quanto às Ações de Voluntariado, Ações em Prol da Comunidade (Entorno)**

Observou-se também que algumas ações partiram do APL e tiveram como objetivo beneficiar a comunidade cívica, ou seja, através da estrutura, da cooperação e do engajamento dos integrantes do APL a comunidade fora beneficiada.

Um dos empresários recebeu um contato de um hospital, no ano de 2008, localizado no município de Curitiba, onde esteve internado o marido da empresária, acima citado, para que orçasse a fabricação de algumas peças, entre elas, cachecóis e gorros para o inverno.

De início, o empresário realizou o orçamento, computando apenas os custos da matéria-prima. Mas, ao comunicar as demais malharias, optaram por se unir e doar as peças necessárias. O mutirão contou com a participação de todos integrantes do projeto.

Nota-se nesse caso a união e cooperação dos integrantes do grupo para o alcance de um objetivo coletivo para além dos interesses do APL, ou seja, visando a comunidade. A estrutura utilizada nessa ação foi a estrutura do próprio APL, pois a coleta ocorreu na própria sede da Imbitumalhas, sob a coordenação da secretária da associação.

Conforme relato de uns dos entrevistados - o empresário que recebeu o contato do hospital e difundiu a idéia por entre os associados - houve abundância

nas doações e o total de peças arrecadadas chegou a 800: *“Pedi que juntassem algumas peças, pois se todos fizessem, teríamos a quantidade que o hospital necessitava, mas o volume acabou sendo maior, um dos colegas enviou o seu estoque e ainda produziu mais, foram mais de 100 peças só dele”* (Entrevistado 01).

Na reunião presenciada, uma das ações propostas para 2009 dentro do planejamento estratégico do APL foi a repetição de uma ação nos mesmo moldes desta. A empresária que defendeu a inclusão da diretriz para 2009 informou fazê-lo porque *“uma ação dessa ajuda a unir o grupo”* (Reunião APL).

Também no início de 2008, o APL conseguiu junto a um parceiro, que fosse realizado um curso de Corte e Costura. O parceiro (SENAI) atendeu ao pedido do grupo e enviou para o município maquinário e instrutores. Neste caso, a governança do APL abriu inscrições para a os funcionários das malharias, para a comunidade e também para interessados de um município vizinho.

Ente os participantes das malharias, estavam alguns proprietários e principalmente funcionários destas.

Sobre a possibilidade de expansão do capital social através da educação formal, Silva e Salanek Filho (2006) ao analisar o caso de uma cooperativa paranaense, observaram que a mesma mantém programas educacionais como o treinamento de professores e alunos de 4ª série quanto ao uso correto de produtos agroquímicos, proteção ambiental e descarte de embalagens. Esse projeto foi implantado nas escolas municipais dos municípios no entorno da cooperativa. Outro projeto é o trabalho desenvolvido com os jovens cooperativistas (entre 16 e 25 anos), cujo objetivo é prepará-los como futuros sucessores da atividade agropecuária. A cooperativa ministra palestras sobre novas técnicas e as difunde para os cooperados, isso, individualmente, talvez o produtor não tivesse acesso. A atitude agrega valor na relação do cooperado com a cooperativa. Assim a relação é cultivada e a manutenção do cooperativismo ocorre (fortalecimento da cultura cooperativista).

Os autores evidenciam ainda que a cooperativa mantém algumas ações no intuito de cultivar tal relação: grupo de jovens, acompanhamento do nível de fidelidade do cooperado (entrega da produção), treinamento contínuo, troca de

informações. Todas direcionadas ao aumento do nível de conhecimento técnico dos atores envolvidos, principalmente cooperados, e também ao aumento de nível do capital social local, ou seja, da confiança, das relações entre agentes e conseqüentemente, da troca e difusão de informações.

Nota-se então a importância atribuída pelos atores participantes de tal rede, ou seja, os próprios cooperados, sobre a importância da difusão de valores para além do econômico, entre os indivíduos, ou seja, fortalecimento do capital social local.

Neste tipo de ação, nota-se entre os principais ganhos acarretados aos às pessoas da comunidade: obtenção de conhecimento técnico, civismo, auto-estima e cidadania. Além do que, três dos alunos que realizam o curso já se engajaram indiretamente no APL e hoje prestam serviços como terceiros pra algumas malharias, auferindo assim trabalho e renda.

Na mesma linha, um curso de aperfeiçoamento para Montagem de Vitrines também fora conseguido pelo APL junto a um parceiro do projeto, para o início de 2008. Neste caso também houve abertura à participantes de fora do APL e os convites foram voltados aos comerciantes do município, através de parceria com a Associação Comercial de Imbituva.

Há também no município uma escola técnica de Corte e Costura comandada pela prefeitura. Durante o ano de 2008, os integrantes do APL se mobilizaram para arrecadar insumos entre as malharias e repassar à Prefeitura, para que a escola permanecesse em funcionamento e pudessem assim atender aos alunos, que são oriundos de todo a comunidade.

Ações como as citadas, abertas à comunidade, demonstram também a existência de um importante sentimento de pertença ao município, pois demonstram a preocupação dos integrantes do APL em estender à comunidade parte dos ganhos conquistados pela organização, principalmente em se tratando da geração e difusão de conhecimento.

#### 4.3.6 Quanto à Participação Cívica

Entretanto, ainda em relação à questão cívica, neste aspecto o APL pouco tem contribuído a seus integrantes e muito menos ao seu entorno.

Todos os entrevistados demonstraram intenção de permanecer à margem do processo democrático do município. A política é vista, conforme exposto por um dos entrevistados, como “algo que não é sério”, em Imituva.

Observou-se com relação à questão política, que o governo local pouco tem contribuído para o desenvolvimento do APL. Na verdade, algumas ações chegam a prejudicar o projeto, quando na verdade cabe ao poder público local ser um articulador de projetos de desenvolvimento, retomando Boisier (1989).

Exemplo disso está a entrega do espaço, até então locado para a escola técnica de corte e costura, por ser o locador um integrante do partido que foi derrotado nas eleições de 2008 e que no momento era o partido da situação. Outra evidência é a inexistência de investimento junto ao APL, ficando a prefeitura restrita a ceder os barracões durante a realização da feira anual de malhas.

A participação cívica é de grande importância tanto para o desenvolvimento local como também para a efetivação do APL de como estratégia para o alcance do desenvolvimento.

Serra e Paula (2009, p.15) atestam que para a efetividade do APL, há necessidade de um fortalecimento do papel de estado de forma que suas instituições, principalmente aquelas relacionadas à área do ensino e treinamento da força de trabalho e à geração e difusão de tecnologia se tornem capazes de se integrar ao ambiente empresarial local. Em outras palavras isso significa uma remodelação da política industrial pautada pela lógica de sistemas locais de inovação e de uma postura mais ativa do estado como um todo.

A constatação realizada a partir da análise realizada é de que a política é tida como uma dimensão para além da responsabilidade de cada um, ou seja, como se vivenciássemos uma democracia representativa. Os empresários do APL demonstraram certa aversão ao âmbito político, principalmente em função das más

administrações, conforme evidenciado ao longo das entrevistas e do pouco apoio que recebem dos governantes locais.

Dessa forma, não se observa os reflexos expostos por Banderia (2007), ou seja, a participação cívica através de afiliações a partidos políticos; participação em manifestações, comícios ou protestos; participação em reuniões sobre temas políticos; doações para partidos políticos; trabalho prestado à algum candidato; visita à algum partido político para tentativa de sanar algum problema da comunidade; percentual de pessoas que votariam ainda que o voto não fosse obrigatório.

Também não se cumpre o exposto por Spellenberg (2001), afinal de acordo com autora, um elevado nível de capital social tende à uma alta capacidade e responsabilidade no monitoramento das ações dos candidatos eleitos e, por conseqüência, a realização de *feedbacks* da atuação destes, por parte da sociedade.

#### **4.3.7 Quanto à Participação em Outras Associações no Município**

Constatou-se também a realização de outras ações iniciadas individualmente por integrantes do APL, com objetivos em prol da comunidade.

Fora evidenciado durante as entrevistas que 100% dos empresários doam retalhos de sua produção às instituições de caridade, tais como o Clube de Mães do município, APAE, entre outros. Observou-se que todos realizam as entregas com vistas ao bem estar da comunidade. Também são contempladas instituições de cidades vizinhas. Durante a realização de uma entrevista, verificou-se a solicitação de uma pessoa pelos retalhos, a qual fora atendida prontamente.

Outra ação constatada foi observada durante uma entrevista. Uma empresária, com grande engajamento na Igreja Católica foi até os colegas do APL para coletar prendas que seriam sorteadas e distribuídas em atividades durante a festa do padroeiro da cidade, Santo Antônio. A empresária arrecadou peças doadas por praticamente todos os integrantes do projeto APL.

Neste caso, através de uma integrante do projeto, houve uma integração direta entre a Igreja local e o próprio APL, beneficiando assim à comunidade local.



Também em relação à interação, mesmo que indireta, do APL com as igrejas locais, está em andamento um projeto junto à Igreja Lutherana do município. A idéia da parceria iniciou-se quando um dos empresários e também representante da governança do APL solicitou à igreja o salão de festas da paróquia, que seria locado para a festa de formatura do curso realizado em janeiro de 2008, conforme já citado, que fora aberto à comunidade.

A igreja então cedeu gratuitamente o espaço para a realização da formatura, da qual estiveram presentes 150 pessoas e cuja comida e bebida foram produzidos pelos formandos. Neste momento surgiu o interesse da igreja em captar e capacitar pessoas, no que tange à qualificação técnica.

Constata-se então diferentes formas de ações voluntárias, ainda que a participação em organizações civis formalmente estabelecidas, sejam restritas. A importância de tais atos é exposta por Banderia (2007), Woolcock *apud* Bandeira (2007) e Nazzari *et al.* (2004).

## 5 CONCLUSÕES

A busca pelo desenvolvimento é uma constatação entre regiões e países do globo. Conceito que este evoluiu nos últimas décadas, deixando então de ser visto apenas como evolução da renda per capita local e passando a ser desenvolvimento com inclusão e igualdade social, com preservação ambiental, com respeito à cultura e às instituições locais

O desenvolvimento é sempre regional, para então avançar à níveis maiores. Para tal, uma determinada região é condicionada por uma série de variáveis que precisam convergir, entre elas, a qualidade da tecnocracia local, a qualidade da classe empreendedora, a classe política e a sociedade civil.

Também fora evidenciado na revisão bibliográfica efetuada a importância dada às estratégias de APL como fonte de geração de renda, de associativismo e de desenvolvimento local.

Entre as estratégias locais apontadas para a busca pelo desenvolvimento regional, está a formação de APLs.

O que distingue um APL, seja embrionário, seja consolidado, de uma simples aglomeração de empresas é a capacidade de organização coletiva, o associativismo e a difusão de conhecimentos. Nota-se então que o capital social torna-se uma condicionante vital para a existência e sucesso do APL.

Um APL se apropria do estoque de capital social existente na sociedade local. Mas sendo este de tanta importância para o APL é concebível pensarmos que a estrutura poderia também ser um gerador do fluxo de capital social, a fim de elevar seu estoque. Diga-se ainda, toda a comunidade envolvida diretamente e todo o entorno do APL podem e devem ser beneficiados com tal elevação.

Embora um debate enriquecedor tenha acompanhado a trajetória do capital social como instrumento efetivo na busca pelo desenvolvimento de regiões, contribuindo para o avanço da reflexão e, ao mesmo tempo, esclarecendo áreas de concordância e discordância, ainda há muito a ser feito.

Entretanto, é evidente que a existência e expansão do nível de capital social em uma determinada região/comunidade não garantirá, por si só, a expansão sustentada do desenvolvimento desse local, porém, sem um bom nível desta variável, a possibilidade de insucesso no decurso de sua história será maior.

Sabe-se que o principal objetivo de um APL é a competitividade e sobrevivência das empresas participantes no mercado. Entretanto, sabe-se também que o aglomerado, para atingir tal objetivo, necessita de relações sociais fortalecidas a ponto de proporcionar ao APL capacidade de organização coletiva, associativismo e difusão do conhecimento por entre os participantes. Dessa forma, esse trabalho objetivou analisar se o APL, como estratégia produtiva, pode também ser considerado com um gerador de fortalecimento do Capital Social, fator este que reflete diretamente no nível de relações sociais.

A expansão do fluxo de capital social e conseqüentemente a elevação do nível local deste tipo de capital, é de extrema importância para o fortalecimento interno do APL, do associativismo e da organização. Mas, mais do que isso, ações que estimulem o capital social fortalecerão a comunidade e ficarão como uma herança para a região, através do empoderamento proporcionado aos cidadãos.

A pesquisa realizada com atores envolvidos no APL de Imbituva evidenciou que houve uma grande evolução no que tange à cooperação e a confiança entre os empresários participantes. Entretanto, ainda existem resistências, tanto que parte dos empresários não participam ativamente do projeto instituído pelo SEBRAE e que é um dos aglutinadores dos atores do arranjo.

A difusão do conhecimento, a solidariedade e o sentimento de pertença estão presentes entre os atores do APL, porém, algumas atitudes oportunistas ainda são observadas. Para tal, ações que visem eliminar tais atos precisam ser colocadas em prática, democraticamente, afinal, ações como estas podem reduzir o estoque de capital social.

O APL realizou ações voltadas ao seu entorno, ou seja, à comunidade, com conseqüências positivas para o meio e para o próprio arranjo, em se tratando do capital social. Ações que ajudaram no fortalecimento das relações do grupo com o entorno.

Mas, no que diz respeito à participação cívica, o APL nada tem contribuído para tal, nem mesmo entre seus atores, quanto menos com seu entorno<sup>28</sup>.

Por isso, ações estratégicas, de fortalecimento do nível de capital social devem ser elaboradas e postas em prática pelos envolvidos no arranjo. Tanto em função da importância da participação cívica, quanto da necessidade de maior engajamento do empresários do APL no projeto proposto e instituído através do SEBRAE, afinal, como já dito, não são todas as malharias que participam do projeto.

Dessa forma, abrem-se então oportunidades para a continuidade deste trabalho, que poderão ter entre seus objetivos:

- Averiguar quais as principais ações que poderiam ser posta em prática, afim de se elevar o nível de capital social dentro do APL;
- Identificar o nível de capital social no município como um todo (Imbituva);
- Realizar um comparativo entre municípios detentores de APLs, analisando a correlação entre seus níveis de capital de social e seus indicadores de desenvolvimento;
- Investigar a efetividade do APL de malhas tricô no processo de desenvolvimento no município de Imbituva.

---

<sup>28</sup> Uma síntese das ações constatadas ao longo da pesquisa de campo encontra-se no anexo 2.

## 6 REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, Jair. **Desenvolvimento regional endógeno em ambiente federalista: planejamento e políticas públicas**. Brasília, n.14, p.35-70, dez.1996.

\_\_\_\_\_. **É negócio ser pequeno, mas em grupo**: desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

ARRETCHE, Marta T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.14, n.40, p.111-141, jun. 1999.

BANDEIRA, Pedro Silveira. Diferenças regionais quanto ao capital social e crescimento econômico no Rio Grande do Sul. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v.12, n.1, p.93-124, jan/abr. 2007.

\_\_\_\_\_. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: BECKER, Dinizar F.; BANDEIRA, Pedro S. (Orgs.). **Determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p.23-128.

BARON, Stephen; FIELD, John; SCHULLER, Tom. **Social capital**: critical perspectives. Oxford, UK: Oxford University Press, 2000.

BARQUERO, Antônio Vasquez. **Desarrollo económico local y descentralización: aproximación a un marco conceptual**. Santiago de Chile: CEPAL, 2000.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute. Trazendo o cidadão para a arena pública: capital social e empoderamento na produção de uma democracia social na América Latina. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v.12, n.1, p.93-124, jan/abr. 2007.

BECKER, Dinizar. Economia política do (des)envolvimento regional contemporâneo. In: BECKER, Dinizar (*In Memoriam*), WITTMANN, Milton Luiz (Orgs.). **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p.37-66.

BNDES. **Arranjos produtivos locais e desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/seminario/apl.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2007.

BOISIER, Sérgio. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, Paulo R. (Org). **Economia regional**: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB-ETENE, 1989. p.589-694.

\_\_\_\_\_. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Política Públicas**, Brasília, n.13, p.111-145, jun. 1996.

\_\_\_\_\_. **Conversaciones sociales y desarrollo regional**. Talca: Universidad de Talca, 2000.

\_\_\_\_\_. Desarrollo (local): de que estamos hablando? In: MADERO, Oscar; VAZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Transformaciones globales, instituciones y políticas de desarrollo local**. Rosário: Homo Sapiens, 2001.

BRASILEIRO, Maria Helena Martins. A organização social e produtiva como estratégia e fortalecimento do capital social em destinos turísticos. **Cadernos de Análise Regional**, Salvador, v.5, n.1, 2006.

BRITO, Jorge; ALBAGLI, Sarita. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**: rede de pesquisa em sistemas produtivos e inovativos locais. Rio de Janeiro: REDESIST, 2003.

BOUTROS-GHALI, Boutros. **An agenda for development**. ONU: New York, 1995.

CAMPOS, Antonio Carlos de. **Arranjos produtivos no estado do Paraná**: o caso do município de Cianorte. 2004. 218p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

CARON, Antoninho. **Inovações tecnológicas nas pequenas e médias empresas industriais em tempos de globalização**: o caso do Paraná. 2003. 412p. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena M. M.; SZAPIRO, Marina. Arranjos e sistemas produtivos locais e proposições de políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. **Nota Técnica 27 - Projeto de pesquisa arranjos e sistemas produtivos locais e as novas políticas**. Rio de Janeiro, 2000.

CASSIOLATO, José Eduardo; SZAPIRO, Marina. Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES Helena M. M.; CASSIOLATO, José E.; MACIEL, Maria L. (Orgs.). **Pequena empresa**: cooperação e desenvolvimento local. Relume Dumará: UFRJ, 2003. p.35-50.

CASTANHEIRA, Maria A. V. **Capital social, sustentabilidade e esporte**: elementos para a construção de uma educação em valores a partir do esporte do voleibol. 2008. 250p. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento) – FAE Centro Universitário, Curitiba, 2008.

CLEMENTE, Ademir. **Economia regional e urbana**. São Paulo: Atlas, 2000

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD. **Nosso futuro Comum**, 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COLEMAN, James S. **Foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

CAPORALI, Renato; VOLKER, Paulo (Orgs.). **Metodologia de desenvolvimento de arranjos produtivos locais**: projeto Promos. Brasília: SEBRAE, 2004.

DOTTO, Dalva M. R. et al. Estudos regionais comparados: reflexões sobre o capital social. In: BECKER, Dinizar (*In Memoriam*), WITTMANN, Milton Luiz (Orgs.). **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p.229-244.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.115, p.139-154, mar. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2009.

DURSTON, John; DUHART, Daniel. **Formación y pérdida de capital social comunitario mapuche**: cultura, clientelismo y empoderamiento em dos comunidades, 1999-2002. Santiago do Chile: Cepal, 2003.

FARAH JR, Moisés Francisco. **Uma proposta de estruturação da capacidade competitiva das pequenas e médias empresas metal-mecânicas da região de Curitiba através da formação de um cluster**. 2002. 369p. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

FARIAS, Iracema Q.; FARIA, Maria V. C. M. Capital social e a formação de grupos solidários do Programa Crediamigo: desafios e possibilidades. **Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v.8, n.17, p.107-129, maio/ago. 2008. Disponível em: <[http://www.iceg.pucminas.br/espaco/revista/no17\\_n.asp](http://www.iceg.pucminas.br/espaco/revista/no17_n.asp)>. Acesso em: 15 dez. 2008.

FERNANDES, Marcionila. **Desenvolvimento sustentável**: antinomias de um conceito. Belém: AUA, 2003.

FLORES, Margarita; RELLO, Fernando. Capital social: virtudes y limitaciones. In: CONFERENCIA REGIONAL SOBRE CAPITAL SOCIAL Y POBREZA. 2001, Santiago de Chile. **Anais eletrônicos...** Santiago de Chile: Cepal y Universidad del Estado de Michigan, Santiago de Chile, 2001. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/prensa/noticias/comunicados/3/7903/flores-relo.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2009.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: UNICAMP, 2001.

FRANCO, Augusto de. **Capital social**. Brasília: Instituto de Política Millennium, 2001.

\_\_\_\_\_. **Pobreza e desenvolvimento local**. Brasília: Brasília: AED, 2002.

FRANCOIS, Patrick. **Social capital and economic development**. New York: Routledge, 2002.

FUKUYAMA, Francis. **Confiança**: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 8.ed. São Paulo: Nacional, 1983.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GODOI, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.3, p.20-29, maio/jun. 1995.

\_\_\_\_\_. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de empresas**, São Paulo, v.35, n.2, p.57-63, mar./abr. 1995.

GODOI, Christiane K.; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa da (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 27.ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p.79-108.

GREEN, Geoff. et al. **Social capital, health and economy in south yorkshire coalfield communities**. Sheffield: Hallam University, 2000.

GROOTAERT, Christiaan et al. **Integrated questionnaire for the measurement of social capital SC-IQ**. Banco mundial, 2003. Disponível em: <[http://poverty2.forumone.com/files/14753\\_qi-mcs.pdf](http://poverty2.forumone.com/files/14753_qi-mcs.pdf)>. Acesso em: 06 dez. 2008.

HADDAD, Paulo R. **Cultura local e associativismo**. BNDES, 2004. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/conhecimento/seminario/apl\\_texto2.pdf](http://www.bndes.gov.br/conhecimento/seminario/apl_texto2.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2008.

HUNT. E. K. **História do pensamento econômico**: uma perspectiva crítica. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

IINSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **IBGE cidades@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?>>. Acesso em: 24 fev. 2009.

IDENTIFICAÇÃO, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLs) do Estado do Paraná: etapa 1 - Identificação, mapeamento e construção da tipologia das aglomerações produtivas. Curitiba: IPARDES/SEPL, 2005a.

IDENTIFICAÇÃO, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLs) do Estado do Paraná: etapa 3 - Caracterização estrutural preliminar dos APLs pré-selecionados e nota metodológica para os estudos de caso. Curitiba: IPARDES/SEPL, 2005b.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Leituras regionais**: mesorregião geográfica sudeste paranaense. Curitiba: IPARDES/BRDE, 2004.

\_\_\_\_\_. **Arranjos produtivos locais do Estado do Paraná**: identificação, caracterização e construção de tipologia. Curitiba: IPARDES, 2006.

\_\_\_\_\_. **Arranjo produtivo local de malhas do município de Imbituva**: estudo de caso. Curitiba: IPARDES, 2006.

\_\_\_\_\_. **Arranjo produtivo local do vestuário de Cianorte**: nota técnica. Curitiba: IPARDES, 2006.

\_\_\_\_\_. **Base de dados BDE**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 21 fev. 2009.



KELLER, Paulo Fernandes. Clusters, distritos industriais e cooperação interfirmas: uma revisão de literatura. **Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v.8, n.16, p.30-47, 2008. Disponível em: <[http://www.iceg.pucminas.br/espaco/revista/no16\\_n.asp](http://www.iceg.pucminas.br/espaco/revista/no16_n.asp)>. Acesso em: 15 dez. 2008.

KEYNES, John Maynard. **The general theory of employment, interest and money**. New York: Harcourt, Brace and World, 1936.

KLIKSBERG, Bernardo. El rol del capital social y de la cultura en el proceso de desarrollo. In: KLIKSBERG, Bernardo; TOMASSINI, Luciano (Orgs.). **Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo**. Buenos Aires: BID - Fondo de Cultura Económica, 2000. p.19-58

LIMA, Conceição M. D. Atores sociais e liderança no processo de formação de capital social: proposta à cooperativa agropecuária. In: CONGRESSO DA SOBER, 43., 2005. Ribeirão Preto. **Anais...**, Ribeirão Preto, 2005. 1 CD-ROM.

LIMA, Gustavo da Costa. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v.6, n.2, p.99-119., jul./dez. 2003.

MACIEL, Maria Lúcia. Confiança, capital social e desenvolvimento. **Econômica**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.283-288, 2001.

MAX-NEEF, Manfred; ELIZALDE, Antonio; HOPENHAYN, Martín. Desarrollo a escala humana: una opción para el futuro. **Development dialogue**, Suecia, 1986.

MENDES, Judas T. G. **Economia: fundamentos e aplicações**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

MYTELKA, L. K., FARINELLI, F. Local clusters: innovation systems and sustained competitiveness. **Nota Técnica n. 5 - Projeto Arranjos e sistemas produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ/BNDES/FINEP/FUJB, 2000.

NARAYAN, Deepa. **Voices of the poor: can anyone hear us?** New York: Oxford University Press, 2000.

NAZZARI, Rosana Kátia et al. Desenvolvimento sustentável e capital social: confiança, cooperação e participação política no Paraná. In: SEMINÁRIO DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, 3., 2004, Cascavel. **Anais eletrônicos...** Cascavel, 2004. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/IIISeminario/artigos/Artigo%2012.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2009.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Cadernos de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v.1, n.3, p.103-113, jul. 1996.

NORTH, Douglas C. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.) **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. p.291-313.

OLIVERIA, Gilson Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. In: OLIVEIRA, Gilson Batista; SOUZA-LIMA, José Edmilson (Orgs.). **O desenvolvimento**

**sustentável em foco**: uma contribuição multidisciplinar. São Paulo: Annablume, 2006. p.15-30.

PARANACIDADE. **Municípios do Estado**: Imbituva. Disponível em: <<http://www.paranacidade.org.br/municipios/municipio.php>>. Acesso em: 01 dez. 2008.

PERROUX, F. O conceito de pólos de crescimento. **Economia Regional**. Textos escolhidos, Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

PNUD. **Desenvolvimento humano e IDH**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>>. Acesso em: 12 jan. 2009.

PUTNAM, Robert D. **Bowling alone**: the collapse and revival of american community. New York: Simon & Schuster, 2000.

\_\_\_\_\_. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

\_\_\_\_\_. Democracy in America at century's end. In: HADENIUS, Axel. **Democracy's victory and crisis**. Cambridge University Press, 1997. p.71-80.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SALANEK FILHO, Pedro. **Capital social e cooperativismo agropecuário no processo de desenvolvimento sustentável local**: uma avaliação da região de atuação da cooperativa Copacol. 2007, 160p. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento) – FAE Centro Universitário, Curitiba, 2007.

SANTOS, Luciano Damasceno. **Sistemas e arranjos produtivos locais**: o caso do pólo de informática de Ilhéus/BA. Disponível em: <<http://www.redesist.ie.ufrj.br/>>. Acesso em: 08 fev. 2008.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

SEERS, Dudley. The meaning of development. **Revista brasileira de economia**, Rio de Janeiro, v.24, n. 3, p.5-50, jul/set. 1970.

SERRA, Maurício A.; PAULA, Nilson M. de. **Desenvolvimento local**: a experiência paranaense com os arranjos produtivos locais. Disponível em: <<http://www.economia.ufpr.br/publica/textos/2006/APL-mauricio&nilson.pdf>>. Acesso em: 04 maio 2009.

SETTE, A. T. M. S.; SETTE, R. S.; SOUZA, M. A Organização cooperativa sob a ótica dos cooperados. In: CONGRESSO DA SOBER, 43., 2005. Ribeirão Preto. **Anais...**, Ribeirão Preto, 2005. 1 CD-ROM.

SILVA, Christian Luiz da; MENDES, Judas Tadeu Grassi (Orgs.). **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável**: agentes e interações sobre a ótica multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2005.

SILVA, Christian Luiz da. Proposta de um modelo de monitoramento e avaliação do desenvolvimento sustentável. In: SILVA, Christian Luiz da (Org.). **Desenvolvimento sustentável**: um modelo analítico integrado e adaptativo. Petrópolis: Vozes, 2006. p.15-28.

SILVA, Christian Luiz da; SALANEK FILHO, Pedro. Capital social e cooperativismo no processo de desenvolvimento sustentável: estudo da cooperativa Bom Jesus da Lapa. In: OLIVEIRA, Gilson Batista; SOUZA-LIMA, José Edmilson (Orgs.). **O desenvolvimento sustentável em foco**: uma contribuição multidisciplinar. São Paulo: Annablume, 2006. p.143-166.

SMITH, Adam. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**. New York: Modern Library, 1937.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUZA-LIMA, José Edmilson. Elementos endógenos de desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. In: OLIVEIRA, Gilson Batista; SOUZA-LIMA, José Edmilson (Orgs.). **O desenvolvimento sustentável em foco**: uma contribuição multidisciplinar. São Paulo: Annablume, 2006. p.31-43.

SPELLENBERG, Anne. Framework for the measurement of social capital in New Zealand. **Research and Analytical**, Wellington, Nova Zelândia, n.14, 2001. Disponível em: <<http://www.stats.govt.nz/NR/rdonlyres/33DA01C5-7955-4A7B-BE1D-13E1F2503066/0/R14.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2008.

TOURAINÉ, Alan. **O que é democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

VASCONCELLOS, Marco A. S.; GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de economia**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

VEIGA, José Eli da. **Do global ao local**. Campinas: Armazém do Ipê, 2005.

VISCONTI, Gabriel Rangel. Arranjos cooperativos e o novo paradigma tecnoeconômico, **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v.6, n.16, p.317-344, dez. 2001.

WOOLCOCK, M. The place of social capital in understanding social and economic outcomes. In: INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON THE CONTRIBUTION OF HUMAN AND SOCIAL CAPITAL TO SUSTAINED ECONOMIC GROWTH AND WELL-BEING, 2000, Quebec: OECD/ Human Resources Development, 2000. Disponível em: <[www.oecd.org/dataoecd/5/13/1824913.pdf](http://www.oecd.org/dataoecd/5/13/1824913.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2008.

**ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA DE CAMPO**

**Questionário aplicado na pesquisa de campo**

Nome: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

- 1) Qual a sua percepção sobre a importância da cooperação/associativismo para as empresas do APL? E qual a importância da cooperação/associativismo na vida de uma comunidade?
- 2) Verificar qual o ponto de vista dos empresários com relação à “transparência” das atitudes de sinergia para as com as demais “parceiras”.
- 3) Você tem consciência da sua importância como membro de uma instituição participante do APL? Como essa participação tem influenciado suas atitudes e seu comportamento nos últimos anos.
  - a. São realizadas reuniões com os parceiros do APL?
  - b. Você tem acesso aos mesmos?
- 4) Nos últimos 3 anos, foi criada(s) alguma(s) associação(ões) através de uma iniciativa interna do APL ?
  - a. Qual é a associação e quais as suas principais finalidades/objetivos?
  - b. Quando ela foi criada?
  - c. Como se dá a possibilidade de participação na mesma?
  - d. Você participa desta associação?
  - e. Se sim, como acontece o exercício democrático nessa associação (empoderamento), nas demandas e realizações a serem realizadas? Quais os principais aspectos que o levam a participar desse grupo?
  - f. Os participantes possuem mesmo nível de renda?
  - g. Como acontece o exercício democrático nesta associação?
- 5) Você tem conhecimento de ações do tipo voluntariado que estão sendo incentivadas na comunidade, que venham de dentro de algum ator do APL (empresa, parceiros,...)?
  - a. Qual é a ação?
  - b. Qual a finalidade?
  - c. Você participa de alguma?
- 6) Nos últimos anos surgiram associações de funcionários dentro das empresas participantes do APL? Quais as funções dessas associações?
  - a. Essas ações, se ocorreram, visavam a comunidades externa ou só pessoas ligadas ao APL?
  - b. Você participa de alguma ou já participou de uma ação promovida por uma dessas associações?
  - c. No seu ponto de vista, qual a importância da realização de tais ações?

- 7) A associação das malharias ou a empresa em que você atua têm ministrado algum tipo de curso/qualificação para os funcionários e, principalmente, para os familiares desses funcionários ou mesmo para o público em geral?
- 8) Você participa de alguma outra associação, que não derivou diretamente do APL?
  - a. Qual?
  - b. Qual é a principal finalidade?
- 9) Nas últimas eleições:
  - a. Algum membro do APL ou de empresa em que você atua, foi candidato?
  - b. Houve apoio dos participantes do APL?
  - c. E de sua empresa?
  - d. As propostas contemplavam a comunidade, o município como um todo ou apenas defendiam interesses do APL?
- 10) Você tem conhecimento de alguma instituição ligada ao APL que tenha estimulado o acompanhamento das ações da classe política local (participação nas reuniões da câmara de vereadores; acompanhamento das finanças públicas; sugestões de investimentos públicos: escolas, saúde...)
  - a. Você participa/acompanha ativamente as ações da classe política local?
- 11) Qual a sua percepção de evolução da cooperação dentro do APL?
  - a. Algo pode ser citado (de melhoria) com relação às ações de cooperação?
  - b. Elas aconteceram?
  - c. Quais foram?
- 12) Alguma instituição do APL ou a própria comunidade passou por alguma situação difícil (excepcional) nos últimos anos (ex: crise financeira, demissões, catástrofes naturais, crise política interna...)?
  - a. Houve alguma mobilização dentro do APL para solucionar o caso?
  - b. O que foi feito?
  - c. Você teve participação na solução do problema?
- 13) Como se dá a receptividade de pessoas que vem de outras regiões para trabalhar em Imbituva (com é a acolhida)?
- 14) Você tem conhecimento de alguma ação realizada a partir o APL que teve como objetivo beneficiar o município/melhorar a qualidade de vida no município?
  - a. Você participou?
  - b. Como?
  - c. No seu ponto de vista, o resultado foi positivo?

**ANEXO 2 – QUADRO 6**

QUADRO 06 – CONSTATAÇÕES VERIFICADAS A PARTIR DOS ATORES (EMPRESÁRIOS) PARTICIPANTES DO APL DE IMBITUVA, NO QUE TANGE À GERAÇÃO E AOS REBATIMENTOS CONSTATADOS A PARTIR DO CAPITAL SOCIAL

<b>Objetivo (verificar geração, fonte e/ou reflexo do capital social)</b>	<b>Verificado</b>	<b>Constatações</b>
Sobre a percepção da importância da cooperação para o entrevistado (rebatimento)	Sim, com ressalva	- Ainda não há adesão de 100% dos empresários do ramo, no projeto APL; - Porém, com evolução da percepção individual sobre a importância da cooperação para a sobrevivência no mercado; - Difusão do conhecimento entre atores;
Sobre a ocorrência e o tratamento dado às ações oportunistas (o gesto oportunista é tido como uma fonte de redução do capital social) dentro do APL (fonte/rebatimento)	Sim	- Ocorrência de ações oportunistas (ex: consignação); - Atitudes de repúdio a tais ações (ex: exposição em reuniões);
Sobre a existência do sentimento de pertença e o nível de democracia no acesso aos parceiros do APL (fonte/rebatimento)	Sim	- Preocupação com a sobrevivência do “concorrente”;
Fonte: averiguar a formação de associações a partir do APL e o exercício democrático dentro destas	Não	
Sobre a ocorrência de ações de voluntariado incentivadas a partir do APL (fonte)	Sim	- Ocorrência de ações como realização de cursos abertos e gratuitos à comunidade; - Doação coletiva de peças de vestuário à hospital;
Sobre a formação de associações a partir de funcionários do APL e o exercício democrático dentro destas e a possível participação dos empresários nestas (em suma, a interação entre funcionários de malharias distintas e entre empresários) (fonte)	Não	
Sobre a realização de cursos para funcionários familiares e também participação dos empresários, a partir do APL (fonte)	Sim	- Realização de cursos de corte e costura; - Curso para montagem de vitrine;
Fonte: identificar a participação do empresário entrevistado em outras associações do município.	Sim	- Participação em clubes; - Participação em grupos religiosos;
Sobre a participação cívica no que tange à dimensão política	Não	
Rebatimento: averiguar a potencialidade do APL como indutor do nível engajamento dos empresários na dimensão política (rebatimento)	Não	
Sobre a evolução da cooperação e, também, da confiança entre os empresários, após o início do projeto APL (fonte/rebatimento)	Sim	- Troca de know how; - Troca e empréstimos de insumos;
Sobre a ocorrência de ações de solidariedade a partir dos atores dos APL (fonte/rebatimento)	Sim	- Disponibilidade em auxiliar o “concorrente” vítima de problemas de saúde na família;
Sobre o nível de acolhida do participante do APL com relação à pessoas vindas de fora (rebatimento);	Sim	- Sem restrições;
Sobre a realização de ações realizadas a partir do APL com vistas à beneficiar seu entorno, a comunidade (fonte/rebatimento)	Sim	- Parceira com igrejas e grupos religiosos; - Doações de retalhos;

FONTE: O Autor (2009)



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)